

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MATHEUS SANTOS MARQUES

O EFEITO MODERADOR DOS CICLOS POLÍTICOS NA RELAÇÃO ENTRE  
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E A GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS  
BRASILEIROS

CURITIBA

2025

MATHEUS SANTOS MARQUES

O EFEITO MODERADOR DOS CICLOS POLÍTICOS NA RELAÇÃO ENTRE  
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E A GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS  
BRASILEIROS

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Contabilidade.  
Área de Concentração: Contabilidade Financeira e Finanças

Orientador: Prof. Dr. Vagner Alves Arantes

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Marques, Matheus Santos

O efeito moderador dos ciclos políticos na relação entre desenvolvimento socioeconômico e a gestão fiscal dos municípios brasileiros / Matheus Santos Marques. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade.

Orientador: Vagner Alves Arantes.

1. Contabilidade. 2. Finanças públicas. 3. Governança pública. 4. Municípios. 5. Brasil. 6. Desenvolvimento econômico I. Arantes, Vagner Alves. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. III. Título.

Bibliotecária: Lívia Rezende Ladeia – CRB-9/2199



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CONTABILIDADE -  
40001016050P0

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CONTABILIDADE da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **MATHEUS SANTOS MARQUES** intitulada: **O efeito moderador dos ciclos políticos na relação entre desenvolvimento socioeconômico e a gestão fiscal dos municípios brasileiros**, sob orientação do Prof. Dr. VAGNER ALVES ARANTES, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 24 de Fevereiro de 2025.

Assinatura Eletrônica

24/02/2025 17:55:07.0

VAGNER ALVES ARANTES

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

24/02/2025 17:11:04.0

ANTÔNIO CARLOS BRUNOZI JÚNIOR

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA)

Assinatura Eletrônica

24/02/2025 18:23:58.0

HENRIQUE PORTULHAK

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

---

AVENIDA PREFEITO LOTHARIO MEISSNER, 632 - 1º ANDAR - SALA 120 - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80210-170 - Tel: (41) 3360-4193 - E-mail: ppgcont@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 423758

**Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 423758**

## DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação, com todo o meu carinho e gratidão, à minha mãe, Elza Marques, ao meu pai, Arivelton Marques, e à minha irmã, Sarah Ellen. Vocês são minha inspiração, meu alicerce e a força que me impulsiona a seguir em frente. Sem vocês, esta jornada não teria sido possível.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me sustentou e fortaleceu para concluir esta etapa tão significativa da minha vida acadêmica. Sua graça e misericórdia tornaram essa jornada possível.

Essa caminhada nunca foi solitária. Cada passo dado, cada página escrita e cada obstáculo superado foram impulsionados pelo amor, apoio e sacrifício de pessoas especiais.

Minha gratidão eterna à minha mãe, Elza Marques, e ao meu pai, Arivelton Marques, que são exemplos de dedicação, força e amor incondicional. Mesmo sem terem tido a oportunidade de estudar, dedicaram suas vidas para que eu pudesse trilhar esse caminho. Cada sacrifício e cada gesto de amor foram a base das minhas conquistas. À minha irmã, Sarah Ellen, minha companheira inabalável, obrigada por acreditar em mim e iluminar minha vida com sua presença.

Sou imensamente grato aos meus avós, cuja sabedoria e resiliência pavimentaram o caminho para que eu chegasse até aqui. Suas histórias são um testemunho de força e perseverança, e seus ensinamentos seguem sendo minha bússola e maior inspiração.

Aos professores e orientadores que me guiaram com paciência e dedicação, meu profundo reconhecimento. Em especial, ao Prof. Vagner Alves Arantes, verdadeiro mentor e inspiração. Seu olhar atento, sua confiança em mim e seu incentivo inabalável foram determinantes. Obrigado por acreditar em mim quando eu duvidava, por enxergar potencial onde eu via limites e por insistir na minha evolução como pesquisador e ser humano.

Mais que um orientador, foi um incentivador incansável, que me encorajou a buscar parcerias na UFPR, expandir meus horizontes e enfrentar os desafios da pesquisa acadêmica com coragem. Ensinou-me não apenas a pesquisar, mas a ensinar, comunicar com clareza e compreender a essência de ser um verdadeiro mestre. Seu compromisso com a educação não apenas transforma vidas; ele impacta gerações. E eu sou uma dessas vidas. Este trabalho também reflete seu compromisso inabalável com a formação acadêmica e humana.

Aos professores e amigos do grupo de pesquisa LOGOS, especialmente Henrique Portulhak e Cláudio Marcelo, pelo compartilhamento generoso de conhecimento e incentivo constante. Em especial, ao Prof. Henrique Portulhak, pelas parcerias na escrita de artigos e pelo aprendizado na disciplina de CASP, que ampliaram minha compreensão da contabilidade pública e sua relevância.

Aos professores do PPGCONT-UFPR, minha sincera gratidão. Destaco Douglas Colauto, Marcos Wagner, Rodrigo Soares, Luciana Klein, Edicreia e Nayane, pelo compromisso com o ensino e pelo papel essencial no meu crescimento. Em especial, ao Prof.

Rodrigo Soares, pelas discussões instigantes no LabFin, que enriqueceram minha visão acadêmica.

Aos professores da UFV-CRP, especialmente Ney Moreira e Maria Auxiliadora, por despertarem em mim o desejo de buscar conhecimento e trilhar um caminho acadêmico sólido.

Aos membros da banca examinadora, Antônio Carlos Brunozi Júnior (UFV) e Henrique Portulhak (UFPR), pelas valiosas contribuições e por serem referências acadêmicas desde minha graduação.

Aos amigos que tornaram essa caminhada mais leve, transformando desafios em aprendizados e pequenas vitórias em grandes celebrações, minha sincera gratidão. O apoio e a parceria de vocês foram essenciais nessa jornada.

A Samuel Àlefe, pelo incentivo a sair da zona de conforto e explorar novos caminhos. A Allison Manoel, pela amizade e pelas contribuições que enriqueceram minhas reflexões teóricas e econométricas.

A Marcos Secolo e Igor Reis Mateus, pela irmandade nessa nova etapa longe da UFV, tornando Curitiba mais do que um local de estudos, mas um lar compartilhado. Ao Marcos Secolo (Pai), por seus valiosos conselhos desde o início da graduação e por dividir comigo o sonho de se tornar mestre em contabilidade. Acredito que, de alguma forma, este título também representa a realização desse sonho nele. A Pedro Henrique, pelo acolhimento, pelos conselhos e pela amizade que facilitaram minha adaptação.

Às amigas e colegas de mestrado, Francini, Bruna e Suelen, pelo companheirismo, pelo apoio nos momentos difíceis e pelas reuniões que tornaram essa trajetória mais leve. A Lilian, Pavel e Renê Reque, por sua amizade e por fazerem de Curitiba um verdadeiro lar.

Ao grupo dos laboratórios de pesquisa – Pablo, Rita, Debora, Raphael, André Gobette, Gislene, Laís, Sirlene, Mariana, Isielli, Andre Schedeloski, Elcídio, Gleisson, Ricardo Hurtado, Rayane, Cesiro – pelas trocas de conhecimento que enriqueceram essa experiência.

A você, Nathalia Carline, que chegou na reta final e, ainda assim, trouxe luz, apoio e alegria. Seu carinho e paciência tornaram esse momento ainda mais especial. Obrigado por compartilhar essa conquista e me motivar para os desafios futuros.

À sua família, especialmente ao Lourivaldo e à Jucelma, pelo acolhimento, pelas conversas enriquecedoras e pelo apoio constante. Encontrar uma segunda família foi um presente valioso nessa caminhada.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para essa trajetória, minha mais profunda gratidão. À Capes, agradeço o suporte financeiro que possibilitou esta jornada acadêmica.

## RESUMO

O estudo investiga o papel moderador do calendário eleitoral na relação entre o desenvolvimento socioeconômico e a gestão fiscal dos municípios brasileiros. Fundamentado na Teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários, o estudo avança na literatura ao demonstrar como a influência eleitoral afeta a alocação de recursos públicos em diferentes contextos socioeconômicos. A análise considera dados de 5.567 municípios brasileiros no período de 2006 a 2021, empregando modelos de regressão com dados em painel. Os resultados indicam que os ciclos políticos influenciam a gestão fiscal de maneira distinta conforme o nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Em municípios mais desenvolvidos, o efeito moderador do calendário eleitoral sobre os investimentos é positivo nos anos pré-eleitorais, refletindo um uso estratégico dos recursos para sinalizar competência administrativa. Em contraste, em municípios menos desenvolvidos, observa-se um aumento de gastos correntes em períodos eleitorais, muitas vezes em detrimento da sustentabilidade fiscal, impulsionado por menor controle social e dependência de transferências intergovernamentais. Além disso, os achados reforçam que a influência do calendário eleitoral na gestão fiscal se intensifica em cenários de alta competição política. Os resultados deste estudo fornecem subsídios para aprimorar políticas públicas voltadas à governança fiscal municipal. Órgãos de controle, como Tribunais de Contas Estaduais e Municipais, podem utilizar esses achados para aperfeiçoar seus mecanismos de monitoramento fiscal, identificando padrões de gastos atípicos em anos eleitorais e direcionando auditorias preventivas. Além disso, gestores municipais podem utilizar essas evidências para formular estratégias que mitiguem distorções eleitorais, como a adoção de regras mais rígidas para execução orçamentária em anos eleitorais e a vinculação de repasses intergovernamentais ao cumprimento de metas fiscais. Experiências internacionais em regras fiscais e monitoramento orçamentário podem servir de referência para adaptações normativas no Brasil, contribuindo para uma maior previsibilidade fiscal e equilíbrio orçamentário.

Palavras-chave: Ciclos Políticos. Desenvolvimento Socioeconômico. Gestão Fiscal. Finanças Públicas.

## ABSTRACT

This study investigates the moderating role of the electoral calendar in the relationship between socioeconomic development and fiscal management in Brazilian municipalities. Based on the Political Budget Cycles (PBC) Theory, the research advances the literature by demonstrating how electoral influences affect resource allocation in different socioeconomic contexts. The analysis covers data from 5,567 municipalities between 2006 and 2021, employing panel data regression models. The results indicate that political cycles influence fiscal management differently depending on the socioeconomic development of municipalities. In more developed municipalities, the moderating effect of the electoral calendar on investments is positive in pre-election years, reflecting a strategic use of resources to signal administrative competence. In contrast, in less developed municipalities, there is an increase in current expenditures during election periods, often at the expense of fiscal sustainability, driven by lower social control and greater dependence on intergovernmental transfers. Moreover, the findings reinforce that the impact of the electoral calendar on fiscal management intensifies in scenarios of high political competition. The results of this study provide insights for improving public policies aimed at municipal fiscal governance. Oversight bodies, such as State and Municipal Courts of Accounts, can use these findings to enhance their fiscal monitoring mechanisms, identifying atypical spending patterns during election years and directing preventive audits. Additionally, municipal managers can apply this evidence to formulate strategies that mitigate electoral distortions, such as stricter budget execution rules in election years and linking intergovernmental transfers to fiscal performance targets. International experiences with fiscal rules and budget monitoring can serve as references for normative adaptations in Brazil, contributing to greater fiscal predictability and budgetary balance.

Keywords: Political Budget Cycles. Fiscal Management. Electoral Calendar. Socioeconomic Development. Public Finance.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura da dissertação .....	21
Figura 2 - Modelos e evolução da Teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários.....	24
Figura 3 - Anos do ciclo eleitoral .....	33
Figura 4 - Análise de clusters para os oito clusters .....	44
Figura 5 - Fusão hierárquica dos clusters .....	48
Figura 6 - Índices de gestão fiscal de todos os municípios brasileiros.....	52
Figura 7 - Evolução dos índices de gestão fiscal por cluster.....	54

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo dos modelos, principais autores, características e premissas da PBC.....	26
Tabela 2 - Critérios para seleção da amostra do estudo .....	31
Tabela 3 - Variáveis Socioeconômicas para definição de clusters de desenvolvimento.....	35
Tabela 4 - Caracterização ideológica dos partidos brasileiros .....	37
Tabela 5 - Variáveis de controle.....	39
Tabela 6 - Variáveis dependentes, moderadoras e independentes.....	40
Tabela 7 - Protocolo de análise de dados e tratamentos estatísticos .....	42
Tabela 8 - Valores em média das variáveis utilizadas na análise cluster do ano 2021 .....	45
Tabela 9 - Análise descritiva do Índice de Gestão Fiscal dos municípios .....	50
Tabela 10 - Municípios com melhores e piores Índices de Gestão Fiscal (IGF) no ano de 2021 .....	57
Tabela 11 - Estatística descritiva das variáveis de controle .....	59
Tabela 12 - Matriz de correlação de Spearman .....	62
Tabela 13 - Modelos multivariados do efeito do calendário eleitoral e desenvolvimento socioeconômico nos índices de gestão fiscal dos municípios brasileiros.....	66
Tabela 14 - Modelos multivariados do papel moderador do calendário eleitoral na relação entre desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal .....	70
Tabela 15 - Modelos multivariados do papel moderador do calendário eleitoral na relação entre desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal, considerando os contextos de competição eleitoral: baixa, média e alta .....	74
Tabela 16 - Modelos multivariados do papel moderador do calendário eleitoral na relação entre desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal, considerando os contextos de competição eleitoral: baixa, média e alta (completa).....	94

## LISTA DE ABREVIACÕES OU SIGLAS

LRF	-Lei de Responsabilidade Fiscal
IGF	-Índice Firjan de Gestão Fiscal
PBC	-Teoria dos Ciclos Político-Econômicos
TEP	-Teoria da Escolha Pública
PIB	-Produto Interno Bruto
IBGE	-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEPP	-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
SNIS	-Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
FINBRA	-Secretaria do Tesouro Nacional
TSE	-Tribunal Superior Eleitoral

## LISTA DE SÍMBOLOS

$\alpha$  - constante de intercepção

$\Sigma$  - somatório de números

$\varepsilon$  - termo de erro da regressão

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E QUESTÃO DA PESQUISA .....	16
1.2 OBJETIVOS .....	18
1.2.1 Objetivo Geral .....	18
1.2.2 Objetivos Específicos .....	18
1.3 JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA .....	19
1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA .....	20
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>22</b>
2.1 TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS-ORÇAMENTÁRIOS .....	22
2.2 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E GESTÃO FISCAL NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	27
2.3 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DAS HIPÓTESES .....	28
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	<b>30</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	30
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA.....	31
3.3 VARIÁVEIS DA PESQUISA.....	31
3.3.1 Variável Dependente: Gestão Fiscal dos Municípios .....	32
3.3.2 Variável Moderadora: Calendário Eleitoral.....	33
3.3.3 Variável Independente: Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios.....	33
3.3.4 Variáveis de Controle.....	36
3.3.4.1 Competição Política.....	36
3.3.4.2 Ideologia dos Prefeitos .....	37
3.3.4.3 Alinhamento Partidário.....	38
3.3.4.4 Transferências Intergovernamentais .....	38
3.3.4.5 Capacidade de Arrecadação Própria.....	38
3.4 RESUMO DAS VARIÁVEIS DEPENDENTES, INDEPENDENTES DE INTERESSE E MODERADORAS .....	40
3.5 MODELOS ECONOMÉTRICOS.....	41
3.6 PROTOCOLO DE ANÁLISE DOS DADOS .....	42
<b>4. DESCRIÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>43</b>
4.1 ANÁLISE DE <i>CLUSTERS</i> .....	43
4.1.1 Construção da variável independente de interesse .....	47

4.2 ANÁLISE DESCRITIVA DA GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS .	50
4.2.1 Efeito das Crises Econômicas .....	52
4.2.2 Municípios com Melhores e Piores Índices de Gestão Fiscal (IGF) no Ano de 2021.....	56
4.3 ANÁLISE DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS DE CONTROLE.....	58
4.4 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO .....	61
4.5 ESTATÍSTICAS INFERENCIAIS .....	65
4.5.1 Efeitos do calendário eleitoral na gestão fiscal municipal: evidências das diferenças no desenvolvimento socioeconômico e padrões de gasto .....	65
4.5.2 Modelos multivariados que investigam o papel moderador do calendário eleitoral na relação entre desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal.....	69
4.5.3 Análise do efeito moderador diante de diferentes contextos de competição eleitoral.....	72
4.5.4 Discussões dos resultados.....	76
<b>5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICE A – MAPAS DE CLUSTERS K-MEANS: ANÁLISE DE PROXIMIDADE (2006-2021) .....</b>	<b>90</b>
<b>APÊNDICE B – MAPAS DE AGRUPAMENTO POR DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (2006-2021) .....</b>	<b>92</b>
<b>APÊNDICE C - PAPEL MODERADOR DO CALENDÁRIO ELEITORAL NA RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E GESTÃO FISCAL, CONSIDERANDO OS CONTEXTOS DE COMPETIÇÃO ELEITORAL: BAIXA, MÉDIA E ALTA .....</b>	<b>94</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esta seção apresenta a contextualização da pesquisa, a questão central, e os objetivos gerais e específicos. Em seguida são apresentadas as justificativas do estudo, demonstrando sua relevância, originalidade e viabilidade. Por fim, é descrita a estrutura da pesquisa.

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E QUESTÃO DA PESQUISA

A gestão fiscal desempenha um papel essencial na administração pública, especialmente em um país como o Brasil, marcado por profundas desigualdades socioeconômicas e recorrentes desafios políticos e econômicos (Debnath & Shankar, 2014; Murta Filho et al., 2022). A eficiência na administração dos recursos públicos não apenas garante a prestação de serviços essenciais, mas também fomenta o desenvolvimento sustentável local (Debnath & Shankar, 2014). Nesse cenário, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) emerge como um marco regulatório crucial ao estabelecer os limites para gastos e endividamento, promovendo práticas de sustentabilidade financeira (Cruz et al., 2013).

Apesar de sua importância, a aplicação da LRF varia entre os municípios, sendo influenciada tanto pelo nível de desenvolvimento socioeconômico das localidades (Magalhães et al., 2019; Murta Filho et al., 2022) quanto por fatores dinâmicos, como o calendário eleitoral (Karruz & Moraes, 2020). Estudos anteriores analisaram essas influências de forma isolada, ora focando na influência do grau de desenvolvimento socioeconômico, ora nos efeitos dos ciclos políticos sobre a gestão fiscal municipal. Magalhães et al. (2019) e Murta Filho et al. (2022) empregaram o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) como *proxy* para a situação fiscal e captaram as condições regionais por meio de *dummies* geográficas, enquanto pesquisas como as de Louzano et al. (2019) e Magalhães et al. (2019) enfatizaram o papel do cumprimento normativo na sustentabilidade financeira. No entanto, a interação entre desenvolvimento socioeconômico e ciclos políticos na gestão fiscal ainda demanda maior investigação.

Por sua vez, Machado et al. (2022) e Oliveira et al. (2021) ampliaram o escopo analítico ao considerar fatores dinâmicos, como os ciclos políticos oportunistas e partidários, e as especificidades fiscais e federativas dos municípios. Machado et al. (2022) demonstram que os ciclos políticos podem comprometer a influência positiva dos gastos sociais sobre o desenvolvimento socioeconômico, uma vez que, em períodos eleitorais, os gestores reduzem investimentos nessas áreas para priorizar despesas de maior visibilidade eleitoral. Oliveira et al. (2021), por sua vez, evidenciam comportamentos oportunistas nos municípios paranaenses,

com aumento da dívida e de gastos com pessoal nos anos eleitorais, reforçando o papel do calendário eleitoral como elemento que influencia diretamente a gestão fiscal municipal.

Esses achados convergem com pesquisas anteriores (Nakaguma & Bender, 2010; Sakurai & Menezes-Filho, 2008; Rogoff, 1990) ao indicar que gestores frequentemente priorizam despesas de curto prazo em detrimento de investimentos estruturais. Assim, presume-se que, em municípios mais vulneráveis, tais práticas são intensificadas devido a severas restrições financeiras e maior dependência de transferências externas (Gomes et al., 2013; Vieira et al., 2019). Já os municípios mais desenvolvidos tendem a alinhar os ciclos políticos às estratégias de planejamento de longo prazo (Silva & Crisóstomo, 2019).

Nesse contexto, o calendário eleitoral surge como um fator moderador na relação entre o nível de desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal. A influência dos ciclos político-orçamentários pode variar conforme os interesses políticos (Rogoff, 1990; Rogoff & Sibert, 1988); nível de desenvolvimento socioeconômico; e capacidade administrativa dos gestores (Silva & Crisóstomo, 2019). Assim, municípios mais vulneráveis parecem priorizar gastos correntes para obtenção de apoio eleitoral imediato (Gomes et al., 2013), enquanto municípios mais desenvolvidos concentram-se em políticas de longo prazo (Magalhães et al., 2019).

A Teoria dos Ciclos Político-Econômicos (PBC) sugere que, durante períodos eleitorais, os gestores aumentam os gastos populares para maximizar chances de reeleição e, frequentemente, comprometendo a sustentabilidade fiscal de longo prazo (Nordhaus, 1975; Rogoff & Sibert, 1988; Klein & Sakurai, 2015; Bartoluzzio & Anjos, 2020). No entanto, Magalhães et al. (2019) ressaltam que a heterogeneidade municipal no Brasil impede generalizações o que parece exigir análises que considerem as especificidades locais.

A inclusão dos ciclos eleitorais como variável moderadora na análise da gestão fiscal e do nível de desenvolvimento socioeconômico é essencial para uma compreensão mais aprofundada desse fenômeno. Evidências mostram que municípios menos desenvolvidos, com maior dependência de transferências intergovernamentais adotam práticas fiscais oportunistas, como o aumento dos gastos correntes em detrimento de investimentos estruturais (Magalhães et al., 2019; Marconato et al., 2021). Em contrapartida, municípios com maior capacidade de arrecadação própria demonstram maior resiliência fiscal, mesmo durante períodos eleitorais, e alocam recursos em políticas de longo prazo (Louzano et al., 2019).

Pesquisas anteriores analisaram como os ciclos eleitorais impactam a gestão fiscal municipal, concentrando-se na influência regional ou no comportamento oportunista dos gestores. No entanto, esses estudos não capturam diferenças significativas entre municípios de uma mesma região que possuem níveis distintos de desenvolvimento socioeconômico. Como

resultado, a explicação fica limitada a fatores geográficos e institucionais, ignorando que municípios com contextos socioeconômicos mais favoráveis podem ter maior resiliência a distorções fiscais causadas por ciclos políticos, enquanto aqueles menos desenvolvidos podem ser mais vulneráveis a incentivos eleitorais de curto prazo.

Para avançar nessa discussão, este estudo incorpora o calendário eleitoral como um fator moderador, alinhando-se à perspectiva de Drazen e Eslava (2010), segundo a qual os ciclos políticos se manifestam de forma distinta dependendo do perfil do eleitorado. Isso significa que o efeito dos ciclos eleitorais na gestão fiscal pode ser condicionado tanto pelo nível de desenvolvimento socioeconômico quanto pela forma como diferentes grupos de eleitores respondem a incentivos políticos. Assim, torna-se oportuno ampliar a análise, explorando os efeitos do calendário eleitoral na gestão fiscal dos municípios brasileiros, considerando esses incentivos como fatores externos que podem influenciar na criação destas capacidades. Diante disso, esta pesquisa busca responder à seguinte questão: **De que forma os ciclos eleitorais moderam a relação entre o desenvolvimento socioeconômico e a gestão fiscal dos municípios brasileiros?**

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta dissertação é analisar o efeito moderador dos ciclos eleitorais na relação entre o desenvolvimento socioeconômico e a gestão fiscal dos municípios brasileiros.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

A partir do objetivo geral, declara-se os seguintes objetivos específicos:

- A) Identificar o agrupamento dos municípios brasileiros mediante o nível de desenvolvimento socioeconômico.
- B) Analisar o efeito do nível de desenvolvimento socioeconômico na gestão fiscal.
- C) Analisar o efeito moderador dos ciclos eleitorais na relação entre desenvolvimento socioeconômico e a gestão fiscal.
- D) Examinar como a competição eleitoral intensifica os efeitos do calendário eleitoral na relação entre desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal.

### 1.3 JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA

Estudos anteriores evidenciaram que as condições estruturais dos municípios brasileiros influenciam a gestão fiscal, pois um planejamento financeiro estruturado resulta em melhores indicadores fiscais (Magalhães, 2017; Cruz et al., 2013; Silva & Crisóstomo, 2019). Por outro lado, municípios dependentes de transferências intergovernamentais apresentam maior vulnerabilidade fiscal (Vieira et al., 2019; Magalhães et al., 2019).

Neste estudo, argumenta-se que essas relações são mais bem explicadas pelo nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Estudos anteriores frequentemente utilizaram *dummies* regionais para agrupar os municípios, atribuindo valor 1 se o município pertencesse à região e zero caso contrário, com a região Sul frequentemente utilizada como referência devido à sua superioridade nos índices de gestão fiscal (Cruz et al., 2013; Magalhães et al., 2019). No entanto, essa abordagem não captura diferenças socioeconômicas internas que podem ser determinantes na gestão fiscal municipal.

Diferente dessas pesquisas, este estudo propõe uma abordagem que considera o nível de desenvolvimento socioeconômico como um fator explicativo mais adequado para compreender os padrões de gestão fiscal. Enquanto as *dummies* regionais capturam efeitos fixos geográficos, a classificação por nível de desenvolvimento socioeconômico utiliza indicadores que refletem as condições de vida e bem-estar da população, permitindo uma análise mais detalhada das características internas dos municípios. Essa abordagem possibilita agrupar municípios com perfis socioeconômicos similares, independentemente de sua localização geográfica, tornando a análise mais sensível às dinâmicas internas dos territórios ao longo do tempo (Andrade, 2009; Gama et al., 2016).

Além disso, estudos anteriores confirmam a influência do calendário eleitoral na gestão fiscal, impulsionado por ciclos políticos e oportunismo. Modelos de ciclos político-orçamentários preveem que governantes sinalizam competência por meio de modificações orçamentárias, aumentando gastos visíveis e reduzindo investimentos (Rogoff, 1990; Rogoff & Sibert, 1988). Por outro lado, Klein e Sakurai (2015) indicam que prefeitos em primeiro mandato podem evitar esse comportamento para sinalizar boa performance, o que pode ser explicado pela existência de eleitores fiscalmente conservadores (Drazen & Eslava, 2010). Em outros contextos, observam-se aumentos em despesas correntes e totais, bem como redução de investimentos municipais em anos eleitorais (Sakurai & Menezes-Filho, 2011).

Considerando os diferentes efeitos do calendário eleitoral identificados na literatura, este estudo contribui ao demonstrar que o nível de desenvolvimento socioeconômico é uma

condição preexistente que direciona e explica melhor essas diferenças nos resultados empíricos. Argumenta-se que há dois ciclos políticos distintos nos governos locais brasileiros, nos quais as limitações estruturais e socioeconômicas condicionam os desvios de uma gestão fiscal sustentável.

Além da contribuição teórica, este estudo oferece implicações práticas para a formulação de políticas fiscais municipais. Os resultados podem subsidiar órgãos de controle, como Tribunais de Contas, na identificação de padrões de gastos atípicos em anos eleitorais. Também podem orientar prefeituras na formulação de regras mais rígidas para a execução orçamentária em anos eleitorais e na definição de critérios técnicos para a alocação de investimentos públicos.

No campo normativo, os achados podem embasar recomendações para ajustes na legislação fiscal, garantindo que instrumentos regulatórios sejam adaptados às diferentes realidades socioeconômicas municipais. Entre as propostas possíveis, destacam-se a criação de limites mais restritivos para despesas discricionárias em anos eleitorais, reforço da fiscalização prévia das execuções orçamentárias e vinculação de repasses intergovernamentais ao cumprimento de metas fiscais. Experiências internacionais, como as regras fiscais da União Europeia e os mecanismos de controle do Congressional Budget Office nos Estados Unidos, podem servir de referência para a adaptação dessas medidas ao contexto brasileiro.

Os produtos desta pesquisa incluem relatórios técnicos, manuais de boas práticas em gestão fiscal e propostas de reforma fiscal voltadas para melhorar a alocação de recursos em anos eleitorais. Esses produtos podem auxiliar na implementação de diretrizes que garantam maior equilíbrio orçamentário e previsibilidade fiscal. No entanto, a efetividade dessas propostas dependerá da adesão dos gestores e da capacidade de fiscalização dos órgãos de controle. Incentivos institucionais, como a vinculação de repasses adicionais ao cumprimento de metas fiscais, podem ser uma estratégia para aumentar a viabilidade dessas reformas.

Por fim, as conclusões deste estudo podem ser aplicadas a outros países com desafios semelhantes de governança fiscal e ciclos políticos oportunistas, como na América Latina e na Europa Oriental. Assim, este estudo contribui para um debate mais amplo sobre o fortalecimento de mecanismos institucionais para mitigar distorções fiscais em democracias com desigualdade socioeconômica elevada, fornecendo subsídios para uma gestão fiscal mais eficiente e responsável.

#### 1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA

Para garantir uma organização clara e uma discussão coesa, esta dissertação é estruturada em cinco capítulos, conforme ilustrado na Figura 1.

**Figura 1**

*Estrutura da dissertação*



Fonte: O autor (2025).

O primeiro capítulo apresenta a introdução, contextualizando o tema de pesquisa e delineando a problemática investigada. São apresentados a formulação da questão de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos, além da justificativa do estudo, que ressalta sua relevância teórica e prática.

O segundo capítulo aborda o referencial teórico que fundamenta esta pesquisa. Inicialmente, explora a PBC, discutindo os incentivos e estratégias dos gestores públicos em contextos eleitorais. Em seguida, aprofunda-se na discussão sobre a gestão fiscal dos municípios brasileiros, analisando os desafios e as disparidades regionais. Esse capítulo culmina no desenvolvimento e na apresentação das hipóteses de pesquisa, baseadas nos principais trabalhos empíricos e teóricos da área.

O terceiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados no estudo. São detalhados o delineamento da pesquisa, a população e a amostra utilizadas, o desenho do estudo, as variáveis analisadas, as técnicas de coleta e análise de dados e as limitações do trabalho.

O quarto capítulo apresenta os resultados obtidos e as respectivas discussões. Nesta seção, os achados da pesquisa são analisados à luz do referencial teórico e das hipóteses

propostas, buscando interpretar as implicações práticas e teóricas dos ciclos políticos e do desenvolvimento socioeconômico na gestão fiscal dos municípios brasileiros.

Por fim, o quinto capítulo traz as considerações finais. Essa seção sintetiza os principais resultados da pesquisa, suas implicações teóricas e práticas, as limitações enfrentadas e as recomendações para estudos futuros. Também são discutidos os efeitos potenciais das conclusões para a formulação de políticas públicas e a governança fiscal municipal.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS-ORÇAMENTÁRIOS**

A PBC, proposta por Nordhaus (1975) e Tufte (1978), amplia a Teoria da Escolha Pública (TEP) ao considerar os efeitos dos ciclos eleitorais na formulação de políticas públicas. Enquanto a TEP enfatiza a tomada de decisões baseadas nos interesses individuais e no comportamento racional dos agentes econômicos (Downs, 1957), a PBC introduz uma dimensão temporal, analisando como os políticos ajustam estratégias fiscais em função do ciclo eleitoral.

Diferentemente da TEP, que assume que os políticos atuam como maximizadores de voto dentro de regras institucionais fixas, a PBC argumenta que eles manipulam variáveis fiscais para influenciar eleitores (Rogoff, 1990; Rogoff & Sibert, 1988). Assim, enquanto a TEP trata as eleições como um mecanismo de alinhamento entre eleitores e políticas, a PBC destaca que os políticos podem distorcer esse alinhamento ao priorizar ganhos eleitorais de curto prazo em detrimento da sustentabilidade fiscal (Sakurai & Menezes-Filho, 2011). Dessa forma, a PBC amplia a compreensão sobre a influência do contexto político na economia, ressaltando as estratégias dos gestores públicos para maximizar sua permanência no poder (Brender & Drazen, 2005).

Essa lógica oportunista se reflete na forma como gestores adotam políticas favoráveis antes das eleições, enfatizando resultados imediatos. Isso se justifica pela memória curta dos eleitores, o que permite que medidas de curto prazo aumentem a probabilidade de reeleição. Alesina et al. (1992) e Reid (1998) corroboram essa dinâmica ao evidenciar como essas práticas resultam em déficits fiscais e inflação elevada.

A PBC também destaca as dificuldades em maximizar o bem-estar coletivo, enfatizando a influência dos ciclos eleitorais nas estratégias dos gestores e no comportamento do eleitorado. Correia e Neduziak (2017) destacam que o eleitor mediano tende a apoiar políticos que

priorizam benefícios imediatos, o que impacta diretamente a gestão fiscal. Como argumentam Drazen e Eslava (2010), as variações no perfil dos eleitores e as condições socioeconômicas locais moldam as estratégias eleitorais, influenciando as decisões fiscais. Nesse sentido, Magalhães et al. (2019) apontam que muitos municípios brasileiros, especialmente no Norte e Nordeste, enfrentam barreiras estruturais, como falta de infraestrutura e industrialização, enquanto o Sudeste e Sul concentram maior volume de investimentos.

Essa dinâmica se reflete na forma como gestores públicos ajustam os gastos estrategicamente, aumentando despesas em áreas de maior apelo eleitoral, como saúde e educação, nos períodos que antecedem as eleições, enquanto reduzem investimentos estruturais para evitar déficits globais (Drazen & Eslava, 2010). No entanto, a LRF impõe restrições que limitam a margem de manobra dos gestores, diferenciando o Brasil de outros contextos analisados pela PBC. Isso demonstra que, embora o oportunismo eleitoral persista, os efeitos dessas estratégias podem ser condicionados por fatores institucionais que impõem maior disciplina fiscal.

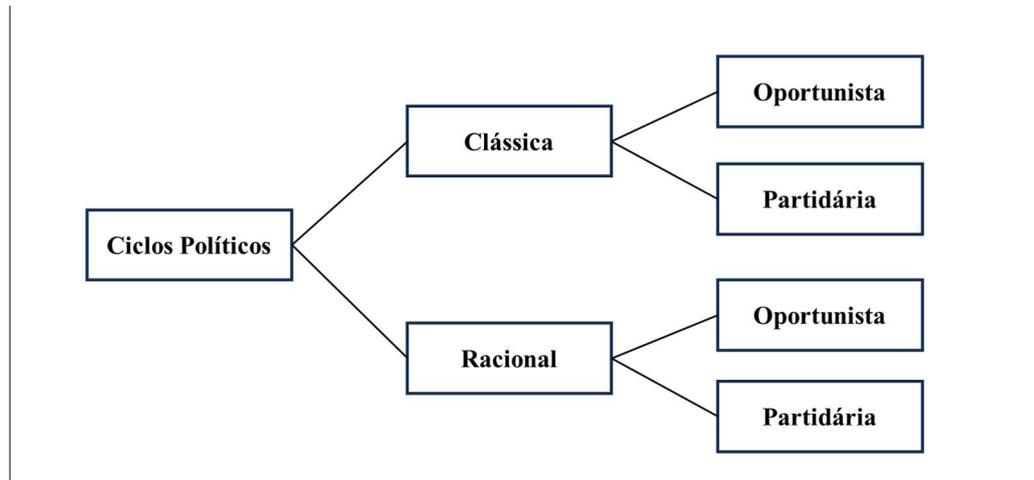
Embora as limitações fiscais e estruturais reduzam a margem de manobra, a PBC permanece relevante para entender como gestores, mesmo diante dessas restrições, buscam influenciar a percepção dos eleitores. Políticas oportunistas, como o aumento de investimentos em setores prioritários antes das eleições, são frequentemente utilizadas para atenuar desafios locais e garantir apoio eleitoral. Investimentos de curto prazo antes das eleições influenciam diretamente a popularidade dos gestores e suas chances de reeleição (Brender & Drazen, 2005; Sakurai & Menezes-Filho, 2011; Klein & Sakurai, 2015; Bartoluzzio & Anjos, 2020). Esse efeito se intensifica em cenários onde a transparência fiscal é limitada, tornando os gastos expansionistas mais atrativos no curto prazo, apesar dos riscos fiscais a longo prazo (Drazen & Eslava, 2010).

Diante desse cenário, a PBC se desdobra em dois modelos principais: oportunistas e racionais. No modelo oportunista, os políticos manipulam variáveis econômicas antes das eleições para aumentar as chances de reeleição, explorando a memória curta dos eleitores. Já no modelo racional, os eleitores são vistos como possuidores de expectativas racionais, o que leva os políticos a adotarem estratégias que demonstrem competência. Esses modelos ainda se subdividem em eleitorais, focados na reeleição por meio de políticas específicas, e partidários, influenciados por motivações ideológicas dos partidos (Sakurai & Gremaud, 2007; Carneiro, 2020).

A Figura 2 apresenta os modelos e a evolução da PBC, destacando suas principais etapas e contribuições teóricas.

**Figura 2**

*Modelos e evolução da Teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários*



Fonte: Adaptado de Carneiro (2020), baseado em estudos anteriores de Fialho (1999), Sakurai e Gremaud (2007), Vasconcelos et al. (2013), Guerra et al. (2018).

O modelo clássico de Nordhaus (1975) propõe que políticos oportunistas aumentam suas chances de reeleição ao implementar estímulos econômicos que geram ciclos de inflação e desemprego. Essa abordagem foi influenciada pela hipótese de Downs (1957), que sugere que os políticos agem motivados por interesses pessoais. Nesse contexto, a popularidade dos gestores públicos é amplamente moldada pela opinião pública, sendo ignorá-la um risco que pode culminar na derrota eleitoral (Eichenberg et al., 2006). Embora o carisma seja um recurso, há uma tendência de queda no apoio popular ao longo do mandato o que pode ser utilizado como incentivo ao aumentar os gastos públicos para manter a aprovação (Lewis-Beck et al., 2012).

Nordhaus (1975) utilizou a curva de Phillips de curto prazo, que descreve a relação inversa entre inflação e desemprego, como base para sua teoria. O autor argumenta que os gestores manipulam as expectativas dos eleitores, gerando um *trade-off* entre esses dois fatores. Apesar de ser um modelo econômico, enfatiza-se como as preocupações cotidianas, como o desemprego, podem ser exploradas para ampliar as chances de reeleição.

O modelo de Nordhaus foi desenvolvido para examinar os incentivos dos governantes à reeleição, independentemente de suas ideologias partidárias (Sakurai & Gremaud, 2007). Dubois (2016) identifica quatro premissas centrais neste modelo clássico: i) os partidos buscam o poder e interferem na economia para obter votos; ii) o desempenho econômico afeta os resultados eleitorais; iii) os governos implementam estímulos econômicos antes das eleições; e

iv) os eleitores, com memória curta, valorizam os benefícios imediatos mais do que os custos de longo prazo.

O modelo clássico de orientação política, introduzido por Hibbs (1977), argumenta que os partidos priorizam políticas macroeconômicas de acordo com os interesses econômicos e preferências do grupo social que representam. De acordo com essa perspectiva, governos de direita favorecem o controle fiscal e a estabilidade macroeconômica, enquanto governos de esquerda tendem a adotar políticas distributivas e expansionistas. Alesina (1987, 1988) desenvolveu modelos que reforçam essa ideia, demonstrando que os partidos possuem preferências e prioridades distintas em sua política econômica, influenciando a alocação dos gastos públicos.

Além disso, Alesina (1988) apontam que essas diferenças ideológicas moldam as estratégias adotadas dentro dos ciclos político-econômicos. Estudos empíricos confirmam que essa diferenciação ideológica impacta diretamente a condução das políticas econômicas e fiscais (Alesina et al., 1992; Blais et al., 1993). Dessa forma, a literatura sobre ciclos políticos passou a incorporar a influência da orientação ideológica dos governantes, ampliando a compreensão sobre como diferentes espectros políticos afetam a gestão fiscal e a formulação de políticas públicas.

Já a teoria das expectativas racionais desafia o modelo de Nordhaus ao argumentar que os eleitores podem agir de forma racional ao perceberem a manipulação dos gastos públicos antes das eleições. Dessa forma, os ciclos político-econômicos previsíveis deixam de ocorrer, pois os eleitores ajustam suas expectativas e comportamentos de voto com base nesse conhecimento, tornando menos eficazes as estratégias oportunistas dos políticos (Fialho, 1999; Dubois, 2016). Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) alinharam as críticas propostas pela Teoria das Expectativas Racionais à Teoria dos Ciclos Políticos, resultando na perspectiva racional. Nesse modelo, a manipulação orçamentária substitui a macroeconômica como ferramenta principal dos gestores públicos, pois alterações no orçamento são mais fáceis de implementar e menos perceptíveis para os eleitores.

Rogoff (1990) argumenta que os políticos sinalizam competência ao aumentar despesas públicas visíveis, mesmo que isso implique reduzir investimentos de longo prazo, refletindo a curta duração da carreira política para colher os frutos dessas ações. Essa prática se baseia na assimetria informacional entre eleitores e governantes, em que a falta de conhecimento dos eleitores sobre a competência dos gestores gera risco moral (Dubois, 2016). Assim, os gestores ajustam seu esforço para parecerem competentes no curto prazo, alinhando-se ao modelo de Nordhaus.

Os ciclos políticos, segundo Sakurai (2009), surgem como uma função do calendário eleitoral e da assimetria informacional entre formuladores de políticas e eleitores. Diferente do modelo inicial de Nordhaus, que se concentra em variáveis macroeconômicas, os ciclos modernos enfatizam a manipulação fiscal, como o aumento de transferências e políticas visíveis antes das eleições, enquanto ocultam os custos de longo prazo (Vasconcelos et al., 2013).

A exogeneidade do calendário eleitoral, fundamental no modelo de Nordhaus (Dubois, 2016), permite que gestores planejem ações oportunistas com antecedência. Assim, os políticos exploram a assimetria de informação para manipular variáveis fiscais a seu favor, frequentemente aumentando gastos em saúde e educação antes das eleições e mascarando os efeitos fiscais reais (Nordhaus, 1975; Rogoff, 1990; Rogoff & Sibert, 1988; Vasconcelos et al., 2013).

Neste escopo, a sinalização partidária também ganhou relevância. Partidos alinham suas políticas às preferências dos eleitores, afetando a alocação de recursos e a composição das despesas públicas, especialmente em períodos eleitorais (Eslava, 2005; Drazen & Eslava, 2010). Dessa forma, a PBC evoluiu em três gerações de estudos, explorando como os políticos utilizam a economia para garantir reeleições. Cada modelo contribui para explicar as dinâmicas de manipulação econômica e fiscal em contextos eleitorais. Assim, a Tabela 1 apresenta os modelos, s autores, características e premissas da PBC.

**Tabela 1**

*Resumo dos modelos, principais autores, características e premissas da PBC*

<b>Modelo</b>	<b>Principais Proponentes</b>	<b>Características</b>	<b>Premissas</b>
<b>Clássico/ Oportunista</b>	Nordhaus (1975), Tufté (1978)	- Políticos adotam políticas expansionistas antes das eleições para melhorar o desempenho econômico e aumentar suas chances de reeleição. - Enfoque em ciclos de inflação e desemprego.	1. Políticos buscam maximizar votos e poder; 2. Os resultados econômicos influenciam as eleições. 3. Eleitores têm memória curta.
<b>Partidário/ Ideológico</b>	Hibbs (1977), Alesina (1987)	- Diferenças ideológicas entre partidos influenciam a política econômica - Políticos adotam políticas consistentes com suas ideologias. - Eleitores votam baseados em preferências ideológicas.	1. Partidos têm objetivos e planos econômicos distintos. 2. Eleitores escolhem partidos com base em suas ideologias.
<b>Racional</b>	Rogoff e Sibert (1988), Rogoff (1990)	- Políticos agem de forma estratégica e racionam informações aos eleitores. - Utilizam políticas fiscais que maximizem sua reeleição com base em expectativas racionais dos eleitores.	1. Eleitores são racionais, mas têm informação incompleta. 2. Políticos manipulam políticas fiscais para parecerem competentes.

Fonte: Elaborado a partir de Dubois (2016).

## 2.2 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E GESTÃO FISCAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

O desenvolvimento socioeconômico afeta diretamente a gestão fiscal municipal, influenciando a capacidade de arrecadação, a alocação eficiente de recursos e o cumprimento de normas fiscais. Indicadores como PIB per capita, arrecadação própria, nível educacional e infraestrutura são frequentemente utilizados para mensurar esse desenvolvimento e sua relação com a gestão fiscal (Louzano et al., 2019; Silva & Crisóstomo, 2019). Andrade (2009) destaca o PIB municipal como uma proxy relevante para medir o crescimento econômico, classificando os municípios conforme características socioeconômicas, como participação dos setores agrícola e industrial no PIB, índice de desenvolvimento humano (IDH) e presença de instituições financeiras. Essa abordagem auxilia na compreensão de como diferentes perfis municipais enfrentam desafios distintos (Andrade, 2009) na gestão fiscal.

Municípios com maior dinamismo econômico tendem a apresentar maior autonomia financeira, permitindo previsibilidade orçamentária e maior eficiência na gestão de recursos (Leite Filho & Fialho, 2015; Sousa et al., 2013). Por outro lado, aqueles com menor capacidade arrecadatória enfrentam restrições que comprometem a gestão fiscal e acentuam a dependência de transferências intergovernamentais (Marconato et al., 2021). A baixa diversificação econômica, infraestrutura precária e deficiências nos serviços públicos são fatores que limitam a capacidade fiscal e administrativa (Sousa et al., 2013). A implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2000 estabeleceu diretrizes para gastos, endividamento e resultados operacionais, buscando maior equilíbrio orçamentário. No entanto, sua eficácia varia conforme as condições econômicas e institucionais dos municípios (Arretche, 2010; Oliveira et al., 2023).

As desigualdades regionais historicamente moldaram o cenário da gestão fiscal no Brasil. Políticas de desenvolvimento, como o plano "50 anos em 5" de Juscelino Kubitschek, promoveram crescimento econômico, mas também aprofundaram assimetrias regionais ao concentrar investimentos em centros urbanos específicos (Diniz, 1993; Cano, 2015). Enquanto estados do Sudeste se beneficiaram de infraestrutura e capital humano qualificado, outras regiões enfrentaram dificuldades estruturais que comprometeram sua capacidade de desenvolvimento econômico e administrativo (Leff, 1991; Lima & Simões, 2010).

Nesse contexto, municípios menos desenvolvidos enfrentam maiores desafios na captação de receitas próprias e no cumprimento das exigências fiscais. Estudos indicam que esses municípios apresentam maior dependência de transferências intergovernamentais e menor

capacidade de investimento (Klering et al., 2007; Cruz et al., 2013). O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) tem papel central nesse cenário, garantindo recursos essenciais, mas também limitando a autonomia fiscal das cidades com forte dependência dessas transferências (Massardi & Abrantes, 2015; Cravo et al., 2019).

Compreender a interação entre desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal é essencial para a formulação de políticas que reduzam desigualdades regionais e promovam a sustentabilidade financeira dos municípios. A efetividade da LRF depende, entre outros fatores, da qualificação institucional e da capacidade administrativa local. Investimentos estratégicos em infraestrutura, educação e qualificação de gestores públicos podem contribuir para uma gestão fiscal mais eficiente e equilibrada (Silva et al., 2020). Assim, o fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico se torna um elemento fundamental para consolidar a autonomia financeira e aprimorar a gestão fiscal dos municípios brasileiros.

### 2.3 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DAS HIPÓTESES

Este capítulo apresenta as hipóteses de pesquisa que analisam a relação entre desenvolvimento socioeconômico, ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros. A partir da revisão da literatura e do contexto fiscal do país busca-se compreender de que forma os ciclos eleitorais influenciam a administração das finanças públicas em diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico.

A literatura aponta que o nível de desenvolvimento socioeconômico é um fator determinante na qualidade da gestão fiscal dos municípios. Municípios mais desenvolvidos, caracterizados por maior autonomia financeira e maior arrecadação própria, tendem a apresentar uma gestão fiscal mais eficiente (Cruz et al., 2013; Hansen et al., 2014; Magalhães et al., 2019). Essa estrutura favorece o planejamento de longo prazo e reduz a dependência de transferências intergovernamentais, proporcionando maior estabilidade fiscal (Leite Filho & Fialho, 2015; Sousa et al., 2013).

Por outro lado, municípios menos desenvolvidos apresentam maior vulnerabilidade fiscal devido à baixa arrecadação própria e à alta dependência de repasses intergovernamentais (Vieira et al., 2019). Essa dependência cria incentivos para práticas oportunistas, nas quais gestores locais priorizam gastos de curto prazo em detrimento de investimentos estruturais, comprometendo a sustentabilidade fiscal no longo prazo (Louzano et al., 2019).

Neste sentido, o calendário eleitoral introduz distorções no comportamento fiscal dos gestores públicos, uma vez que, em anos eleitorais, há incentivos para manipulação das finanças municipais a fim de maximizar o apoio político (Nordhaus, 1975; Rogoff & Sibert, 1988). No entanto, a forma como essas distorções ocorrem varia conforme o nível de desenvolvimento socioeconômico.

Em municípios mais desenvolvidos, a maior transparência institucional e o maior controle social impõem restrições ao uso político dos recursos públicos (Murta Filho et al., 2022). A fiscalização por órgãos de controle, auditorias públicas e a cobertura midiática reduzem o espaço para práticas fiscais irresponsáveis (Lino & Aquino, 2018; Aranha, 2019; Vasconcelos et al., 2013). Assim, gestores municipais nesses contextos tendem a apresentar maior disciplina fiscal, ainda que alguns efeitos eleitorais persistam, como o aumento de investimentos estratégicos em anos pré-eleitorais.

Já em municípios menos desenvolvidos, a assimetria de informação e a menor capacidade de controle social favorecem práticas fiscais oportunistas. Nessas localidades, é comum o aumento dos gastos correntes e da dívida pública em anos eleitorais, seguido por ajustes fiscais severos no período pós-eleitoral (Rogoff, 1990; Oliveira et al., 2021). Estudos indicam que, em contextos de baixa transparência e alta dependência de transferências, os ciclos políticos resultam em maior deterioração da gestão fiscal (Cruz et al., 2013; Louzano et al., 2019).

Machado et al. (2022) reforçam essa relação ao demonstrar que, em períodos eleitorais, gestores reduzem investimentos em áreas sociais para priorizar despesas com maior apelo eleitoral, comprometendo o desenvolvimento socioeconômico sustentável. Da mesma forma, Oliveira et al. (2021) identificaram que, em municípios paranaenses, os ciclos políticos resultam no aumento da dívida e dos gastos com pessoal, intensificando a vulnerabilidade fiscal. Com base nesses argumentos, propõe-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H1: O calendário eleitoral modera a relação entre desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal.

Além do calendário eleitoral, a competição política pode intensificar os efeitos do ciclo eleitoral sobre a gestão fiscal municipal. Em municípios com alta competição eleitoral, os gestores tendem a buscar estratégias mais agressivas para conquistar apoio, o que pode resultar tanto na ampliação de políticas públicas quanto no comprometimento da sustentabilidade fiscal

(Borges, 2010). O ambiente competitivo pode aumentar a oferta de benefícios de curto prazo, levando a uma priorização de gastos correntes em detrimento de investimentos estruturais.

Por outro lado, há evidências de que uma competição eleitoral acirrada pode elevar o nível de exigência do eleitorado, especialmente em municípios mais desenvolvidos, onde há maior acesso à informação e transparência na gestão pública. Nessas localidades, a pressão popular pode incentivar um comportamento mais responsável dos gestores, reduzindo práticas fiscais oportunistas e reforçando a sustentabilidade orçamentária (Bartoluzzio & Anjos, 2020).

No entanto, em municípios de menor desenvolvimento, onde o controle social e a transparência são mais limitados, a competição eleitoral pode intensificar distorções fiscais. O uso estratégico dos recursos públicos para fins eleitorais se torna mais evidente, com gestores recorrendo ao aumento de despesas com pessoal e benefícios de curto prazo para garantir apoio político (Motta & Moreira, 2007; Borges, 2010). Diante desse cenário, propõe-se a segunda hipótese:

H2: A competição eleitoral intensifica os efeitos do calendário eleitoral na relação entre desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal.

### **3. METODOLOGIA**

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, organizando-se de forma sistemática para garantir clareza e coerência na exposição dos métodos empregados. Inicialmente, a pesquisa é caracterizada conforme seus objetivos, procedimentos técnicos e abordagem metodológica. Em seguida, define-se a população e a amostra do estudo, detalhando os critérios de inclusão e exclusão dos municípios analisados. As variáveis utilizadas, incluindo dependentes, moderadoras, independentes e de controle, são descritas junto às suas fontes e justificativas teóricas. Posteriormente, são apresentados os modelos econométricos adotados para a análise dos dados, acompanhados dos testes estatísticos utilizados para validar a adequação da abordagem de regressão com dados em painel. Por fim, sintetiza-se o protocolo de análise empregado, garantindo transparência na condução da pesquisa e permitindo a replicação dos resultados.

#### **3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA**

Com o propósito de examinar o efeito moderador dos ciclos eleitorais sobre a relação entre diferenças socioeconômicas e a gestão fiscal dos municípios brasileiros, esta pesquisa

caracteriza-se como descritiva em seus objetivos, documental e bibliográfica em seus procedimentos técnicos e quantitativa em sua abordagem metodológica.

### 3.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A definição da amostra considerou o período de 2006 a 2021, selecionado por abranger diferentes ciclos econômicos e políticos, sendo 2006 o ano do índice Firjan mais antigo disponível e 2021 a base de dados mais recente do IBGE, utilizando dados anuais. Foram excluídas observações com dados faltantes, incluindo apenas municípios com informações completas para todas as variáveis. Além disso, foi aplicada a winsorização ao nível de 1% para reduzir o efeito de valores extremos nos dados.

Observações sem dados completos para variáveis, como receita própria ou despesas com pessoal, que frequentemente apresentavam lacunas, foram removidas. Após essa exclusão, a amostra foi composta por 5.567 municípios brasileiros, conforme detalhado na Tabela 2. A remoção dos dados faltantes pode ter impactado a representatividade da amostra, visto que os municípios excluídos podem ter características distintas, influenciando as conclusões gerais do estudo.

**Tabela 2**

*Critérios para seleção da amostra do estudo*

Critérios	Total Observações	Total Municípios
(=) Municípios que compõem a população	89.120	5.570
(-) Distrito Federal (Brasília)	-16	-1
(-) Fernando de Noronha	-16	-1
(-) Variáveis Faltantes	-6.695	-1
(=) Municípios que compõem a amostra	82.425	5.567

*Notas:* Fernando de Noronha e Brasília foram excluídos devido às suas particularidades administrativas e fiscais, que comprometem a comparabilidade com os demais municípios.

Fonte: O autor (2025).

### 3.3 VARIÁVEIS DA PESQUISA

Esta subseção tem como objetivo detalhar as variáveis da pesquisa, organizando-as em três categorias principais: (i) Variável Dependente, que representa a Gestão Fiscal dos Municípios; (ii) Variável Moderadora, correspondente aos Ciclos Políticos; e (iii) Variável Independente, associada às características socioeconômicas dos municípios. Essa estrutura visa garantir uma compreensão clara das variáveis e de seu papel na modelagem econométrica adotada no estudo.

### 3.3.1 Variável Dependente: Gestão Fiscal dos Municípios

Para medir a gestão fiscal, utilizou-se o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IGF), que atribui uma pontuação de 0 (mínima) a 1 (máxima), onde valores mais altos indicam melhor gestão fiscal. O índice é dividido em quatro categorias para facilitar a análise:

- A (Gestão de Excelência):  $> 0,8$
- B (Boa Gestão):  $\geq 0,6$  e  $\leq 0,8$
- C (Gestão em Dificuldade):  $\geq 0,4$  e  $\leq 0,6$
- D (Gestão Crítica):  $\leq 0,4$

O IGF original incluía cinco componentes (Receita Própria, Gastos com Pessoal, Liquidez, Investimentos e Custo da Dívida). A partir de 2013, os componentes foram atualizados para quatro dimensões igualmente ponderadas: Autonomia, Gastos com Pessoal, Liquidez e Investimentos. Essa atualização simplificou o índice, tornando a análise da gestão fiscal dos municípios mais equilibrada e garantindo que nenhum componente tivesse peso excessivo na avaliação do índice geral.

Devido a essa atualização, os dados do IGF anteriores a 2013 foram retirados do site oficial da Firjan, pois os critérios de cálculo do índice mudaram significativamente. No entanto, os indicadores de Gastos com Pessoal, Liquidez, Investimentos e o índice geral do IGF permaneceram consistentes de 2006 a 2021, garantindo a comparabilidade dos dados. Apesar das mudanças nas ponderações, esses indicadores continuam medindo a qualidade da gestão fiscal dos municípios de forma consistente, permitindo avaliar como o calendário eleitoral influenciou esses indicadores ao longo do tempo. A base de 2006 a 2012 foi disponibilizada por Bartoluzzio e Anjos (2020), possibilitando a análise histórica. Assim, o período estudado vai de 2006 a 2021, sendo este o último ano com dados do PIB municipal, usado como variável de controle para capturar o nível de riqueza local.

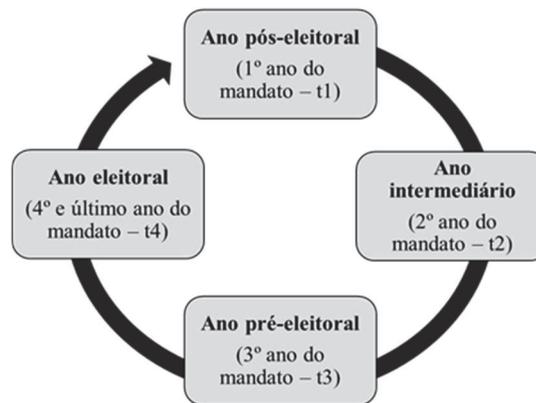
A variável de gestão de gastos com pessoal foi multiplicada por -1 para facilitar a interpretação, já que, ao contrário dos demais indicadores do Firjan, valores próximos de 1 indicam menor comprometimento do orçamento com a folha de salários do funcionalismo municipal. Isso significa maior espaço de manobra para políticas públicas. Essa inversão permite que todos os indicadores sejam interpretados de forma semelhante, em que valores mais altos indicam melhor desempenho fiscal, facilitando a comparação entre eles. Dessa forma, a análise do calendário eleitoral torna-se mais intuitiva, permitindo observar se os prefeitos tendem a aumentar ou reduzir o número de funcionários em anos de pré-eleição.

### 3.3.2 Variável Moderadora: Calendário Eleitoral

O calendário eleitoral é dividido em quatro estágios: pré-eleitoral, ano eleitoral, ano pós-eleitoral e ano intermediário (Vicente & Nascimento, 2012). Os anos do ciclo eleitoral estão expostos na Figura 3.

**Figura 3**

*Anos do ciclo eleitoral*



Fonte: Adaptado de Vicente e Nascimento (2012).

As variáveis moderadoras deste estudo foram elaboradas a partir dos estudos de Aquino e Azevedo (2017) e Bartoluzzio e Anjos (2020), que utilizaram variáveis *dummy* para representar os diferentes estágios do calendário eleitoral. O Ano Intermediário foi definido como a categoria de referência nas variáveis *dummy*, por ser um período estável e sem pressões eleitorais, o que permite uma comparação equilibrada com os outros estágios do ciclo eleitoral. Essa escolha segue práticas metodológicas recomendadas, utilizando períodos neutros como base de comparação para facilitar a interpretação dos resultados e evidenciar variações na influência das variáveis independentes em diferentes contextos eleitorais.

### 3.3.3 Variável Independente: Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios

Para captar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios, o presente estudo emprega a técnica de agrupamento (*cluster analysis*) para categorizar os municípios brasileiros de acordo com características socioeconômicas semelhantes de forma a maximizar a homogeneidade dentro dos grupos e a heterogeneidade entre eles. Os dados utilizados na análise de *clusters* foram obtidos de fontes reconhecidas pela sua credibilidade e abrangência.

Para tanto, as características socioeconômicas foram definidas com base em variáveis relacionadas à população, educação, infraestrutura, saúde e renda, permitindo uma análise abrangente do desenvolvimento dos municípios. A seleção dessas variáveis foi baseada em estudos como Brunozi Jr. et al. (2011), Gama et al. (2016) e Mendes et al. (2020), que examinaram indicadores sociais e econômicos relevantes para a caracterização das condições municipais. Esses estudos analisam aspectos como nível educacional, acesso a saneamento básico, taxa de emprego formal e distribuição de renda, elementos fundamentais para a diferenciação dos municípios brasileiros em termos de desenvolvimento.

Os dados populacionais e econômicos foram obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e foram utilizados para entender o desenvolvimento dos municípios. Os dados sobre educação foram extraídos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e refletem o capital humano local. As informações sobre saneamento foram extraídas do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e caracterizam a infraestrutura dos municípios. Os dados sobre gastos públicos foram extraídos da Secretaria do Tesouro Nacional (FINBRA) e foram utilizados para a elaboração dos modelos de dados em painel. As informações sobre partidos dos prefeitos e competição política foram obtidas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e que permitiram compreender os efeitos do contexto político na gestão fiscal e no comportamento dos gestores, além de permitirem identificar os padrões eleitorais e ideológicos.

As variáveis socioeconômicas selecionadas para a construção dos *clusters* capturam dimensões essenciais do desenvolvimento, como educação, saúde, emprego e renda, fundamentais para distinguir as características dos municípios e compreender as disparidades socioeconômicas. A seleção foi baseada em estudos que classificaram os municípios brasileiros segundo critérios como renda per capita, níveis de escolaridade, infraestrutura de saúde e acesso a serviços básicos (Brunozi et al., 2011; Gama et al., 2016; Mendes et al., 2020). As variáveis foram organizadas em fatores como educação, saúde, emprego, vulnerabilidade social e controle (população total e PIB per capita) e padronizadas para permitir comparações entre municípios de diferentes tamanhos, utilizando a população total para uniformizar a escala.

A Tabela 3 apresenta as variáveis utilizadas para o agrupamento dos municípios. Esses fatores refletem as condições estruturais dos municípios e são essenciais para a análise comparativa da gestão fiscal. Níveis mais altos de educação e saúde podem reduzir gastos emergenciais e melhorar a eficiência na alocação de recursos. Emprego e menor vulnerabilidade social favorecem a arrecadação própria e reduzem a dependência de transferências externas, enquanto a população e a renda determinam a base fiscal e o potencial de investimento local.

**Tabela 3***Variáveis Socioeconômicas para definição de clusters de desenvolvimento*

<b>Sigla</b>	<b>Variável</b>	<b>Mensuração</b>	<b>Principais Estudos</b>	<b>Fonte</b>
<b>Educação</b>				
Aprov_z	Aprovação Fundamental (%)	Percentual de aprovação no ensino fundamental	Brunozi et al. (2011).	INEP
<b>Saúde</b>				
Col.Esgoto_z	Esgoto coletado (%)	Percentual da população atendida com esgotamento sanitário	Morato et al. (2008); Brunozi et al. (2011).	SNIS
ColetaLixo_z	Lixo coletado (%)	Percentual da população atendida no município com coleta regular (pelo menos uma vez por semana)	Gama et al. (2016).	SNIS
AbastAgua_z	Abastecimento de água (%)	Percentual da população atendida com abastecimento de água	Morato et al. (2008); Brunozi et al. (2011).	SNIS
<b>Emprego e vulnerabilidade social</b>				
Vinc_PC_z	Vínculo per capita (%)	Percentual de empregados com carteira - 18 anos ou mais	Gama et al. (2016); Crespo e Gurovitz (2002).	Ministério do Trabalho
BolsaFampc_z	Bolsa Família	Valor per capita dispendido com o Bolsa Família	Shikida et al. (2009).	Ministério da Cidadania
<b>População e renda</b>				
Popul_z	População total	Número de pessoas residentes em cada município	Gama et al. (2016).	IBGE
PIBper_z	Produto Interno Bruto per capita	PIB total do município ÷ População total	Hendrick (2004).	IBGE

*Notas:* **Aprov\_z:** Percentual de aprovação no ensino fundamental; **Popul\_z:** População total; **BolsaFampc\_z:** Valor per capita dispendido com o Bolsa Família; **Vinc\_PC\_z:** Vínculos per capita; **ColetaLixo\_z:** Percentual da população atendida no município com coleta regular (pelo menos uma vez por semana); **AbastAgua\_z:** Percentual da população atendida com abastecimento de água; **Col.Esgoto\_z:** Percentual da população atendida com esgotamento sanitário; **PIBper\_z:** Produto Interno Bruto per capita. **Z:** Indica valores padronizados. **INEP:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; **SNIS:** Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento; **IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
Fonte: O autor (2025).

Esses fatores serviram para construir os clusters utilizados nos modelos econométricos deste estudo. Detalhes adicionais sobre a análise de clusters estão disponíveis no tópico de resultados.

Para captar as características socioeconômicas dos municípios, o presente estudo emprega a técnica de agrupamento (*cluster analysis*) para categorizar os municípios brasileiros de acordo com características socioeconômicas semelhantes de forma a maximizar a homogeneidade dentro dos grupos e a heterogeneidade entre eles. Para tanto, utilizou-se a técnica de cluster não hierárquico k-means, que define previamente o número de clusters, facilitando a análise dos padrões de desenvolvimento e seus efeitos na gestão fiscal.

O k-means é particularmente adequado para identificar grupos homogêneos em grandes volumes de dados devido à sua eficiência computacional e capacidade de lidar com grandes

conjuntos de dados de maneira rápida e eficaz (Bussab et al., 1990). O método determina a similaridade entre os objetos e, em um processo iterativo, forma subgrupos nos quais as distâncias internas (entre os membros do subgrupo) são minimizadas, enquanto as distâncias entre os subgrupos são maximizadas.

Segundo Jain (2009), o k-means calcula os centros dos clusters e os ajusta iterativamente até minimizar a variância interna. A distância euclidiana é utilizada como métrica de similaridade, conforme mostrado na equação (1):

$$d_{ab} = \left[ \sum_{j=1}^p (x_{aj} - x_{bj})^2 \right]^{1/2} \quad (1)$$

Em que:

$d_{ab}$  = representa a distância Euclidiana entre os pontos a e b.

$p = 1, 2, \dots, j$ ;

$x_{aj}$  = valor da variável j para o município a;

$x_{bj}$  = valor da variável j para o município b.

### 3.3.4 Variáveis de Controle

As variáveis de controle foram incluídas para isolar os efeitos do desenvolvimento socioeconômico e do calendário eleitoral sobre a gestão fiscal municipal, garantindo que os resultados reflitam o efeito específico dessas variáveis principais. Isso contribui para uma análise mais robusta, evitando que fatores externos interfiram na interpretação dos resultados. Fatores econômicos, fiscais e políticos são considerados influências significativas nessa relação, conforme destacado por Cossío (1998), Cruz et al. (2013) e Magalhães et al. (2019).

#### 3.3.4.1 Competição Política

Para mensurar a influência da competição política, foram incluídas variáveis que avaliam como a competitividade afeta as decisões fiscais dos gestores municipais. A variável Competição (Qpartidos) mede o nível de competição pelo número de partidos que participaram das eleições (Bartoluzio & Anjos, 2020), sendo que um maior número de partidos tende a aumentar a disputa e influenciar a alocação de recursos públicos para consolidar apoio político. Já a variável Competição (%votos) avalia a diferença de votos entre o prefeito eleito e o segundo colocado (Melo et al., 2015), presumindo-se que eleições mais acirradas levem a uma maior responsabilidade fiscal, pois o gestor busca manter sua base eleitoral para futuras disputas.

### 3.3.4.2 Ideologia dos Prefeitos

Para identificar o viés político dos gestores municipais, foram incluídas variáveis que captam a ideologia dos prefeitos, pois esse viés pode influenciar a gestão fiscal, afetando a alocação de recursos e a priorização de políticas públicas. As variáveis Partido de Esquerda (ParEsq), Partido de Centro (PartCen) e Partido de Direita (PartDir) indicam se o prefeito pertence a um partido de esquerda, centro ou direita, respectivamente, conforme descrito por Sakurai (2009), Sakurai e Menezes (2011) e Gonçalves et al. (2023). Essas variáveis são representadas por *dummies* que é atribuído o valor 1 (um) se o prefeito pertence ao grupo ideológico em questão, e 0 (zero) caso contrário.

Diversas abordagens de classificação dos partidos políticos são adotadas mundialmente. No Brasil, categorizações como Esquerda e Direita, Extrema-Esquerda e Extrema-Direita, e Centro-Esquerda e Centro-Direita têm sido utilizadas (Scheeffler et al., 2020; Bolognesi et al., 2022; Machado et al., 2022). Neste estudo, adotou-se a classificação de Gonçalves et al. (2023), que categoriza os partidos em três grupos principais: Esquerda, Centro e Direita. Essa escolha se deve à abrangência e simplicidade dessa classificação, permitindo uma análise clara e consistente dos grupos ideológicos no contexto brasileiro. A classificação ideológica de todos os partidos está apresentada na Tabela 4, que é fundamental para identificar a distribuição dos partidos políticos ao longo do espectro ideológico e suas possíveis implicações para a análise dos resultados.

**Tabela 4**  
*Caracterização ideológica dos partidos brasileiros*

<b>Esquerda</b>	<b>Centro</b>	<b>Direita</b>
PC do B	Patriota	DEM
PDT	PMB	Pode
PSB	MDB	PP
PSOL	PMN	PL
PT	Cidadania	Republicanos
Rede	PROS	PRTB
	PSDB	PSC
	PV	PSD
	Solidariedade	DC
		PSL
		Avante
		PTB
		PTC
		Novo

Fonte: Adaptado do estudo de Gonçalves et al. (2023).

### **3.3.4.3 Alinhamento Partidário**

Para avaliar o alinhamento partidário dos prefeitos foram incluídas as variáveis: i) Mesmo partido do presidente (AlinPres); e ii) Mesmo partido do governador (AlinGov) que consideram que o alinhamento partidário pode influenciar a gestão fiscal ao facilitar o acesso a recursos e promover a cooperação entre diferentes níveis de governo (Baldissera et al., 2019).

### **3.3.4.4 Transferências Intergovernamentais**

As transferências intergovernamentais, compostas por repasses da União e dos estados previstos na Constituição de 1988, foram incluídas para avaliar sua contribuição à disciplina fiscal. Essas transferências promovem previsibilidade orçamentária e incentivam os gestores a adotarem práticas fiscais mais responsáveis (Musgrave & Musgrave, 1980). As variáveis Dependência de transferências da União (DepTransfU) e Dependência de transferências do estado (DepTransfE) medem o grau de dependência financeira dos municípios em relação à União e ao estado, respectivamente, conforme descrito por Cossío (1998), Oates (2005) e Magalhães et al. (2019).

### **3.3.4.5 Capacidade de Arrecadação Própria**

A variável Capacidade de Arrecadação Própria (CapArrec) foi utilizada para mensurar a autonomia dos municípios na arrecadação, refletindo o esforço local em gerar receitas próprias. Esta variável mede a capacidade dos municípios de financiar suas despesas por meio de receitas tributárias, conforme descrito por Magalhães et al. (2019).

A inclusão dessas variáveis assegura uma análise mais precisa da relação entre desenvolvimento socioeconômico, calendário eleitoral e gestão fiscal, isolando fatores como desigualdades socioeconômicas, dependência de transferências intergovernamentais e alinhamento político, que poderiam influenciar os resultados. As variáveis de competição política ajudam a entender como o contexto eleitoral afeta as decisões fiscais, enquanto as variáveis ideológicas e de alinhamento partidário capturam a influência das preferências políticas dos gestores. As transferências intergovernamentais e a capacidade de arrecadação própria fornecem uma perspectiva sobre a dependência financeira e a autonomia dos municípios, contribuindo para uma análise mais abrangente. A Tabela 5 apresenta a síntese dessas variáveis.

**Tabela 5**  
*Variáveis de controle*

Variável	Descrição	Operacionalização	Relação Esperada	Referências
Competição (Qpartidos)	Avalia o nível de competição política pelo número de partidos que participaram das eleições.	Número de partidos efetivos concorrendo nas eleições.	-	Bartoluzio e Anjos (2020).
Competição (%votos)	Mede a competitividade considerando a diferença de votos entre o prefeito eleito e o segundo colocado.	$(\%votos\ 1^{\circ}\ colocado - \%votos\ 2^{\circ}\ colocado) / \%votos\ 1^{\circ}\ colocado$	-	Melo et al. (2015)
Partido de Esquerda (ParEsq)	Identifica a ideologia de esquerda do prefeito.	<i>Dummy</i> : (1) partidos de esquerda, (0) partidos de centro ou direita. Prefeitos de centro usados como referência.	-	Sakurai (2009); Sakurai e Menezes (2011); Gonçalves et al. (2023)
Partido de Direita (PartDir)	Identifica a ideologia de direita do prefeito.	<i>Dummy</i> : (1) partidos de direita, (0) partidos de centro ou esquerda. Prefeitos de centro usados como referência.	+	Sakurai (2009); Sakurai e Menezes (2011); Gonçalves et al. (2023).
Mesmo partido do presidente (AlinPres)	Verifica o alinhamento partidário com o presidente da República.	<i>Dummy</i> : (1) se o prefeito pertence ao mesmo partido do presidente, (0) caso contrário.	+	Baldissera et al. (2019).
Mesmo partido do governador (AlinGov)	Verifica o alinhamento partidário com o governador do estado.	<i>Dummy</i> : (1) se o prefeito pertence ao mesmo partido do governador, (0) caso contrário.	+	Baldissera et al. (2019).
Dependência de transferências da União (DepTransFU)	Mede o grau de dependência financeira dos municípios em relação à União.	Receitas de transferências da União / Total das receitas orçamentárias.	-	Cossío (1998); Oates (2005); Magalhães et al. (2019).
Dependência de transferências do estado (DepTransFE)	Mede o grau de dependência financeira dos municípios em relação ao estado.	Receitas de transferências do estado / Total das receitas orçamentárias.	-	Cossío (1998); Oates (2005); Magalhães et al. (2019).
Capacidade de arrecadação própria (CapArrecP)	Mede a capacidade de geração de receitas tributárias do município.	Receitas tributárias / Total das receitas orçamentárias.	+	Cossío (1998); Magalhães et al. (2019).
Número de habitantes (POP)	Representa o tamanho da população municipal.	Logaritmo natural do número de habitantes no final do exercício.	+	Sakurai e Menezes (2011)
Produto Interno Bruto (PIB)	Mede o crescimento do PIB municipal de um ano para outro.	$(PIB\ do\ ano\ atual - PIB\ do\ ano\ anterior) / PIB\ do\ ano\ anterior.$	+	Machado et al. (2022).

Nota: A competitividade foi medida pela diferença de votos no primeiro turno, mesmo em municípios com segundo turno, pois é antes dessa etapa que os gestores ainda têm margem para influenciar o orçamento, conforme a teoria dos ciclos políticos.

Fonte: O autor (2025).

### 3.4 RESUMO DAS VARIÁVEIS DEPENDENTES, INDEPENDENTES DE INTERESSE E MODERADORAS

Na Tabela 6 é apresentada uma síntese das variáveis dependentes e das variáveis independentes de interesse do estudo.

**Tabela 6**  
*Variáveis dependentes, moderadoras e independentes*

<b>Variáveis dependentes</b>			
<b>Variável</b>	<b>Descrição</b>	<b>Operacionalização</b>	<b>Referências</b>
Índice de Gestão Fiscal (IGF)	Mede a gestão fiscal geral dos municípios.	Índice Firjan de Gestão Municipal	Louzano et al. (2019); Bartoluzzio e Anjos (2020).
Gasto com Pessoal (GP)	Captura a saúde financeira dos municípios	Índice Firjan de Gestão Fiscal Gasto com Pessoal	Louzano et al. (2019); Bartoluzzio e Anjos (2020).
Liquidez (LIQ)	Captura a capacidade dos municípios em honrar com seus compromissos financeiros de curto prazo.	Índice Firjan de Gestão Fiscal Liquidez	Louzano et al. (2019); Bartoluzzio e Anjos (2020).
Investimento (INV)	Captura o volume de investimentos realizados pelos municípios em relação às suas receitas.	Índice Firjan de Gestão Fiscal Investimento	Louzano et al. (2019); Bartoluzzio e Anjos (2020).
<b>Variáveis moderadoras</b>			
Anos eleitoral (AEL)	Ano das eleições (2008, 2012, 2016 e 2020).	Variável <i>dummy</i> representando: (1) anos eleitoral (0) anos não eleitorais.	Vicente e Nascimento (2012).
Anos pré-eleitoral (APE)	Ano que antecede o ano das eleições.	Variável <i>dummy</i> representando: (1) anos pré-eleitoral (0) anos pós-eleitoral e eleitoral.	Vicente e Nascimento (2012).
Anos pós-eleitoral (APO)	Primeiro ano que sucede o ano das eleições.	Variável <i>dummy</i> representando: (1) anos pós-eleitoral (0) anos pré-eleitoral e eleitoral.	Vicente e Nascimento (2012).
<b>Variáveis independentes</b>			
<b>Variáveis de interesse</b>			
<b>Variável</b>	<b>Descrição</b>	<b>Operacionalização</b>	<b>Referências</b>
Cluster 1 ( <i>Centro</i> )	Captura os municípios com os melhores níveis de desenvolvimento socioeconômico.	Análise de clusters	Gama et al. (2016)
Cluster 3 ( <i>Periferia</i> )	Captura os municípios com os piores níveis de desenvolvimento socioeconômico.	Análise de clusters	Gama et al. (2016)

Fonte: O autor (2025).

### 3.5 MODELOS ECONOMÉTRICOS

Os dados foram analisados por meio de regressão com dados em painel, no horizonte temporal de 2006 a 2021, e no Stata versão 17. Para verificar a adequação do modelo de painel foram aplicados testes estatísticos, incluindo o teste de Hausman para escolha entre efeitos fixos e aleatórios, o teste de Breusch-Pagan para verificar heterocedasticidade e o teste de Wooldridge para detectar a presença de autocorrelação serial nos resíduos do modelo.

A avaliação das hipóteses utilizou dois modelos econométricos principais, resultando em 16 diferentes modelos. Essa abordagem permitiu captar a complexidade das relações entre as variáveis e garantir uma análise robusta dos fenômenos investigados. Os primeiros quatro modelos (Equação 1) analisaram o efeito direto do calendário eleitoral sobre a gestão fiscal municipal, considerando indicadores como liquidez, gastos com pessoal e nível de investimento, bem como os efeitos diretos dos clusters de desenvolvimento socioeconômico sobre a gestão fiscal. Os modelos subsequentes (Equação 2) capturaram o efeito moderador dos ciclos eleitorais, analisando as interações entre os anos do calendário e os clusters, tendo o ano intermediário e o cluster *Intermediário* como categorias de referência.

$$\begin{aligned}
 IGF_{it}, LIQ_{it}, GP_{it}, INV_{it} \\
 = \beta_0 + \beta_1 APE_i + \beta_2 AEL_i + \beta_3 APO_i + \sum_{c=1}^{11} \Phi \text{Controles} + \sum_{c=2}^{16} \Psi \text{Ano} + \varepsilon_{it} \quad (1)
 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned}
 IGF_{it}, LIQ_{it}, GP_{it}, INV_{it} \\
 = \beta_0 + \beta_1 Centro_t + \beta_2 Periferia_t + \beta_2 Centro_t * DummyCalendário_t \\
 + \beta_2 Periferia_t * DummyCalendário_t + \sum_{c=1}^{11} \Phi \text{Controles} + \sum_{c=2}^{16} \Psi \text{Ano} + \varepsilon_{it} \quad (2)
 \end{aligned}$$

Em que: **IGF**: Indicador de Gestão Fiscal Geral do município *i* no período *t*; **LIQ**: Índice Firjan de Gestão Fiscal Liquidez do município *i* no período *t*; **GP**: Índice Firjan de Gestão Fiscal Gasto com Pessoal do município *i* no período *t*; **INV**: Índice Firjan de Gestão Fiscal Investimento do município *i* no período *t*; **APE**: Ano Pré-Eleitoral; **AEL**: Ano Eleitoral; **APÓ**: Ano Pós-Eleitoral. **Variáveis de Controle**: Competição política pelo número de partidos que participaram das eleições do município *i* no período *t*; Competitividade considerando a diferença de votos entre o prefeito eleito e o segundo colocado do município *i* no período *t*; Ideologia política do prefeito do município *i* no período *t*; alinhamento partidário em relação ao governo e presidente da república do município *i* no período *t*; dependência de transferências da União e do Estado do município *i* no período *t*; capacidade de arrecadação própria do município *i* no período *t*; população do município *i* no período *t*; crescimento do PIB do município *i* no período *t*; **Variáveis de Período Anual**: Variáveis dicotômicas correspondendo aos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021, em que a variável dicotômica de referência representa o ano de 2006.

Testes adicionais exploraram o efeito moderador do calendário eleitoral em diferentes níveis de competição política: alta, média e baixa. A análise da competição política foi relevante, pois pesquisadores sugerem que a competitividade influencia diretamente o

comportamento dos gestores, afetando suas decisões fiscais e a eficiência na alocação de recursos (Ferris et al., 2008; Adit & Eterovic, 2011; Bartoluzzio & Anjos, 2020).

Em contextos de alta competição, gestores tendem a adotar práticas fiscais mais responsáveis para assegurar apoio eleitoral, enquanto em baixa competição, a pressão é menor. A competitividade política foi medida pela proporção de votos recebidos, categorizada em alta (até 10%), média (entre 10% e 25%) e baixa (acima de 25%). Esses testes adicionais foram essenciais para capturar as nuances dos efeitos do calendário eleitoral em diferentes contextos de competitividade.

### 3.6 PROTOCOLO DE ANÁLISE DOS DADOS

Foram utilizadas a análise descritiva e teste de normalidade dos dados, análise de correlação, análise de regressão com dados em painel. Na Tabela 7 é apresentado o protocolo de tratamento e análise estatística realizados neste estudo.

**Tabela 7**

*Protocolo de análise de dados e tratamentos estatísticos*

Etapa	Teste estatístico	Descrição	Parâmetro de análise	Referencias
Análise descritiva dos dados	Medidas de Tendência Central	Indicam os valores equidistantes dos extremos da distribuição de frequência	Média e Mediana da amostra	Hair et al. (2009).
	Medidas de Dispersão (desvio-padrão)	Avalia o desvio-padrão da distribuição de frequências	Desvio-padrão em torno da média	Hair et al. (2009).
Análise de correlação	Coefficiente de correlação de Spearman	Mensura o nível de correlação entre duas variáveis	valor r que varia de -1 a 1	Wooldridge (2012) e Fávero e Belfiore (2017).
Regressão com dados em painel	Teste Variance Inflation Factor (VIF)	Avalia se as variáveis independentes de um modelo de regressão possuem multicolinearidade	VIF com valores superiores a 10 indicam multicolinearidade entre variáveis independentes	Gujarati e Porter (2011).
	Test de Breusch-Pagan	Avalia se os dados de um modelo de regressão possuem heterocedasticidade	valor-p < 0,05 existência de heterocedasticidade nos dados	Fávero e Belfiore (2017).
	Teste de Wooldridge	Avalia se os dados de um modelo de regressão possuem autocorrelação serial de primeira ordem	valor-p < 0,05 existência autocorrelação serial de primeira ordem	Fávero e Belfiore (2017).
	Teste de Lagrange Multiplier Brench-Pagan	Avalia a estimação mais adequada entre pooled e efeitos aleatórios	valor-p < 0,05 os dados de regressão se adequam de melhor forma à estimação em efeitos aleatórios	Gujarati e Porter (2011); Fávero e Belfiore (2017).

Fonte: O autor (2025).

Conforme a Tabela 7, os dados foram analisados inicialmente de forma descritiva, utilizando medidas de tendência central e dispersão. Em seguida, realizou-se uma análise de clusters, já discutida em tópico anterior, para agrupar os municípios por níveis de desenvolvimento socioeconômico, uma das variáveis independentes deste estudo. Posteriormente, foi feita uma análise de correlação para identificar as associações entre as variáveis dependentes, independentes de interesse e de controle. Por fim, foram realizadas análises de regressão com dados em painel para testar as hipóteses do estudo.

## **4. DESCRIÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **4.1 ANÁLISE DE *CLUSTERS***

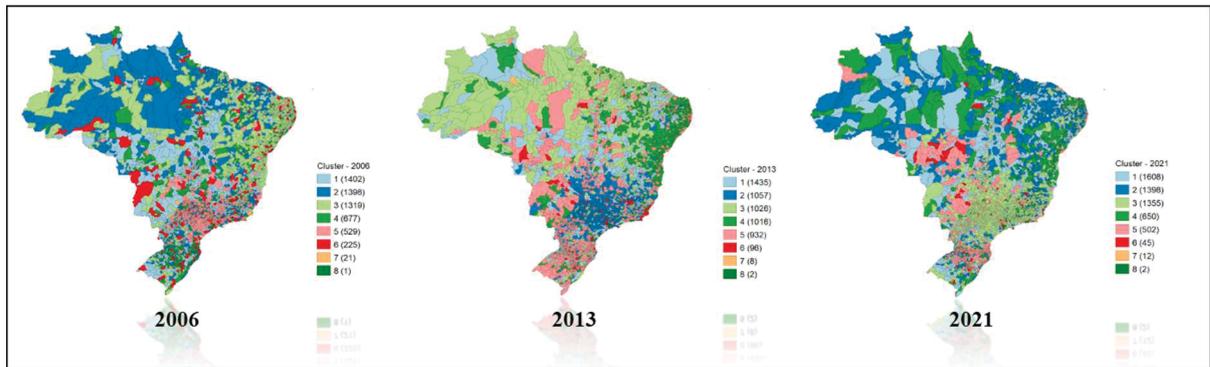
A diversidade socioeconômica dos municípios brasileiros exige uma abordagem que organize os dados em grupos distintos, facilitando a identificação de padrões específicos que poderiam ser negligenciados em uma análise isolada. Neste estudo, utiliza-se a análise de clusters para agrupar municípios com níveis de desenvolvimento socioeconômico semelhantes, possibilitando uma investigação mais detalhada das variações na gestão fiscal entre esses grupos.

A metodologia adotada baseou-se em estudos anteriores (Andrade, 2009; Gama et al., 2016) que forneceram suporte teórico e metodológico para definir os critérios de agrupamento dos municípios. Inicialmente, essa metodologia gerou oito *clusters*. No entanto, devido à similaridade nas médias de alguns *clusters*, a análise detalhada de todos seria redundante. Assim, optou-se por realizar uma fusão hierárquica desses grupos com base no desempenho socioeconômico, considerando indicadores como renda per capita, infraestrutura e acesso a serviços públicos. Como resultado, foram formados três clusters finais que refletem, de maneira mais clara, as diferentes realidades dos municípios.

A fusão dos clusters preservou a integridade dos resultados, mantendo a coerência com os níveis de desenvolvimento socioeconômico. Essa abordagem evitou redundâncias e garantiu que os grupos fossem representativos das diversas realidades observadas, permitindo uma análise mais consistente. Para capturar as mudanças ao longo dos anos, realizou-se análises de clusters em corte transversal (*cross-section*), permitindo observar as flutuações nos grupos ao longo do tempo, dado que o desenvolvimento socioeconômico é influenciado por fatores externos.

A Figura 4 mostra os mapas dos clusters para os anos de 2006, 2013 e 2021, proporcionando uma visualização das mudanças na distribuição dos municípios entre os grupos ao longo do período analisado.

**Figura 4**  
*Análise de clusters para os oito clusters*



Fonte: O autor (2025).

Essas mudanças ajudam a compreender a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico dos municípios e evidenciam a relevância do desenvolvimento regional a gestão fiscal. Houve, por exemplo, uma expansão do Cluster 8, que inicialmente incluía apenas São Paulo e, a partir de 2013, passou a abranger também o Rio de Janeiro. Já o Cluster 6 sofreu uma redução significativa, passando de 225 municípios em 2006 para 96 em 2013 e 45 em 2021, indicando uma aparente deterioração nas condições socioeconômicas desses municípios. Para uma análise mais detalhada, foi elaborado o Apêndice A - Mapas de clusters k-means: análise de proximidade (2006-2021), que apresenta os oito agrupamentos originais em diferentes períodos. Esse apêndice permite observar, com maior precisão, a evolução socioeconômica dos municípios e suas transformações ao longo do tempo, destacando padrões regionais de crescimento e estagnação.

A distribuição dos clusters sugere que alguns territórios experimentaram melhorias em sua estrutura socioeconômica, enquanto outros sofreram processos de declínio, reforçando a importância de considerar o desenvolvimento regional na análise da gestão fiscal. Além disso, é possível identificar padrões regionais no desenvolvimento econômico dos municípios, destacando a influência do desenvolvimento regional na gestão fiscal. Análises adicionais nesse sentido poderiam aprofundar a compreensão sobre as disparidades regionais e sua relação com a evolução dos clusters.

A Tabela 8 apresenta as médias dos indicadores socioeconômicos dos oito clusters em 2021, facilitando a comparação das características dos grupos.

**Tabela 8**

*Valores em média das variáveis utilizadas na análise de agrupamento do ano 2021 (8 clusters)*

Clusters/Denominação	Aprov_z	Popul_z	BolsaFampc_z	Vinc_PC_z	ColetaLixo_z	AbastAgua_z	Col.Esgoto_z	PIBper_z	Reclassificação
	Média								Total
1/Desenvolvimento 6	1,25	-0,07	-0,03	-0,13	0,73	0,58	-0,34	0,21	2,21 3
2/Desenvolvimento 8	1,22	-0,10	-0,04	-0,47	-0,16	-0,85	-0,41	-0,08	-0,89 3
3/Desenvolvimento 5	1,29	0,12	-0,03	0,55	1,31	0,85	1,81	0,56	6,46 3
4/Desenvolvimento 7	-0,23	-0,06	-0,03	-0,26	0,13	-0,10	-0,25	-0,01	-0,82 3
5/Desenvolvimento 4	1,09	0,01	-0,04	2,00	1,00	0,67	0,09	2,18	7,00 2
6/Desenvolvimento 3	1,13	-0,01	-0,04	2,63	0,74	0,47	0,50	10,32	15,74 2
7/Desenvolvimento 2	1,11	7,69	9,55	1,62	1,76	0,94	1,06	0,52	24,24 1
8/Desenvolvimento 1	1,33	45,56	11,32	2,25	1,81	1,24	2,21	1,77	67,48 1

*Notas:* **Aprov\_z:** Percentual de aprovação no ensino fundamental; **Popul\_z:** População total; **BolsaFampc\_z:** Valor per capita dispendido com o Bolsa Família; **Vinc\_PC\_z:** Vínculos per capita; **ColetaLixo\_z:** Percentual da população atendida no município com coleta regular (pelo menos uma vez por semana); **AbastAgua\_z:** Percentual da população atendida com abastecimento de água; **Col.Esgoto\_z:** Percentual da população atendida com esgotamento sanitário; **PIBper\_z:** Produto Interno Bruto per capita. **Z:** Indica valores padronizados.

Fonte: O autor (2025).

A análise dos clusters referente ao ano de 2021 evidencia uma diversidade marcante nas condições de vida e nos indicadores econômicos e sociais dos municípios brasileiros, destacando tanto avanços quanto desafios nas áreas de infraestrutura, saneamento e distribuição de renda. Ao agrupar municípios em oito clusters de desenvolvimento, observa-se padrões que revelam como fatores econômicos, infraestrutura básica e acesso a serviços públicos se inter-relacionaram ao longo do ano, variando entre as diferentes regiões do país.

Em primeiro lugar, os clusters com níveis de PIB per capita mais altos em 2021 foram o Cluster 6 (Desenvolvimento 3, com PIB per capita de 10,32) e o Cluster 5 (Desenvolvimento 4, com 2,18). O Cluster 6 apresentou o valor de PIB per capita mais alto, destacando-se por sua robustez econômica, enquanto o Cluster 5 também demonstrou infraestrutura e satisfação pública significativas. O Cluster 8, por exemplo, destacou-se com altos índices de aprovação (1,33) e bons serviços de coleta de lixo (1,81) e esgoto (2,21), embora seu PIB per capita (1,77) não tenha sido o segundo maior valor entre os clusters. Já o Cluster 6, embora apresente indicadores medianos de saneamento básico, beneficiou-se de uma economia robusta, o que ajudou a promover a satisfação da população e um ambiente de desenvolvimento socioeconômico positivo. Estes dois clusters, compostos principalmente por municípios

economicamente desenvolvidos, ilustram a forte correlação observada em 2021 entre desenvolvimento econômico e qualidade dos serviços públicos essenciais.

Por outro lado, os Clusters 1 (Desenvolvimento 6) e 2 (Desenvolvimento 8) mostraram aprovação alta (1,25 e 1,22, respectivamente), mas com desafios em acesso a saneamento e abastecimento de água. Essa combinação de aprovação pública positiva e infraestrutura deficiente sugere que, nesses municípios, outros fatores, como emprego ou acesso a serviços públicos de outro tipo, contribuíram para uma percepção positiva da população. No entanto, os déficits significativos em infraestrutura continuam a impactar negativamente a qualidade de vida. Estes clusters são compostos em sua maioria por municípios das regiões Norte e Nordeste, refletindo a carência de infraestrutura nessas áreas em 2021, especialmente em comparação com o Sudeste e o Sul, conforme observado na Figura 4.

O Cluster 3 (Desenvolvimento 5), concentrando muitos municípios no Sudeste e Sul, destacou-se em 2021 por apresentar um equilíbrio positivo em seus indicadores. Com uma aprovação de 1,29, além de bons índices de coleta de lixo (1,31) e esgoto (1,81) e um PIB per capita acima da média (0,56), esse cluster sugere uma consistência na qualidade de vida, indicando que, nestas regiões, a manutenção de serviços básicos e a satisfação pública permaneceram equilibradas. De forma similar, o Cluster 5 (Desenvolvimento 4) se destacou por uma taxa alta de formalização no mercado de trabalho (2,00) e um PIB per capita expressivo (2,18), fatores que colaboraram para o desenvolvimento econômico e a satisfação pública observada no ano.

Os clusters com indicadores medianos ou negativos revelam os maiores desafios estruturais de 2021. O Cluster 4 (Desenvolvimento 7) apresentou aprovação negativa (-0,23) e baixos índices de coleta de lixo (0,13) e abastecimento de água (-0,10), sinalizando insatisfação pública e uma necessidade evidente de melhorias nos serviços básicos. Já o Cluster 7 (Desenvolvimento 2), embora apresente uma população expressiva (7,69) e indicadores sociais relativamente positivos (aprovação em 1,11 e coleta de lixo em 1,76), exibe um PIB per capita baixo (0,52), o que sugere desigualdade na distribuição de renda e a necessidade de políticas que mitiguem essa disparidade para alcançar um desenvolvimento mais inclusivo.

Esses padrões observados em 2021 reforçam a relação entre desenvolvimento econômico e qualidade de vida, mostrando que os municípios com economias mais fortes tendem a fornecer melhores condições de vida e maior satisfação pública. No entanto, o nível alto de aprovação em alguns clusters com infraestrutura básica deficiente sugere que fatores locais, como iniciativas de emprego e assistência, podem influenciar a percepção pública, mas não substituem a importância de uma infraestrutura adequada.

Em conclusão, a análise dos clusters em 2021 destaca a necessidade de políticas públicas que considerem as disparidades regionais e as peculiaridades de cada grupo de municípios. Exemplos incluem investimentos em saneamento básico no Norte e Nordeste e programas de capacitação para promover a geração de empregos. De forma semelhante, fortalecer áreas desenvolvidas podem servir de modelo para outras regiões ao incentivar a construção de um ambiente mais igualitário.

#### 4.1.1 Construção da variável independente de interesse

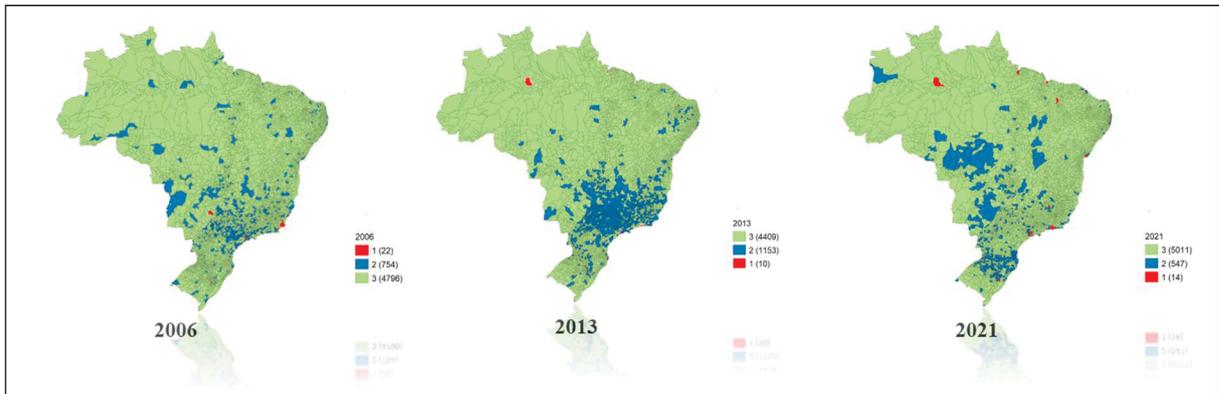
Para a análise dos dados em painel no período de 2006 a 2021, os clusters de desenvolvimento socioeconômico foram agrupados de forma hierárquica em três grandes categorias: *Centro*, *Intermediário* e *Periferia*. Essa classificação foi estabelecida considerando a ordem de desenvolvimento de cada cluster, conforme descrito no Tabela 8, e possibilitou uma estrutura analítica mais simplificada e comparável ao longo dos anos.

O agrupamento começou pela fusão dos clusters com os maiores índices de desenvolvimento, formando o cluster *Centro*, para garantir a representação consistente dos municípios mais avançados socioeconomicamente, refletindo a concentração de recursos e infraestrutura. Essa categoria reuniu os clusters de Desenvolvimento 1 e 2 que apresentam os melhores indicadores socioeconômicos e de infraestrutura consolidada.

O cluster *Intermediário* foi formado pelos clusters de Desenvolvimento 3 e 4, compostos por municípios com desenvolvimento mediano, tanto em infraestrutura quanto em indicadores socioeconômicos. Este grupo foi usado como referência na análise de regressão para evitar problemas de colinearidade entre as variáveis, permitindo comparações mais robustas. A colinearidade ocorre quando duas ou mais variáveis independentes estão altamente correlacionadas, dificultando a distinção de seus efeitos, o que compromete a confiabilidade dos resultados.

Por fim, criou-se a categoria *Periferia*, que reúne os clusters de Desenvolvimento 5, 6, 7 e 8, representando os municípios com maiores desafios socioeconômicos e estruturais, refletindo os menores indicadores de desenvolvimento. A Figura 5 mostra os três novos agrupamentos para os anos de 2006, 2013 e 2021. Destaca-se que os clusters foram agrupados ano a ano. Para uma análise detalhada dos agrupamentos e sua distribuição espacial ao longo dos anos, foi elaborado o Apêndice B - Mapas de Agrupamento por Desenvolvimento Socioeconômico (2006-2021), que apresenta a categorização final dos clusters em diferentes períodos, permitindo uma visão clara das transformações ao longo do tempo.

**Figura 5**  
Fusão hierárquica dos clusters



Notas: Cor verde = municípios do cluster Periferia; Cor azul = municípios do cluster Intermediário; Cor Vermelha = municípios do cluster Centro.

Fonte: O autor (2025).

A análise dos clusters ao longo dos anos revela uma dinâmica clara na distribuição dos municípios entre os clusters *Centro*, *Intermediário* e *Periferia*, destacando as disparidades estruturais e o desenvolvimento desigual entre os municípios brasileiros. Entre 2006 e 2021, observou-se um aumento constante de municípios na categoria *Periferia*, seguida pelo grupo Intermediário e, em menor número, pelo cluster *Centro*.

Esse cenário reflete os desafios enfrentados por muitas cidades brasileiras, com uma distribuição desigual de recursos e oportunidades. Por exemplo, em 2006, o cluster *Centro* incluía 22 municípios, número que caiu para 10 em 2013 e subiu levemente para 14 em 2021, mostrando uma persistente escassez de cidades de alto desenvolvimento. Essa flutuação indica que crises econômicas, mudanças em políticas públicas e dificuldades em manter investimentos constantes podem impactar negativamente a inclusão de municípios nesse grupo.

O cluster *Intermediário*, passou de 754 municípios em 2006 para um pico de 1.153 em 2013, antes de cair para 547 em 2021. Essa variação reflete períodos de progresso seguidos por retrocessos socioeconômicos em várias regiões. Muitos municípios foram reclassificados para o cluster *Periferia*, especialmente nas regiões Sudeste e Sul, onde o desenvolvimento econômico, embora robusto, ainda é insuficiente para alcançar o nível do cluster *Centro*.

A categoria *Periferia*, a mais populosa, passou de 4.796 municípios em 2006 para 4.409 em 2013, voltando a crescer para 5.011 em 2021. Esse aumento destaca o agravamento das desigualdades regionais, indicando que muitos municípios enfrentam dificuldades para avançar em termos de desenvolvimento. As mudanças nos clusters sugerem a necessidade de políticas públicas mais direcionadas para as regiões menos favorecidas, visando reduzir as disparidades

no desenvolvimento. Exemplos incluem incentivos fiscais para empresas que se instalem em regiões menos favorecidas, investimentos em infraestrutura básica, como saneamento e estradas, além do desenvolvimento de programas de capacitação profissional para aumentar as oportunidades de emprego nas regiões.

Para facilitar a análise temporal dos clusters e aplicar os dados a um modelo de regressão em painel, foram criadas variáveis *dummy* anuais para cada grupo de desenvolvimento (*Centro* e *Periferia*, tendo o *Intermediário* como referência) de 2006 a 2021. Essa abordagem permite observar a evolução dos grupos e avaliar a influência dos diferentes níveis de desenvolvimento nas variáveis analisadas.

Como apontam Andrade (2009) e Gama et al. (2016), a tipologia dos municípios brasileiros não se resume a essas variáveis, dada a complexidade dos fatores que influenciam o desenvolvimento municipal. A transformação contínua das características socioeconômicas e a presença de fatores não contemplados neste modelo também limitam uma classificação permanente. Isso reforça a necessidade de estudos contínuos e de ajustes metodológicos para captar a dinâmica das mudanças que afetam os municípios.

Em alinhamento com o objetivo deste estudo, espera-se que a associação dos clusters ao ciclo eleitoral revele padrões sobre como o calendário eleitoral influencia a relação entre desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal. Esses padrões podem ajudar a entender como o ciclo eleitoral impacta nas políticas públicas e nas decisões de gestão fiscal, especialmente em municípios com diferentes níveis de desenvolvimento.

Durante os períodos eleitorais, os gestores podem alocar recursos e implementar estratégias com foco nas demandas populares, como a expansão de programas sociais, a melhoria de serviços públicos (como saúde e educação) e a realização de obras de infraestrutura, buscando resultados políticos favoráveis (Drazen & Eslava, 2010). Em municípios com menos recursos e maior dependência financeira, como os do cluster *Periferia*, essas pressões tendem a ser mais intensas, gerando ajustes específicos na alocação de recursos públicos. Em contraste, nos municípios do cluster *Centro*, onde as condições socioeconômicas são mais favoráveis, a gestão fiscal tende a ser mais estável e menos influenciada pelas variações do ciclo eleitoral.

Assim, o modelo proposto permite investigar não apenas a influência direta das diferenças socioeconômicas na gestão fiscal, mas também como essas diferenças são intensificadas ou suavizadas pelo contexto eleitoral, capturando os desafios e as complexidades da administração fiscal nos municípios brasileiros.

## 4.2 ANÁLISE DESCRITIVA DA GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Conforme discutido na sessão 3, metodologia, o Índice de Gestão Fiscal (IGF) é uma média ponderada dos subindicadores: receita própria, gasto com pessoal, investimento, liquidez e custo da dívida. O Índice é apresentado em uma escala de 0 a 1, em que os valores mais elevados indicam melhor gestão das receitas e despesas públicas dos municípios (FIRJAN).

O IGF considera indicadores de cumprimento de metas e limites legais, além da receita própria e do investimento. Ele avalia a situação fiscal dos municípios ao longo do tempo, mas não mensura diretamente a qualidade da gestão fiscal que envolve aspectos mais amplos, como eficiência administrativa, inovação e transparência na gestão pública (Magalhães, 2017). Avaliar a qualidade da gestão fiscal requer analisar todo o ciclo orçamentário, do planejamento à execução, comparando o que foi planejado com o que foi efetivamente executado, seguindo os princípios da gestão fiscal responsável (Magalhães, 2017).

A Tabela 9 apresenta a análise descritiva do Índice de Gestão Fiscal dos municípios ao longo dos anos, destacando a média, mediana, desvio-padrão, e a variação anual do índice em diferentes fases do ciclo eleitoral.

**Tabela 9**

*Análise descritiva do Índice de Gestão Fiscal dos municípios*

Ano	Calendário Eleitoral	Média	Mediana	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo	Varição Anual do Índice (%)
2006		0,49	0,48	0,13	0,09	0,89	-
2007	APE	0,49	0,49	0,14	0,09	0,89	-0,830
<b>2008</b>	<b>AEL</b>	<b>0,52</b>	<b>0,52</b>	<b>0,14</b>	<b>0,08</b>	<b>0,89</b>	<b>7,080</b>
2009	APO	0,46	0,47	0,14	0,07	0,88	-11,156
2010		0,50	0,51	0,14	0,08	0,89	9,085
2011	APE	0,50	0,51	0,14	0,08	0,89	-0,124
<b>2012</b>	<b>AEL</b>	<b>0,50</b>	<b>0,51</b>	<b>0,14</b>	<b>0,07</b>	<b>0,89</b>	<b>-0,075</b>
2013	APO	0,45	0,45	0,20	0,07	0,89	-10,503
2014		0,46	0,45	0,21	0,07	0,89	1,580
2015	APE	0,41	0,40	0,20	0,07	0,89	-10,824
<b>2016</b>	<b>AEL</b>	<b>0,46</b>	<b>0,46</b>	<b>0,19</b>	<b>0,07</b>	<b>0,89</b>	<b>13,161</b>
2017	APO	0,40	0,38	0,19	0,07	0,89	-14,474
2018		0,44	0,44	0,20	0,07	0,89	11,841
2019	APE	0,47	0,47	0,20	0,07	0,89	5,756
<b>2020</b>	<b>AEL</b>	<b>0,53</b>	<b>0,53</b>	<b>0,20</b>	<b>0,07</b>	<b>0,89</b>	<b>12,981</b>
2021	APO	0,57	0,61	0,21	0,07	0,89	8,783
<b>Geral</b>		<b>0,48</b>	<b>0,48</b>	<b>0,17</b>	<b>0,07</b>	<b>0,89</b>	<b>-</b>

*Notas:* APE: Ano Pré-Eleitoral; AEL: Ano Eleitoral; APO: Ano Pós-Eleitoral. Nesta tabela, foram utilizados os valores winsorizados da variável IGF, ajustados para aplicação nos modelos econométricos. Por esse motivo, os valores máximos apresentados não atingem 1,00.

Fonte: O autor (2025).

Nos anos pré-eleitorais (2007, 2011, 2015, 2019), nota-se uma tendência de queda no IGF o que sugere que os gestores reduzem os investimentos para reservar recursos para o ano

eleitoral seguinte. Estudos de Brollo et al. (2013) e Sakurai e Menezes-Filho (2008) corroboram essa tendência, ao constatar que os gestores públicos ajustam suas estratégias orçamentárias para maximizar os recursos disponíveis durante os anos eleitorais.

Nos anos eleitorais (2008, 2012, 2016, 2020), o IGF geralmente aumentou, como observado em 2008 (+7,08%) e 2020 (+12,98%). Esse aumento sugere uma maior alocação de recursos voltada a ganhos eleitorais, indicando que os gestores intensificam as despesas para obter benefícios políticos durante as eleições (Rogoff, 1990; Sakurai & Menezes, 2011; Arvate et al., 2010).

Nos anos pós-eleitorais (2009, 2013, 2017), o IGF apresentou quedas, como -11,16% em 2009 e -10,50% em 2013, refletindo ajustes fiscais necessários após gastos elevados nos anos eleitorais. Esses ajustes incluíram cortes de despesas não essenciais e revisão de contratos públicos para restaurar a sustentabilidade fiscal (Eslava, 2005; Drazen & Eslava, 2010; Brender & Drazen, 2007).

Em 2021, um ano pós-eleitoral, o IGF apresentou uma variação positiva de +8,78%, possivelmente impulsionada pelos gastos excepcionais realizados para enfrentar a pandemia de COVID-19. Cardoso et al. (2023) destacam que o governo federal transferiu R\$ 22,5 bilhões para os municípios em 2020, o que pode ter contribuído para a melhoria da gestão fiscal nos anos seguintes. Contudo, muitos municípios reduziram os gastos em saúde com recursos próprios, o que sugere uma possível ineficiência no uso dos fundos transferidos (Cardoso et al., 2023).

As crises recentes aumentaram a disparidade fiscal entre os municípios. Alves (2019) observou que a crise financeira de 2008 afetou negativamente os municípios com menor capacidade de gerar receitas. A crise de 2015-2016 resultou em uma postura orçamentária mais cautelosa, com os municípios limitando o aumento dos gastos públicos (Marconato et al., 2021). Essa cautela refletiu-se no aumento do desvio-padrão do IGF a partir de 2013, que passou de 0,14 para 0,21, indicando maior disparidade fiscal entre os municípios (Magalhães et al., 2019).

A análise da estatística descritiva foi estruturada em duas partes para facilitar a compreensão dos fatores que impactam a gestão fiscal dos municípios brasileiros. Primeiramente, examinam-se os efeitos das crises econômicas recentes sobre as finanças municipais, considerando como choques externos afetaram a capacidade de arrecadação e os padrões de gasto público ao longo do tempo. Em seguida, são comparados municípios com diferentes níveis de desempenho fiscal, destacando as características comuns entre aqueles que apresentam melhores e piores resultados. Essa abordagem segmentada permite uma avaliação

mais precisa das condições que influenciam a estabilidade fiscal, considerando tanto a influência de eventos macroeconômicos quanto as especificidades da administração local.

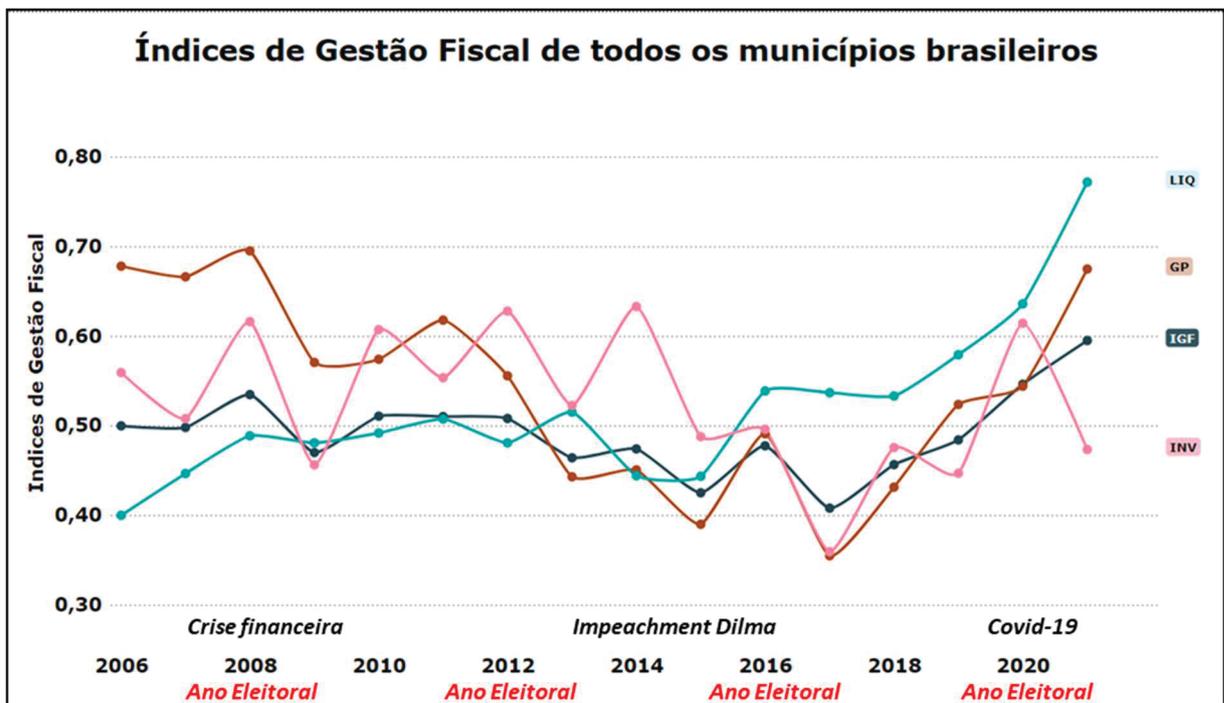
#### 4.2.1 Efeito das Crises Econômicas

Os efeitos das crises econômicas, como a de 2015-2016, diferenciaram-se entre os municípios com base em suas capacidades fiscais. Municípios com menor capacidade de arrecadação foram mais afetados, demonstrando a vulnerabilidade fiscal que amplia a disparidade entre os entes locais. Esta análise evidencia a importância de considerar a capacidade de arrecadação ao avaliar a resiliência fiscal dos municípios.

A Figura 6 ilustra o comportamento do IGF e de seus subindicadores ao longo do período analisado, apresentando os subíndices de gasto com pessoal, investimento e liquidez. A análise da Figura 6 focará em como o equilíbrio fiscal foi buscado ao longo do tempo, destacando os desafios e estratégias adotados pelos municípios para manter a sustentabilidade fiscal em um contexto de ciclos eleitorais e crises econômicas.

**Figura 6**

*Índices de gestão fiscal de todos os municípios brasileiros*



**Notas:** IGF: Índice de Gestão Fiscal Geral; GP: Gastos com Pessoal; LIQ: Liquidez; INV: Investimentos; **Ano Eleitoral:** refere-se ao período de eleições municipais no Brasil; **Crise Financeira:** refere-se à crise financeira global ocorrida entre 2008 e 2009; **Impeachment de Dilma Rousseff:** refere-se ao período de crise político-econômica no Brasil entre 2014 e 2016, culminando na saída da presidente Dilma Rousseff; **Covid-19:** refere-se à crise sanitária mundial causada pela pandemia do coronavírus.

Fonte: O autor (2025).

A Figura 6 mostra os padrões de aumento e redução de gastos. As variações nos gastos com pessoal (GP) impactam significativamente o Índice de Gestão Fiscal (IGF), indicando uma forte relação entre o IGF e o GP. Em segundo lugar, nota-se que o equilíbrio das contas públicas é influenciado pela alternância entre elementos de despesa menos rígidos, como os Investimentos (INV) e os Gastos com Pessoal (GP), que ao longo da série apresentaram comportamentos opostos. Enquanto os Investimentos aumentam, os Gastos com Pessoal tendem a diminuir, e vice-versa, mostrando uma relação de compensação entre essas duas categorias de despesa. Em anos eleitorais, em média, os municípios abrem espaço na folha de pagamento para aumentar os investimentos locais (Magalhães, 2017).

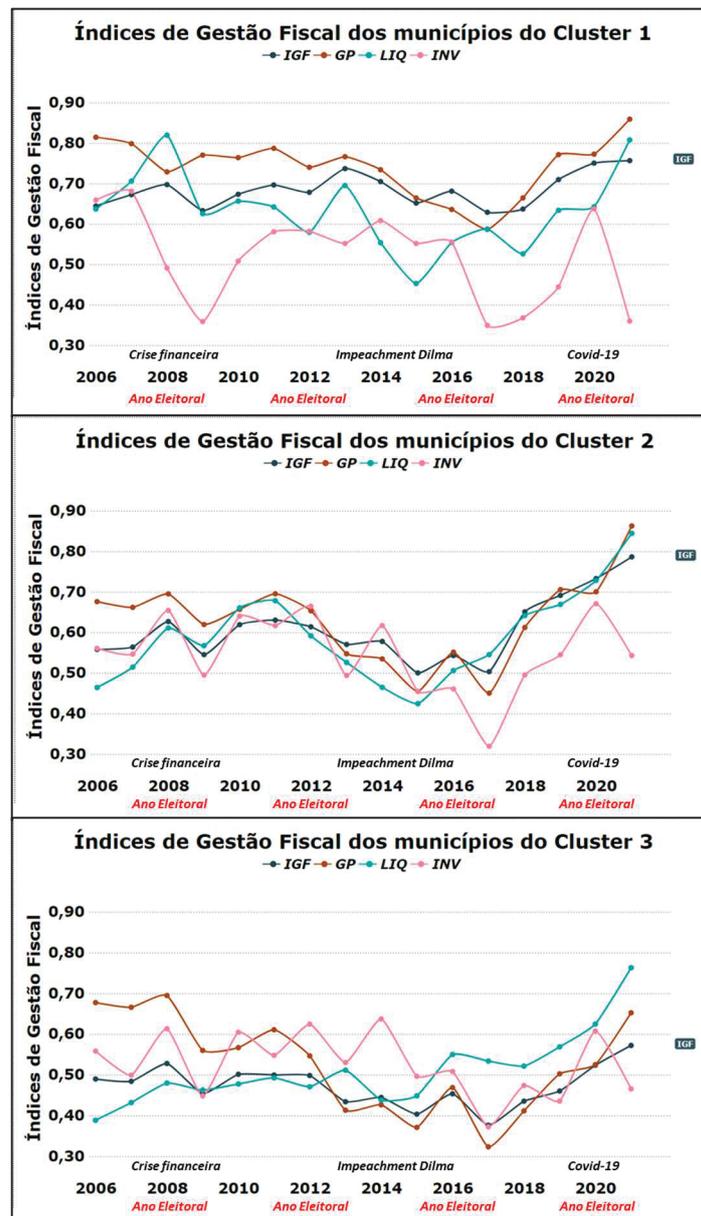
Contudo, a partir do ano de 2015, os níveis de investimentos públicos locais tiveram uma forte diminuição, refletindo os possíveis danos da crise econômica internacional de 2008, cujos efeitos se prolongaram, e da crise política e econômica interna de 2015-2016. Nota-se que, a partir desse período, somente em anos de eleição (2016 e 2020) os investimentos tiveram um desempenho próximo a 0,50 na escala do Índice de Gestão Fiscal, que varia de 0 a 1. Isso significa dizer que, em média, os municípios brasileiros não tiveram investimentos níveis de investimentos acima de 12% das suas receitas totais. Esse comportamento pode ter gerado maior disponibilidade de caixa para os governos locais, evidenciada pelo aumento proporcional no Índice de Liquidez (LIQ).

Desta forma, aumentar as disponibilidades por meio de cortes nos investimentos parece ser uma estratégia considerada mais eficiente para os gestores públicos locais, pois permite maior flexibilidade no ajuste do orçamento e garantindo a disponibilidade de caixa sem comprometer despesas obrigatórias, como salários e previdência (Louzano et al., 2019). Por exemplo, durante a crise de 2015-2016, muitos municípios reduziram seus investimentos em infraestrutura para manter os compromissos salariais e evitar atrasos nos pagamentos, o que ajudou a preservar a estabilidade fiscal no curto prazo (Marconato et al., 2021; Bartoluzzio e Anjos, 2020).

Nesta perspectiva, os Gastos com Pessoal são vistos como mais rígidos dentro do orçamento municipal, uma vez que incluem despesas com salários de servidores públicos, assistência e previdência social, e estão sujeitos a restrições legais e contratuais que limitam a flexibilidade dos gestores em reduzir essas despesas (Fioravante et al., 2006; Magalhães, 2017; Sakurai, 2013; Marconato et al. 2021). Assim, pela discricionariedade dos investimentos, estes se tornam elementos mais propensos a ajustes conforme a necessidade orçamentária, como verificado por estudos anteriores (Menezes & Toneto Júnior, 2006; Santolin et al., 2009; Magalhães, 2017).

A Figura 7 evidencia como a gestão fiscal é condicionada pela estrutura econômica de cada cluster. A estrutura econômica determina a capacidade de arrecadação e a flexibilidade orçamentária, influenciando diretamente a gestão fiscal. Os municípios mais desenvolvidos conseguem manter um equilíbrio fiscal mais constante e respondem melhor aos ciclos eleitorais do que os menos desenvolvidos.

**Figura 7**  
*Evolução dos índices de gestão fiscal por cluster*



Notas: **Cluster 1**: Municípios com os melhores níveis de desenvolvimento socioeconômico; **Cluster 2**: Municípios com níveis intermediários de desenvolvimento socioeconômico; **Cluster 3**: Municípios com os piores níveis de desenvolvimento socioeconômico; **IGF**: Índice de Gestão Fiscal Geral; **GP**: Gastos com Pessoal; **LIQ**: Liquidez; **INV**: Investimentos; **Ano Eleitoral**: Refere-se ao período de eleições municipais no Brasil; **Crise Financeira**: refere-se à crise financeira global ocorrida entre 2008 e 2009; **Impeachment de Dilma Rousseff**: Refere-se ao

período de crise político-econômica no Brasil entre 2014 e 2016, culminando na saída da presidente Dilma Rousseff; **Covid-19**: refere-se à crise sanitária mundial causada pela pandemia do coronavírus.  
Fonte: O autor (2025).

Na análise da Figura 7, observa-se que, apesar do equilíbrio geral nos indicadores de gestão fiscal, há padrões distintos nos comportamentos de investimento público entre os diferentes clusters de municípios. Para tornar a discussão mais clara, os *Clusters 1, 2 e 3* são denominados como *Centro, Intermediário e Periferia*, respectivamente.

Os municípios do *Centro (Cluster 1)*, mais desenvolvidos, têm maior capacidade de ajustar investimentos públicos após os períodos eleitorais, devido à maior disponibilidade de recursos. Essa disponibilidade permite flexibilidade para redirecionar fundos e manter projetos essenciais (Reis, 2015; Gama et al., 2016). Além disso, a infraestrutura consolidada facilita esses ajustes, tornando o processo mais eficiente (Brandão, 2019).

Após as eleições de 2016, muitos municípios do *Centro* readequaram seus investimentos, priorizando áreas como saúde e educação, que possuem limites mínimos de investimento exigidos pela legislação (Arretche, 2013), e reduzindo gastos em projetos menos urgentes. Essa flexibilidade permite preservar recursos para momentos estratégicos, como anos pré-eleitorais e eleitorais, garantindo visibilidade política e atendendo às demandas da população (Drazen & Eslava, 2010; Klein & Sakurai, 2015).

Nos municípios do *Intermediário (Cluster 2)* e da *Periferia (Cluster 3)*, essa estratégia é inviável devido às limitações financeiras, como a baixa arrecadação própria, a dependência de transferências intergovernamentais, e às necessidades urgentes de infraestrutura, incluindo saneamento básico deficiente, estradas precárias e falta de equipamentos públicos essenciais (Cruz et al., 2015). A necessidade constante de melhorias estruturais nesses locais impõe desafios aos gestores, que precisam manter investimentos consistentes para atender às demandas urgentes, reduzindo a flexibilidade para responder ao ciclo eleitoral (Klein & Sakurai, 2015).

A relação entre os gastos com pessoal no setor público é complexa. Nos municípios do cluster *Intermediário* e da *Periferia*, os Gastos com Pessoal são mais rígidos devido à estabilidade de emprego dos servidores públicos e aos compromissos legais, como contratos e direitos adquiridos, dificultando ajustes estratégicos nas despesas ao longo dos ciclos eleitorais. Louzano et al. (2019) apontam que atender demandas locais reprimidas, como melhorias na infraestrutura básica, serviços públicos e políticas sociais, é um grande desafio.

Esse processo consome grande parte da capacidade de gestão e dos recursos disponíveis. Em algumas localidades, o governo local é a principal fonte de renda devido à falta de

investimentos privados, o que torna o setor público essencial para a economia local (An et al., 2019). No entanto, essa dependência do setor público resulta em efeitos sociais de longo prazo, como a redução de oportunidades econômicas, dificultando o desenvolvimento e incentivando a migração de trabalhadores para outras regiões (Gomes et al., 2013; Gama et al., 2016).

A migração, por sua vez, contribui para a estagnação econômica, limitando o crescimento local (Gama et al., 2016). A mão de obra qualificada dessas regiões pode ainda migrar para as cidades do *Centro* (*Cluster 1*), que oferecem melhores perspectivas de crescimento profissional e estabilidade financeira (Dota & Queiroz, 2019; Brandão, 2019).

Diante desses efeitos, a análise segue com uma abordagem detalhada do desempenho fiscal dos municípios no ano de 2021, permitindo uma avaliação mais específica das condições recentes da gestão fiscal municipal. Considerando que os dados foram tratados anualmente, essa abordagem possibilita uma comparação mais clara entre os municípios com melhores e piores indicadores, destacando fatores estruturais e administrativos que podem ter influenciado esses resultados. Essa segmentação contribui para uma compreensão mais precisa das diferenças na gestão fiscal, facilitando a identificação de padrões que caracterizam os municípios com maior e menor eficiência na administração de seus recursos.

#### **4.2.2 Municípios com Melhores e Piores Índices de Gestão Fiscal (IGF) no Ano de 2021**

A Tabela 10 apresenta os dez melhores e piores municípios em termos do Índice de Gestão Fiscal (IGF) geral, para o ano de 2021. Além disso, exibe dados sobre população, PIB per capita, despesa orçamentária per capita, receitas tributárias e transferências intergovernamentais per capita. Esses indicadores foram escolhidos por refletirem a capacidade dos municípios de gerar receitas próprias, a eficiência na alocação de recursos e a dependência de transferências, elementos fundamentais para avaliar a qualidade da gestão fiscal. Esses indicadores são analisados para entender melhor as diferenças na capacidade de gestão fiscal entre os dois perfis de municípios, como a eficiência na arrecadação de receitas próprias e a dependência de transferências, e identificar padrões de desenvolvimento regional no contexto brasileiro.

**Tabela 10***Municípios com melhores e piores Índices de Gestão Fiscal (IGF) no ano de 2021*

<b>Dez municípios com melhores índices</b>						
<b>Municípios</b>	<b>IGF</b>	<b>População</b>	<b>PIB</b>	<b>Desp. Orç.</b>	<b>Rec. Trib.</b>	<b>Rec. Transf.</b>
Mata de São João (BA)	1,00	47.126	28.193,82	4.378,98	2.767,48	2.275,77
Lagoa Santa (MG)	1,00	65.657	33.332,24	3.962,01	1.595,56	2.100,86
Vazante (MG)	1,00	20.642	56.607,42	3.602,00	552,64	3.357,53
Paraíso das Águas (MS)	1,00	5.654	188.222,06	9.556,10	1.401,80	10.064,16
Gavião Peixoto (SP)	1,00	4.815	245.914,78	9.613,65	2.910,46	7.473,48
Santana de Parnaíba (SP)	1,00	142.301	81.136,05	7.824,86	4.824,37	2.940,49
São Pedro (SP)	1,00	35.980	24.633,87	4.705,37	1.053,05	2.529,80
Alvorada do Sul (PR)	1,00	11.503	29.428,10	4.414,33	801,65	3.238,89
Vitorino (PR)	1,00	6.859	72.652,68	4.686,63	739,88	4.195,38
Araquari (SC)	1,00	39.524	189.451,53	4.619,35	1.117,08	3.417,65
<b>Média</b>	<b>1,00</b>	<b>38.006,10</b>	<b>94.957,26</b>	<b>5.736,33</b>	<b>1.776,40</b>	<b>4.159,40</b>
<b>Dez municípios com piores índices</b>						
<b>Municípios</b>	<b>IGF</b>	<b>População</b>	<b>PIB</b>	<b>Desp. Orç.</b>	<b>Rec. Trib.</b>	<b>Rec. Transf.</b>
Maracanã (PA)	0,01	29.516	9.822,58	2.697,34	70,69	1.972,96
Icatu (MA)	0,01	27.269	6.564,25	2.519,36	51,64	2.041,27
Coelho Neto (MA)	0,02	49.621	9.325,93	2.925,12	130,36	1.882,65
União dos Palmares (AL)	0,02	65.790	21.521,13	3.169,75	81,43	1.585,82
Santa Rosa de Lima (SE)	0,03	3.923	14.043,73	5.719,10	209,08	4.801,04
Altinho (PE)	0,03	22.984	9.681,40	2.442,44	71,61	1.811,42
Tutóia (MA)	0,03	59.398	9.195,61	2.597,17	58,55	1.737,34
Primavera (PE)	0,03	15.101	19.312,18	3.111,06	57,93	2.482,45
Roteiro (AL)	0,03	6.649	30.705,02	5.990,62	58,67	4.549,98
Potengi (CE)	0,03	11.106	9.955,79	2.752,74	43,70	2.416,68
<b>Média</b>	<b>0,02</b>	<b>29.135,70</b>	<b>14.012,76</b>	<b>3.392,47</b>	<b>83,36</b>	<b>2.528,16</b>

*Notas: IGF:* Índice de Gestão Fiscal; *PIB:* Produto Interno Bruto per capita; *Desp. Orç.:* Despesa orçamentária per capita; *Rec. Trib.:* Receita tributária per capita; *Rec. Transf.:* Receitas de transferências intergovernamentais (União e Estado) per capita; \*Os valores utilizados nesta tabela não foram winsorizados para permitir uma análise descritiva das melhores e piores cidades em termos de gestão fiscal. No entanto, para as demais análises realizadas no estudo, as variáveis numéricas foram winsorizadas, visando reduzir vieses causados por valores extremos.

Fonte: O autor (2025).

Entre os dez municípios com melhores resultados, a média do IGF foi de 1,00. Destacam-se Mata de São João (BA), único município do Nordeste, por sua eficiente arrecadação própria e forte setor turístico, e Paraíso das Águas (MS), do Centro-Oeste, devido à sua elevada capacidade de investimento em infraestrutura, enquanto os demais pertencem às regiões Sul e Sudeste. A população média desses municípios é de 38 mil habitantes, variando de 4,8 mil (Gavião Peixoto, SP) a 143 mil (Santana de Parnaíba, SP). O PIB per capita médio foi de aproximadamente R\$ 95 mil, com Gavião Peixoto (SP) apresentando o valor mais alto, de R\$ 246 mil.

Os municípios com melhor desempenho fiscal também registraram uma despesa orçamentária média de R\$ 5.736 per capita e uma receita tributária média de R\$ 1.776 per capita. As transferências intergovernamentais tiveram um valor médio de R\$ 4.159 per capita. Esses resultados indicam que os municípios mais eficientes em gestão fiscal têm menor dependência de transferências e são capazes de gerar receitas próprias de forma significativa.

Em contraste, os dez municípios com piores desempenhos fiscais apresentaram uma média de IGF de apenas 0,02. A população média deste grupo é de 29,1 mil habitantes, concentrada exclusivamente nas regiões Nordeste e Norte. O PIB per capita médio desses municípios foi de R\$ 14 mil, cerca de sete vezes menor do que o das cidades com melhor desempenho fiscal. A receita tributária também reflete essa diferença: enquanto os municípios mais eficientes tiveram uma receita média de R\$ 1.776 per capita, os piores registraram apenas R\$ 83,36 — 21 vezes menor.

Os municípios com piores índices de gestão também apresentaram menores despesas orçamentárias e receitas de transferências intergovernamentais. A menor despesa orçamentária pode ser tanto uma causa quanto uma consequência do fraco desempenho fiscal, refletindo a baixa capacidade de investimento e a limitada arrecadação de recursos próprios. A despesa orçamentária média desses municípios foi de R\$ 3.392 per capita, enquanto as receitas de transferências intergovernamentais foram de R\$ 2.528 per capita. Essa diferença acentua a disparidade entre os grupos, evidenciando que a capacidade de arrecadação própria e a efetividade na gestão dos recursos são fatores críticos para um melhor desempenho fiscal.

A análise dos desempenhos extremos em gestão fiscal revela uma forte relação entre o nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios e sua capacidade de gerar receitas próprias e administrar recursos de forma eficiente. Municípios do Sul e Sudeste, com melhores índices, destacam-se pela maior arrecadação tributária e PIB per capita elevado, o que favorece uma gestão fiscal sustentável e planejada. Em contraste, os municípios do Norte e Nordeste, com os piores índices, enfrentam desafios significativos, como baixa arrecadação própria e alta dependência de transferências intergovernamentais, que restringem sua capacidade de investimento e resposta às demandas locais. Esses desequilíbrios ressaltam a importância da autonomia financeira, pois a dependência excessiva de transferências compromete a eficiência da gestão e aumenta a vulnerabilidade fiscal.

#### 4.3 ANÁLISE DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS DE CONTROLE

A Tabela 11 apresenta a análise descritiva das variáveis de controle utilizadas no estudo. Essas variáveis incluem o crescimento do PIB, a dependência de transferências da União e do Estado, a capacidade de arrecadação própria, e a competição política, medida pela quantidade de partidos e pela proporção de votos entre o primeiro e o segundo colocados nas eleições municipais.

Além disso, foram incluídas variáveis relacionadas à ideologia do prefeito e ao alinhamento partidário em relação ao governador e ao presidente da república. Essas variáveis têm como objetivo isolar o efeito das diferenças de desenvolvimento socioeconômico e do calendário eleitoral sobre os indicadores de gestão fiscal dos municípios brasileiros. Além disso, proporcionam uma visão mais detalhada das dinâmicas econômicas e políticas que influenciam a administração municipal.

**Tabela 11**  
*Estatística descritiva das variáveis de controle*

Variáveis	Média	Desvio-padrão			Mínimo	Máximo	Obs.
		O	B	W			
Competição (Qpartidos)	2,8637	1,2979	0,9965	0,8286	1	8	82.425
Competição (%votos)	0,1988	0,2279	0,1276	0,1895	0,0021	1	82.425
PIB (crescimento)	0,1134	0,1370	0,0321	0,1334	-0,2333	0,6824	82.425
DepTransfU	0,4915	0,1496	0,1355	0,0621	0,1482	0,8379	82.425
DepTransfE	0,2044	0,1051	0,0998	0,0336	0,0348	0,5124	82.425
CapArrecP	0,0657	0,0575	0,0532	0,0204	0,0082	0,3080	82.425
Variáveis	FA	FR%	ÑFA	FR%	Obs.		
PartEsq	19.283	23,39%	63.142	76,61%	82.425		
PartDir	30.808	37,38%	51.617	62,62%	82.425		
PartCentro	32.334	39,23%	50.091	60,77%	82.425		
AlinGov	13.652	16,56%	68.773	83,44%	82.425		
AlinPres	9.463	11,48%	72.962	88,52%	82.425		
Ñalin	59.310	71,96%	23.115	28,04%	82.425		

*Notas:* **O:** Overall; **B:** Between; **W:** Within; **Obs.:** Observações; **FA:** Frequência absoluta dos municípios alinhados ou pertencentes a um grupo específico. **ÑFA:** Frequência absoluta dos municípios não alinhados ou não pertencentes a um grupo específico. **FR%:** Frequência relativa em termos percentuais. **Competição (Qpartidos):** Número de partidos concorrendo nas eleições; **Competição (%votos):** Percentual de votos obtido pelo prefeito eleito em relação ao segundo colocado; **PartEsq:** Partidos de Esquerda; **PartDir:** Partidos de Direita; **PartCentro:** Partidos de Centro; **AlinGov:** Prefeito do mesmo partido do governador; **AlinPres:** Prefeito do mesmo partido do presidente; **Ñalin:** Prefeitos não alinhados com governo e presidente; **DepTransfU:** Dependência de transferências da União; **DepTransfE:** Dependência de transferências estaduais; **CapArrecP:** Capacidade de arrecadação própria.

Fonte: O autor (2025).

Os resultados mostram que a Competição Política, medida pelo número de partidos (média de 2,86), varia entre os municípios, com um máximo de 8 partidos competindo, indicando diferentes cenários eleitorais. Já a porcentagem de votos entre o prefeito eleito e o segundo colocado mostra uma média de 19,88%, o que é considerado um nível médio de competição. Na escala adotada na pesquisa, uma competição alta corresponde até 10%, enquanto a competição média está entre 10% e 25%, e acima disso é considerada uma competição baixa. Isso sugere uma fragmentação significativa dos votos em muitas localidades, com alguns contextos ainda marcados por alta competição, com um mínimo de 0,021%.

O Crescimento do PIB apresentou uma média de 11,34%, variando de -23,33% a 68,24%, o que demonstra diferenças substanciais no desenvolvimento econômico municipal.

Essas variações refletem desigualdades significativas, com alguns municípios, como Indaiavaí (MT), experimentando um crescimento robusto, enquanto outros, como Guajará-Mirim (RO), enfrentam retrações econômicas preocupantes.

No que diz respeito à Receita, os municípios dependem fortemente de transferências, recebendo, em média, 49,15% dos seus recursos da União e 20,44% dos estados. Essa dependência limita sua autonomia financeira e os torna vulneráveis a mudanças nas políticas fiscais, afetando diretamente sua capacidade de planejamento financeiro e reduzindo a possibilidade de investimento em iniciativas locais de longo prazo. A capacidade de arrecadação própria é baixa, com uma média de apenas 6,57% e pouca variação (de 0,82% a 30,80%), sugerindo a necessidade de políticas para fortalecer a independência financeira local.

Quanto ao Alinhamento Partidário, a Tabela 11 revela que 23,39% dos municípios são alinhados a partidos de esquerda, 37,38% a partidos de direita e 39,23% a partidos de centro. No entanto, a maioria dos municípios não está alinhada com os governos estadual (83,44%) ou federal (88,52%), indicando que o alinhamento político direto com os níveis mais altos de governo é relativamente raro.

Estudos demonstram que o alinhamento político pode influenciar a alocação de recursos intergovernamentais e a viabilização de parcerias institucionais, uma vez que gestores alinhados aos níveis superiores de governo tendem a receber repasses mais expressivos e apoio administrativo diferenciado (Sakurai & Menezes-Filho, 2011). Contudo, é importante ressaltar que o conceito de alinhamento adotado nesta pesquisa não contempla alianças partidárias amplas, as quais podem mitigar os efeitos da ausência de convergência direta entre os entes federativos.

Esses resultados indicam que os municípios brasileiros enfrentam uma série de desafios em termos de desenvolvimento econômico e gestão fiscal, especialmente devido à alta dependência de transferências e à baixa capacidade de arrecadação própria. A diversidade na competição política e as variações de alinhamento partidário também desempenham um papel importante na forma como os recursos são alocados e nas estratégias adotadas para melhorar a gestão fiscal. Por exemplo, municípios alinhados com governos estaduais ou federais tendem a receber mais recursos, facilitando investimentos em infraestrutura e serviços públicos, enquanto aqueles sem alinhamento enfrentam maiores dificuldades para garantir financiamento adicional.

#### 4.4 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO

A análise inferencial possibilita verificar as relações entre as variáveis dependentes e independentes em modelos multivariados, permitindo entender como diferentes fatores afetam os resultados e identificar padrões relevantes para a gestão fiscal dos municípios. Antes da análise, é necessário verificar a relação entre as variáveis por meio de um teste de correlação. Em função disso, as variáveis dependentes, independentes de interesse e independentes de controle foram submetidas ao teste de correlação de Spearman. Os resultados estão apresentados na Tabela 12.

Tabela 12

Matriz de correlação de Spearman

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)
(1) IGF	1																			
(2) GP	-0,65	1																		
(3) LIQ	0,62	-0,19	1																	
(4) INV	0,52	-0,22	0,12	1																
(5) Centro	0,05	-0,04	0,02	0,00	1															
(6) Periferia	-0,21	0,07	-0,06	0,01	-0,11	1														
(7) AEL	0,08	-0,06	0,02	0,13	0,01	0,03	1													
(8) APE	-0,04	-0,01	-0,04	-0,05	0,01	0,01	-0,33	1												
(9) APO	-0,03	0,06	0,10	-0,16	-0,01	-0,07	-0,33	-0,34	1											
(10) Qpartidos	0,01	0,07	0,01	-0,16	0,06	-0,12	-0,02	-0,01	0,04	1										
(11) %votos	0,08	-0,05	0,04	0,04	0,00	-0,07	0,00	0,00	0,00	-0,12	1									
(12) PartEsq	-0,02	0,01	-0,03	-0,01	0,00	0,00	0,01	0,01	-0,03	0,03	0,00	1								
(13) PartDir	-0,02	0,02	0,02	-0,03	0,00	0,03	-0,02	-0,02	0,06	-0,02	-0,01	-0,43	1							
(14) AlinGov	0,03	-0,03	0,00	0,02	0,01	-0,01	-0,01	0,01	-0,01	-0,01	0,01	0,02	-0,21	1						
(15) AlinPres	-0,01	0,02	0,00	-0,02	0,00	-0,03	-0,02	0,02	-0,02	0,04	0,00	0,26	-0,22	0,05	1					
(16) PIB	0,08	-0,09	0,03	0,07	-0,01	0,00	0,05	-0,04	0,01	-0,04	-0,01	0,01	0,00	0,03	-0,03	1				
(17) POP	0,03	0,10	-0,02	-0,13	0,07	-0,17	0,00	0,00	0,01	0,49	0,03	0,07	-0,04	0,01	0,05	-0,01	1			
(18) DepTransfU	-0,46	0,09	-0,25	-0,08	-0,06	0,34	0,03	0,03	-0,04	-0,30	-0,06	-0,01	0,04	-0,03	-0,05	0,03	-0,52	1		
(19) DepTransFE	0,46	-0,25	0,23	0,07	0,01	-0,29	-0,02	0,00	0,01	0,03	0,05	-0,03	-0,03	0,04	0,01	-0,01	-0,03	-0,54	1	
(20) CapArrecP	0,45	-0,18	0,17	0,01	0,07	-0,33	0,00	0,00	0,01	0,32	0,07	-0,01	-0,03	0,03	0,03	0,01	0,47	-0,68	0,49	1

Notas: \* Valores em negrito indicam nível de significância de 1%; valores não destacados não são significativos; valores em negrito e com destaque em azul indicam significância de 5%; valores em negrito e com destaque em amarelo indicam significância de 10%. IGF: Índice de Gestão Fiscal Geral; GP: Gastos com Pessoal; LIQ: Liquidez; INV: Investimentos; Centro: Municípios com altos níveis de desenvolvimento socioeconômico; Periferia: Municípios com baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico; AEL: Ano eleitoral municipal; APE: Ano pré-eleitoral municipal; APO: Ano pós-eleitoral municipal; Competição (Qpartidos): Número de partidos concorrendo nas eleições. Competição (%votos): Percentual de votos obtido pelo prefeito eleito em relação ao segundo colocado. PartEsq: Partidos de Esquerda. PartDir: Partidos de Direita. AlinGov: Prefeito do mesmo partido do governador. AlinPres: Prefeito do mesmo partido do presidente. PIB: Crescimento do Produto Interno Bruto. POP: Logaritmo natural da população. DepTransfU: Dependência de transferências da União. DepTransFE: Dependência de transferências estaduais. CapArrecP: Capacidade de arrecadação própria.

Fonte: O autor (2025).

O Índice de Gestão Fiscal (IGF) é composto por indicadores como Gastos com Pessoal (GP), Liquidez (LIQ) e Investimento (INV), que apresentam correlações significativas entre si. Gastos com Pessoal (GP) tem a maior correlação com o IGF ( $p=-0,65$ ; valor- $p < 0,01$ ), seguido por Liquidez (LIQ) ( $p=0,62$ ; valor- $p < 0,01$ ) e Investimento (INV) ( $p=0,52$ ; valor- $p < 0,01$ ). Os Gastos com pessoal representam uma parte significativa das despesas municipais, impactando a estabilidade fiscal e tornando seu controle essencial. Municípios com boa gestão fiscal tendem a controlar melhor essas despesas e manter liquidez, enquanto o investimento também contribui, embora de forma menos significativa, para a gestão fiscal (Cruz et al., 2013; Magalhães, 2017).

Comparando os clusters *Centro* e *Periferia*, observa-se que as variáveis IGF, GP e LIQ apresentam correlações de sinais opostos. Nos municípios do *Centro*, as correlações positivas podem ser atribuídas a uma maior capacidade técnica (Gama et al., 2016), recursos disponíveis e um contexto socioeconômico favorável, que permitem uma gestão mais eficiente. Já nos municípios da *Periferia*, as correlações negativas refletem a falta de capacidade técnica e menor disponibilidade de recursos, resultando em maiores dificuldades fiscais (Gama et al., 2016; Magalhães et al., 2019).

No *Centro*, IGF ( $p=0,05$ ; valor- $p < 0,01$ ) e LIQ ( $p=0,02$ ; valor- $p < 0,01$ ) têm correlações positivas, enquanto GP tem uma correlação levemente negativa ( $p=-0,04$ ; valor- $p < 0,01$ ), indicando que a gestão fiscal ainda é favorável, apesar das restrições em Gastos com Pessoal. Na *Periferia*, IGF ( $p=-0,21$ ; valor- $p < 0,01$ ) e LIQ ( $p=-0,06$ ; valor- $p < 0,01$ ) têm correlações negativas, enquanto GP apresenta uma correlação positiva ( $p=0,07$ ; valor- $p < 0,01$ ), sugerindo uma maior dependência de Gastos com Pessoal, mesmo com dificuldades fiscais.

A correlação negativa entre o IGF e os municípios periféricos ( $p=-0,21$ ; valor- $p < 0,01$ ) indica que essas áreas enfrentam maiores dificuldades fiscais, conforme discutido por Magalhães et al. (2019), que destacam as diferenças inter-regionais em capacidade técnica de gestão e condições socioeconômicas, institucionais e regionais.

O índice de Investimento (INV) apresenta comportamentos distintos entre os clusters. Nos municípios do *Centro*, a correlação é insignificante ( $p=0,00$ ; valor- $p > 0,10$ ), indicando que o nível de investimento não está associado ao IGF. Já nos municípios da *Periferia*, a correlação é positiva e significativa ( $p=0,01$ ; valor- $p < 0,01$ ), sugerindo que o aumento em investimentos está mais relacionado à melhoria da gestão fiscal nessas áreas.

Em Anos Eleitorais (AEL), observa-se uma correlação positiva para IGF ( $p=0,08$ ; valor- $p < 0,01$ ), LIQ ( $p=0,02$ ; valor- $p < 0,01$ ) e INV ( $p=0,13$ ; valor- $p < 0,01$ ), e uma correlação negativa para GP ( $p=-0,06$ ; valor- $p < 0,01$ ). Esses resultados estão alinhados com estudos anteriores (Eslava, 2005; Veiga & Veiga, 2007b), que mostram que os prefeitos aumentam

investimentos e mantêm Liquidez durante o ano eleitoral para obter ganhos políticos. A priorização é no investimento, enquanto o controle da folha de pagamento e a manutenção da liquidez visam garantir recursos suficientes para o exercício seguinte.

No Período Pré-Eleitoral (APE), observou-se uma correlação negativa entre IGF ( $p=-0,04$ ; valor- $p < 0,01$ ), LIQ ( $p=-0,04$ ; valor- $p < 0,01$ ) e INV ( $p=-0,05$ ; valor- $p < 0,01$ ). Isso indica que, durante esse período, os municípios priorizam ações eleitorais, como o aumento de gastos correntes, comprometendo a gestão fiscal, a liquidez e os investimentos de longo prazo. A variável GP também apresentou correlação negativa ( $p=-0,01$ ; valor- $p < 0,01$ ), sugerindo que os prefeitos reduzem a folha de pagamento para aumentar a margem de manobra para políticas públicas (FIRJAN, 2023), visando atender compromissos eleitorais.

No Período Pós-Eleitoral (APO), IGF ( $p=-0,03$ ; valor- $p < 0,01$ ) e INV ( $p=-0,16$ ; valor- $p < 0,01$ ) apresentaram correlações negativas, indicando que, após as eleições, os municípios enfrentam desafios fiscais, com redução de investimentos. No entanto, LIQ apresentou correlação positiva ( $p=0,10$ ; valor- $p < 0,01$ ) e GP ( $p=0,06$ ; valor- $p < 0,01$ ), sugerindo que os prefeitos buscam melhorar a liquidez financeira e contratar mais pessoal para garantir maior estabilidade fiscal após as eleições.

De modo geral, o calendário eleitoral tem um efeito positivo nos índices fiscais no ano eleitoral. No entanto, os efeitos negativos são mais pronunciados no período pós-eleitoral, quando os prefeitos ajustam as finanças para evitar desequilíbrios fiscais durante a campanha e postergam despesas para o exercício seguinte, protegendo seu desempenho eleitoral.

A correlação mais significativa ( $p=-0,68$ ; valor- $p < 0,01$ ) ocorreu entre a capacidade de arrecadação própria e a dependência de transferências da União. Essa correlação negativa mostra que maior dependência de transferências reduz a capacidade de arrecadação própria dos municípios, afetando sua autonomia financeira. A falta de autonomia limita o planejamento e a implementação de políticas de longo prazo, tornando os municípios mais vulneráveis a choques econômicos e decisões políticas externas. As correlações entre variáveis independentes têm valor de  $p$  inferior a 0,80, indicando ausência de problemas de multicolinearidade (Gujarati & Porter, 2011).

## 4.5 ESTATÍSTICAS INFERENCIAIS

Nesta seção, discute-se os principais achados da pesquisa, como a influência do calendário eleitoral na alocação de recursos, as diferenças na gestão fiscal entre municípios de diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico e a influência da competição política. Esses pontos são ilustrados nas Tabelas 13, 14 e 15.

A separação das análises entre efeitos diretos e moderadores segue uma abordagem metodológica recomendada para evitar multicolinearidade e facilitar a interpretação dos coeficientes interativos. Wooldridge (2012) destaca que a inclusão simultânea de variáveis principais e interações pode dificultar a identificação precisa dos efeitos individuais. Assim, os efeitos diretos foram analisados separadamente (Tabela 13), enquanto as interações foram isoladas na Tabela 14, garantindo maior precisão e robustez na identificação do papel moderador do calendário eleitoral sobre a gestão fiscal. Em relação aos pressupostos da análise estatística, o teste de Hausman indicou que o modelo de Efeitos Fixos é o mais apropriado para o conjunto de dados, pois considera as características não observadas dos municípios que permanecem constantes ao longo do tempo, rejeitando o Pooled e Efeitos Aleatórios ao nível de 5%. Além disso, não foi detectada multicolinearidade ( $VIF < 10$ ), mas os testes de Breusch-Pagan e Wooldridge indicaram autocorrelação serial de primeira ordem. Para solucionar esses problemas, aplicou-se clusterização nos indivíduos, que consiste em agrupar os dados por município para ajustar os erros padrão e reduzir o efeito da autocorrelação. Esse ajuste melhora a robustez dos resultados, conforme recomendado por Fávero e Belfiore (2017).

### **4.5.1 Efeitos do calendário eleitoral na gestão fiscal municipal: evidências das diferenças no desenvolvimento socioeconômico e padrões de gasto**

A Tabela 13 apresenta os modelos multivariados que analisam o efeito do calendário eleitoral e do desenvolvimento socioeconômico sobre a gestão fiscal dos municípios brasileiros, destacando as principais relações entre as variáveis.

**Tabela 13** - Modelos multivariados do efeito do calendário eleitoral e desenvolvimento socioeconômico nos índices de gestão fiscal dos municípios brasileiros

Modelos	(1)	(2)	(3)	(4)
Variáveis	IGF	GP	LIQ	INV
<i>AEL</i>	<b>0,0084***</b> (0,0028)	<b>0,1635***</b> (0,0053)	<b>0,2211***</b> (0,0059)	<b>0,0137***</b> (0,0053)
<i>APE</i>	<b>-0,0556***</b> (0,0028)	<b>0,1867***</b> (0,0051)	<b>0,1584***</b> (0,0062)	<b>-0,1651***</b> (0,0054)
<i>APO</i>	<b>0,0473***</b> (0,0029)	<b>0,0385***</b> (0,0056)	<b>0,3442***</b> (0,0060)	<b>-0,1410***</b> (0,0055)
<i>Centro</i>	0,0212 (0,0191)	-0,0265 (0,0278)	0,0176 (0,0508)	<b>0,0953***</b> (0,0347)
<i>Periferia</i>	<b>-0,0116***</b> (0,0018)	0,0039 (0,0032)	<b>0,0081**</b> (0,0038)	0,0001 (0,0032)
<i>Competição (Qpartidos)</i>	<b>-0,0034***</b> (0,0008)	<b>-0,0036**</b> (0,0016)	<b>-0,0092***</b> (0,0018)	<b>-0,0172***</b> (0,0015)
<i>Competição (%votos)</i>	<b>0,0180***</b> (0,0035)	<b>-0,0371***</b> (0,0058)	0,0073 (0,0074)	<b>0,0162***</b> (0,0058)
PartEsq	-0,0020 (0,0019)	0,0031 (0,0034)	-0,0035 (0,0041)	<b>-0,0080**</b> (0,0033)
PartDir	0,0004 (0,0016)	-0,0014 (0,0029)	-0,0024 (0,0035)	<b>-0,0072**</b> (0,0029)
AlinGov	<b>0,0033*</b> (0,0018)	-0,0013 (0,0032)	<b>0,0068*</b> (0,0038)	0,0036 (0,0031)
AlinPres	<b>-0,0039*</b> (0,0021)	0,0024 (0,0039)	0,0008 (0,0048)	-0,0059 (0,0038)
PIB	0,0034 (0,0029)	0,0127** (0,0056)	0,0242*** (0,0063)	-0,0047 (0,0062)
POP	0,0229** (0,0110)	-0,0377** (0,0185)	-0,0107 (0,0230)	-0,0616*** (0,0185)
DepTransFU	<b>-0,5449***</b> (0,0129)	<b>0,3177***</b> (0,0235)	<b>-0,5574***</b> (0,0257)	<b>-1,1651***</b> (0,0261)
DepTransFE	<b>-0,3882***</b> (0,0221)	<b>0,2183***</b> (0,0369)	<b>-0,0707*</b> (0,0411)	<b>-0,7480***</b> (0,0356)
CapArrecP	<b>0,4262***</b> (0,0323)	<b>-0,5026***</b> (0,0554)	<b>-0,3997***</b> (0,0638)	<b>-0,6420***</b> (0,0588)
Constant	<b>0,6503***</b> (0,1031)	<b>-0,4994***</b> (0,1738)	<b>0,8525***</b> (0,2161)	<b>2,0072***</b> (0,1738)
Controle de Tempo	<i>SIM</i>	<i>SIM</i>	<i>SIM</i>	<i>SIM</i>
R <sup>2</sup> (Within)	0,2086	0,2227	0,1273	0,1732
R <sup>2</sup> (Between)	0,1392	0,0052	0,1236	0,0597
R <sup>2</sup> (Overall)	0,1567	0,0919	0,1222	0,1280
Teste Wald	<b>494,06***</b>	<b>456,32***</b>	<b>307,64***</b>	<b>456,94***</b>
Observações	82.425	82.425	82.425	82.425
Municípios	5.567	5.567	5.567	5.567
Chow	<b>9,17***</b>	<b>7,29***</b>	<b>8,50***</b>	<b>5,64***</b>
L.M. Breusch-Pagan	<b>65.506,01***</b>	<b>46.463,94***</b>	<b>64.103,04***</b>	<b>30.671,92***</b>
Hausman	<b>1.649,32***</b>	<b>1.199,02***</b>	<b>293,38***</b>	<b>724,47***</b>
VIF	1,52	1,52	1,52	1,52
Breusch-Pagan	0,01	<b>1.843,38***</b>	<b>32,39***</b>	<b>255,13***</b>
Wooldridge	<b>3521,78***</b>	<b>1367,22***</b>	<b>1.809,96***</b>	<b>764,29***</b>

*Notas:*\*A variável GP foi multiplicada por (-1) para facilitar a discussões dos resultados; **Coef.:** Coeficiente estimado do modelo. **IGF:** Índice de Gestão Fiscal Geral. **GP:** Gastos com Pessoal. **LIQ:** Liquidez. **INV:** Investimentos. **AEL:** Ano Eleitoral Municipal. **APE:** Ano Pré-Eleitoral Municipal. **APO:** Ano Pós-Eleitoral Municipal. **Centro:** Municípios mais desenvolvidos. **Periferia:** Municípios menos desenvolvidos. **Competição (Qpartidos):** Número de partidos concorrendo nas eleições. **Competição (%votos):** Percentual de votos obtido pelo prefeito eleito em relação ao segundo colocado. **PartEsq:** Partidos de Esquerda. **PartDir:** Partidos de Direita. **AlinGov:** Prefeito do mesmo partido do governador. **AlinPres:** Prefeito do mesmo partido do presidente. **PIB:** Crescimento do Produto Interno Bruto. **POP:** Logaritmo natural da população. **DepTransFU:** Dependência de transferências da União. **DepTransFE:** Dependência de transferências estaduais. **CapArrecP:**

Capacidade de arrecadação própria. \* significância de 10%; \*\* significância ao nível de 5%; e \*\*\* significância ao nível de 1%.

Fonte: O autor (2025).

Os resultados apresentados na Tabela 13 indicam que o calendário eleitoral exerce influência significativa na gestão fiscal municipal, com variações evidentes entre os diferentes indicadores analisados: Índice de Gestão Fiscal (IGF), Gastos com Pessoal (GP), Liquidez (LIQ) e Investimentos (INV). Essa dinâmica reflete padrões de priorização de despesas e investimentos moldados pelos ciclos eleitorais, em consonância com a PBC.

### **Influência nos Diferentes Períodos do Ciclo Eleitoral**

O Ano Eleitoral (AEL) destaca-se como o período de maior influência na gestão fiscal geral (IGF), com coeficiente positivo e estatisticamente significativo (Coef.: 0,0084;  $p < 0,01$ ). Esse efeito está alinhado com a PBC, que sugere o uso estratégico de recursos fiscais para influenciar a percepção do eleitorado (Rogoff & Sibert, 1988; Rogoff, 1990; Drazen & Eslava, 2010). Durante o AEL, observa-se aumento nos Gastos com Pessoal (GP) (Coef.: 0,1635;  $p < 0,01$ ), na Liquidez (LIQ) (Coef.: 0,2211;  $p < 0,01$ ) e nos Investimentos (INV) (Coef.: 0,0137;  $p < 0,01$ ), indicando uma gestão voltada para ganhos políticos imediatos, equilibrando despesas correntes e investimentos de apelo eleitoral.

Nos Anos Pré-Eleitorais (APE), o IGF apresenta um efeito negativo (Coef.: -0,0556;  $p < 0,01$ ), sugerindo que gestores priorizam despesas correntes voltadas à percepção de bem-estar por parte do eleitorado, frequentemente em detrimento da saúde fiscal de longo prazo. Esse padrão é corroborado pelo aumento nos Gastos com Pessoal (Coef.: 0,1867;  $p < 0,01$ ) e na Liquidez (Coef.: 0,1584;  $p < 0,01$ ), combinado com uma redução nos Investimentos (Coef.: -0,1651;  $p < 0,01$ ), evidenciando o ajuste das prioridades fiscais para maximizar benefícios políticos imediatos.

No Ano Pós-Eleitoral (APO), os gestores demonstram menor incentivo político para realizar gastos que favoreçam a percepção do eleitorado. Isso reflete na redução dos Gastos com Pessoal (Coef.: 0,0385;  $p < 0,01$ ) e nos Investimentos (Coef.: -0,1410;  $p < 0,01$ ). Em contrapartida, a Liquidez municipal melhora significativamente (Coef.: 0,3442;  $p < 0,01$ ), indicando esforços para recompor o equilíbrio fiscal após os períodos de maior pressão eleitoral.

## Diferenças socioeconômicas e competição eleitoral

Os municípios do cluster *Centro* apresentam efeito positivo e significativo apenas nos Investimentos (INV) (Coef.: 0,0953;  $p < 0,01$ ), os resultados podem ser atribuídos à maior capacidade técnica e ao acesso a recursos financeiros. Esses fatores permitem que os municípios aloquem os investimentos de maneira estratégica, priorizando projetos com maior retorno econômico e social (Silva & Crisóstomo, 2019; Louzano et al., 2019). Por outro lado, os municípios do cluster *Periferia* exibem efeito negativo no IGF (Coef.: -0,0116;  $p < 0,01$ ), reforçando os desafios enfrentados por regiões menos desenvolvidas. Esses achados destacam a necessidade de políticas públicas específicas para minimizar as desigualdades na capacidade de gestão fiscal entre as regiões.

Dentre as variáveis de controle, destacam-se as estimativas para a variável de competição eleitoral, medida pelo número de partidos concorrentes (Qpartidos), visto que apresentou efeito negativo em todos os indicadores analisados, especialmente no IGF (Coef.: -0,0034;  $p < 0,01$ ) e nos Investimentos (Coef.: -0,0172;  $p < 0,01$ ). Esse efeito pode ser atribuído à fragmentação partidária, que dificulta a formação de consensos e compromete a eficiência na gestão fiscal. Por outro lado, uma maior competição por votos apresenta efeito positivo no IGF (Coef.: 0,0180;  $p < 0,01$ ) e nos Investimentos (Coef.: 0,0162;  $p < 0,01$ ), mas negativo nos Gastos com Pessoal (Coef.: -0,0371;  $p < 0,01$ ), sugerindo um redirecionamento de recursos para áreas de maior visibilidade junto ao eleitorado.

## Dependência de Transferências e Capacidade de Arrecadação Própria

A dependência de transferências da União impacta negativamente o IGF (Coef.: -0,5449;  $p < 0,01$ ) e a Liquidez (Coef.: -0,5574;  $p < 0,01$ ), evidenciando a menor flexibilidade financeira dos municípios mais dependentes. Em contrapartida, uma maior capacidade de arrecadação própria contribui positivamente para o IGF (Coef.: 0,4262;  $p < 0,01$ ), mas exerce efeitos negativos em GP (Coef.: -0,5026;  $p < 0,01$ ), LIQ (Coef.: -0,3997;  $p < 0,01$ ) e INV (Coef.: -0,6420;  $p < 0,01$ ). Esses resultados sugerem que os municípios com maior autonomia fiscal adotam uma postura mais conservadora, priorizando a sustentabilidade fiscal de longo prazo.

Esses achados evidenciam a influência significativa do calendário eleitoral e das características institucionais na gestão fiscal dos municípios brasileiros. Eles apontam para a adoção de estratégias diferenciadas, voltadas tanto para ganhos políticos imediatos quanto para

a sustentabilidade fiscal de longo prazo, dependem do contexto eleitoral e da capacidade administrativa local.

Na próxima seção, a análise da Tabela 14 examinará os modelos multivariados que investigam o papel moderador do calendário eleitoral na relação entre desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal. Essa abordagem busca aprofundar a compreensão sobre como o calendário eleitoral e o contexto regional interagem para moldar os padrões de gestão fiscal nos municípios.

#### **4.5.2 Modelos multivariados que investigam o papel moderador do calendário eleitoral na relação entre desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal.**

Os resultados da Tabela 14 evidenciam papel moderador do calendário eleitoral na relação entre o desenvolvimento socioeconômico e a gestão fiscal geral dos municípios brasileiros. Para isso, foram utilizados os Modelos 5, 6, 7 e 8, que avaliaram a influência direta do desenvolvimento socioeconômico, representado pelos clusters *Centro*, *Periferia* e *Intermediário*, e os efeitos interativos do calendário eleitoral (AEL, APE e APO) sobre a Gestão Fiscal.

**Tabela 14 - Modelos multivariados do papel moderador do calendário eleitoral na relação entre desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal**

<b>Modelos</b>	<b>(5)</b>	<b>(6)</b>	<b>(7)</b>	<b>(8)</b>
<b>Variáveis</b>	<b>IGF</b>	<b>GP</b>	<b>LIQ</b>	<b>INV</b>
Centro*AEL	0.0183 (0.0156)	0.0067 (0.0358)	-0.0213 (0.0386)	<b>0.0868***</b> <b>(0.0333)</b>
Centro*APE	0.0209 (0.0157)	-0.0178 (0.0265)	0.0152 (0.0455)	<b>0.1145***</b> <b>(0.0317)</b>
Centro*APO	0.0099 (0.0209)	-0.0249 (0.0441)	-0.0110 (0.0343)	0.0323 (0.0434)
Periferia*AEL	-0.0031 (0.0025)	0.0007 (0.0049)	<b>0.0305***</b> <b>(0.0055)</b>	0.0045 (0.0051)
Periferia*APE	<b>-0.0049**</b> <b>(0.0023)</b>	<b>-0.0117***</b> <b>(0.0040)</b>	<b>0.0121**</b> <b>(0.0051)</b>	<b>-0.0182***</b> <b>(0.0044)</b>
Periferia*APO	<b>-0.0224***</b> <b>(0.0020)</b>	<b>0.0291***</b> <b>(0.0038)</b>	<b>0.0075*</b> <b>(0.0043)</b>	0.0051 (0.0041)
Competição (Qpartidos)	-0.0035*** (0.0008)	-0.0034** (0.0016)	-0.0093*** (0.0018)	-0.0171*** (0.0015)
Competição (%votos)	0.0178*** (0.0035)	-0.0369*** (0.0058)	0.0073 (0.0074)	0.0163*** (0.0058)
PartEsq	0.0036 (0.0029)	0.0133** (0.0056)	0.0244*** (0.0063)	-0.0044 (0.0062)
PartDir	0.0228** (0.0110)	-0.0372** (0.0185)	-0.0106 (0.0230)	-0.0623*** (0.0186)
AlinGov	-0.0020 (0.0019)	0.0029 (0.0034)	-0.0035 (0.0041)	-0.0081** (0.0033)
AlinPres	0.0004 (0.0016)	-0.0014 (0.0029)	-0.0025 (0.0035)	-0.0072** (0.0029)
PIB	0.0032* (0.0018)	-0.0013 (0.0032)	0.0067* (0.0038)	0.0036 (0.0031)
POP	-0.0039* (0.0021)	0.0024 (0.0039)	0.0008 (0.0048)	-0.0060 (0.0038)
DepTransfU	-0.5452*** (0.0129)	0.3184*** (0.0236)	-0.5576*** (0.0257)	-1.1639*** (0.0261)
DepTransfE	-0.3876*** (0.0221)	0.2181*** (0.0370)	-0.0728* (0.0410)	-0.7501*** (0.0356)
CapArrecP	0.4246*** (0.0323)	-0.5015*** (0.0554)	-0.4019*** (0.0639)	-0.6423*** (0.0589)
Constante	0.6413*** (0.1032)	-0.5016*** (0.1734)	0.8589*** (0.2163)	2.0140*** (0.1742)
Controle de Tempo	<i>SIM</i>	<i>SIM</i>	<i>SIM</i>	<i>SIM</i>
R2 (Within)	0,2090	0,2234	0,1276	0,1734
R2 (Between)	0,1381	0,0055	0,1218	0,0606
R2 (Overall)	0,1564	0,0933	0,1216	0,1286
Teste Wald	435,30***	403,33***	269,98***	402,01***
Observações	82.425	82.425	82.425	82.425
Municípios	5.567	5.567	5.567	5.567
Chow	9,18***	7,27***	8,48***	5,61***
L.M. Breusch-Pagan	65.549,00***	46.406,57***	63.754,82***	30.341,30***
Hausman	1.605,54***	1.164,10***	287,60***	733,14***
VIF	1,43	1,43	1,73	1,43
Breusch-Pagan	0,50	1.863,50***	26,54***	312,96***
Wooldridge	3.417,52***	1.361,99***	1.825,12***	645,02***

**Notas:** \*A variável GP foi multiplicada por (-1) para facilitar a discussões dos resultados; **Coef.:** Coeficiente estimado do modelo. **IGF:** Índice de Gestão Fiscal Geral. **GP:** Gastos com Pessoal. **LIQ:** Liquidez. **INV:** Investimentos. **AEL:** Ano Eleitoral Municipal. **APE:** Ano Pré-Eleitoral Municipal. **APO:** Ano Pós-Eleitoral Municipal. **Centro:** Municípios mais desenvolvidos. **Periferia:** Municípios menos desenvolvidos. **Competição (Qpartidos):** Número de partidos concorrendo nas eleições. **Competição (%votos):** Percentual de votos obtido pelo prefeito eleito em relação ao segundo colocado. **PartEsq:** Partidos de Esquerda. **PartDir:** Partidos de Direita. **AlinGov:** Prefeito do mesmo partido do governador. **AlinPres:** Prefeito do mesmo partido do

presidente. **PIB**: Crescimento do Produto Interno Bruto. **POP**: Logaritmo natural da população. **DepTransfU**: Dependência de transferências da União. **DepTransfE**: Dependência de transferências estaduais. **CapArrecP**: Capacidade de arrecadação própria. \* significância de 10%; \*\* significância ao nível de 5%; e \*\*\* significância ao nível de 1%.

Fonte: O autor (2025).

A análise dos efeitos moderadores do calendário eleitoral, apresentados na Tabela 14, foi conduzida em associação com os valores isolados da Tabela 13, proporcionando uma compreensão mais acurada da intensidade dos efeitos moderadores do calendário eleitoral. Essa abordagem permite evidenciar como os distintos períodos do ciclo político (AEL, APE e APO) interagem com o desenvolvimento socioeconômico dos municípios para intensificar ou mitigar seus efeitos sobre a gestão fiscal. Esta relação destaca diferenças substanciais entre os clusters *Centro* e *Periferia*.

Nos municípios do cluster *Centro*, o calendário eleitoral amplifica o efeito positivo sobre os investimentos, especialmente nos anos eleitoral e pré-eleitoral. A Tabela 13 já indicava um efeito positivo direto do cluster *Centro* sobre os Investimentos já era significativo (Coef.: 0,0953;  $p < 0,01$ ), refletindo a capacidade técnica e financeira desses municípios de alocar recursos de forma estratégica. Quando combinado ao calendário eleitoral, esse efeito se intensifica. Durante o ano eleitoral (AEL), a interação entre *Centro* e AEL adiciona um efeito positivo (Coef.: 0,0868;  $p < 0,01$ ), reforçando a continuidade dos investimentos.

No Ano Pré-Eleitoral (APE), essa expansão nos investimentos é ainda mais significativa (Coef.: 0,1145;  $p < 0,01$ ), sugerindo que gestores municipais priorizam investimentos em infraestrutura e serviços públicos como parte do planejamento estratégico. No Ano Pós-Eleitoral (APO), contudo, o efeito moderador do calendário eleitoral não apresenta significância estatística, indicando uma estabilização fiscal e retorno à normalidade no planejamento orçamentário desses municípios.

Por outro lado, os municípios do cluster *Periferia* apresentam uma dinâmica distinta, marcada por desafios estruturais, como limitações de capacidade administrativa, baixa arrecadação própria, e dependência de transferências intergovernamentais. Esses fatores se tornam mais evidentes durante os períodos eleitorais. Na Tabela 13, o efeito direto do cluster *Periferia* sobre o IGF foi negativo (Coef.: -0,0116;  $p < 0,01$ ), refletindo as limitações fiscais desses municípios. Na Tabela 14, os períodos pré-eleitoral (APE) e pós-eleitoral (APO) acentuam essa vulnerabilidade. Durante o ano pré-eleitoral, o IGF apresenta uma queda adicional significativa (Coef.: -0,0049;  $p < 0,05$ ), enquanto os Investimentos sofrem uma redução notável (Coef.: -0,0182;  $p < 0,01$ ). Esses achados indicam que gestores de municípios periféricos priorizam gastos correntes, como salários de servidores, manutenção de serviços

básicos e outras despesas operacionais, em detrimento de investimentos estruturais, buscando atender às pressões políticas imediatas do ciclo eleitoral.

No Ano Eleitoral (AEL), a liquidez melhora levemente (Coef.: 0,0305;  $p < 0,01$ ), indicando uma estratégia de preservação dos fluxos financeiros para manter a prestação de serviços essenciais. Entretanto, essa melhora na liquidez não compensa a deterioração nos investimentos e na gestão fiscal geral. No Ano Pós-Eleitoral (APO), as dificuldades fiscais persistem, com uma redução ainda maior no IGF (-0,0224;  $p < 0,01$ ), evidenciando os desafios de recuperação financeira após os ajustes fiscais implementados no ciclo eleitoral.

A Liquidez se destaca como uma variável sensível ao calendário eleitoral em ambos os clusters, mas por diferentes razões. Nos municípios do cluster *Centro*, não há efeitos significativos sobre a Liquidez em nenhum período, sugerindo que esses municípios conseguem equilibrar fluxos financeiros de forma estável ao longo do ciclo eleitoral. Nos municípios do cluster *Periferia*, por outro lado, a Liquidez (Coef.: 0,0305;  $p < 0,01$ ) melhora durante o ano eleitoral, possivelmente como reflexo de medidas de ajuste fiscal implementadas para manter a capacidade operacional dos governos locais.

Ao integrar os resultados, observa-se que o calendário eleitoral atua como um fator amplificador das condições fiscais preexistentes dos municípios. Em municípios do cluster Centro, a gestão fiscal apresenta maior estabilidade e planejamento, enquanto nos municípios do cluster Periferia, as limitações estruturais impõem restrições adicionais, tornando a gestão fiscal mais sensível às pressões eleitorais. Assim, os achados reforçam a necessidade de estratégias diferenciadas para garantir maior previsibilidade e eficiência na administração das finanças públicas em diferentes contextos socioeconômicos.

#### **4.5.3 Análise do efeito moderador diante de diferentes contextos de competição eleitoral**

Diante aos resultados encontrados para as variáveis de competição eleitoral, analisa-se, de forma complementar, o efeito moderador dos ciclos políticos na relação entre desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal dos municípios em diferentes contextos de competição eleitoral. Isto é, a amostra de municípios passa a ser estratificada em três níveis de competição eleitoral, sendo: baixa (vitória superior a 25%), média (entre 10% e 25%) e alta (inferior a 10%). A referida segmentação permite entender como o calendário eleitoral varia conforme o nível de competição política e pode explicar as diferenças na gestão fiscal, como alocação de recursos, eficiência dos gastos e estabilidade financeira.

Os resultados da Tabela 15 destacam como o calendário eleitoral influencia a relação entre desenvolvimento socioeconômico e os indicadores do Índice de Gestão Fiscal (IGF), complementando a análise da Tabela 14 ao explorar como esses efeitos variam com os níveis de competição. Essa segmentação avalia como o ambiente político amplifica ou reduz as interações entre desenvolvimento socioeconômico (clusters *Centro* e *Periferia*) e os indicadores de gestão fiscal (IGF, GP, LIQ e INV). Dessa forma, a competição política é introduzida como variável condicionante, mostrando como seus níveis podem influenciar a intensidade dos efeitos do calendário sobre a gestão fiscal.

**Tabela 15** - Modelos multivariados do papel moderador do calendário eleitoral na relação entre desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal, considerando os contextos de competição eleitoral: baixa, média e alta

Competição (%votos)	Baixa			Média			Alta					
	> 0,25			0,10 < x ≤ 0,25			≤ 0,10					
Modelos	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)
Variáveis	IGF	GP	LIQ	INV	IGF	GP	LIQ	INV	IGF	GP	LIQ	INV
Centro*AEL	0.01 (0.02)	-0.03 (0.04)	-0.05 (0.05)	0.08 (0.05)	0.03 (0.04)	0.04 (0.06)	0.08 (0.07)	0.06 (0.09)	-0.02 (0.01)	0.03 (0.05)	-0.09*** (0.03)	0.06* (0.04)
Centro*APE	0.03 (0.02)	-0.03 (0.03)	0.05 (0.04)	0.09 (0.07)	0.02 (0.03)	-0.02 (0.05)	0.00 (0.09)	<b>0.13***</b> (0.04)	-0.03 (0.02)	0.02 (0.03)	-0.08* (0.04)	0.06 (0.04)
Centro*APO	-0.02 (0.04)	0.01 (0.05)	<b>-0.07*</b> (0.04)	-0.01 (0.11)	0.05 (0.03)	<b>-0.13***</b> (0.05)	0.00 (0.10)	<b>0.06**</b> (0.03)	<b>-0.06**</b> (0.02)	<b>0.11**</b> (0.05)	-0.06 (0.05)	0.01 (0.05)
Periferia*AEL	0.00 (0.00)	-0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.00)	0.01 (0.01)	<b>0.03***</b> (0.01)	0.01 (0.01)	0.00 (0.00)	-0.01 (0.01)	<b>0.04***</b> (0.01)	-0.00 (0.01)
Periferia*APE	-0.00 (0.00)	<b>-0.01*</b> (0.01)	-0.00 (0.01)	<b>-0.02*</b> (0.01)	-0.00 (0.00)	-0.01 (0.01)	<b>0.02**</b> (0.01)	<b>-0.02**</b> (0.01)	-0.00 (0.00)	-0.01 (0.01)	<b>0.02**</b> (0.01)	<b>-0.01**</b> (0.01)
Periferia*APO	<b>-0.01***</b> (0.00)	<b>0.02**</b> (0.01)	-0.00 (0.01)	-0.00 (0.01)	<b>-0.01***</b> (0.00)	<b>0.02**</b> (0.01)	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	<b>-0.02***</b> (0.00)	<b>0.02**</b> (0.01)	0.01 (0.01)	-0.01 (0.01)
Competição (Qpartidos)	-0.00 (0.00)	-0.00 (0.00)	-0.00 (0.01)	<b>-0.02***</b> (0.00)	<b>-0.00**</b> (0.00)	<b>-0.01**</b> (0.00)	<b>-0.01***</b> (0.00)	<b>-0.01***</b> (0.00)	<b>-0.00***</b> (0.00)	-0.00 (0.00)	<b>-0.01**</b> (0.00)	<b>-0.02***</b> (0.00)
Constante	0.20 (0.23)	0.27 (0.41)	0.47 (0.48)	<b>1.82***</b> (0.41)	<b>0.84***</b> (0.17)	-0.36 (0.31)	<b>1.34***</b> (0.37)	<b>2.05***</b> (0.33)	<b>0.62***</b> (0.15)	<b>-0.63**</b> (0.25)	<b>0.84***</b> (0.32)	<b>1.60***</b> (0.26)

Notas \*A variável GP foi multiplicada por (-1) para facilitar a discussão dos resultados; Destaque de cor vermelho para relações significativas negativas e verde para positivas; Coef.: Coeficiente estimado do modelo. IGF: Índice de Gestão Fiscal Geral. GP: Gastos com Pessoal. LIQ: Liquidez. INV: Investimentos. AEL: Ano Eleitoral Municipal. APE: Ano Pré-Eleitoral Municipal. APO: Ano Pós-Eleitoral Municipal. Centro: Municípios mais desenvolvidos. Periferia: Municípios menos desenvolvidos. Competição (Qpartidos): Número de partidos concorrendo nas eleições. Competição (%votos): Percentual de votos obtido pelo prefeito eleito em relação ao segundo colocado. As variáveis de controle foram excluídas desta tabela, exceto pela variável de competição entre partidos (Qpartidos), pois faz parte da discussão principal. As demais variáveis de controle foram tratadas como pressupostas e incluídas no modelo, mas seus coeficientes não são exibidos aqui para manter o foco e a simplicidade da apresentação. A tabela completa, com todas as variáveis de controle, está disponível no **Apêndice C** para consulta; \* significância de 10%; \*\* significância de 5%; e \*\*\* significância ao nível de 1%.  
Fonte: O autor (2025).

Os achados da Tabela 15 mostram que a influência do calendário eleitoral sobre a gestão fiscal varia conforme as condições estruturais dos municípios e o ambiente político. Em contextos de baixa competição eleitoral, o calendário eleitoral exerce influência limitada, especialmente nos municípios do cluster *Centro*. Durante o Ano Eleitoral (AEL), os Investimentos têm influência positiva moderadora (Coef.: 0,08; sem significância), enquanto em IGF e Liquidez são quase nulos. Essa falta de significância indica que, em cenários de baixa competição, os gestores têm poucos incentivos para usar recursos fiscais de forma estratégica, dado o menor risco político. No cluster *Periferia*, os resultados são semelhantes, com efeitos pouco expressivos em todos os indicadores, reforçando a passividade fiscal nesses contextos.

Em contextos de média competição eleitoral, a influência do calendário eleitoral é mais pronunciada, especialmente no Ano Pré-Eleitoral (APE). Nos municípios do cluster *Centro*, há intensificação dos Investimentos (Coef.: 0,13;  $p < 0,01$ ), indicando que gestores reagem à competição moderada, alocando recursos em áreas de alta visibilidade. No cluster *Periferia*, também há intensificação, com efeitos positivos na Liquidez (Coef.: 0,02;  $p < 0,05$ ) durante o APE, embora os Investimentos permaneçam pouco significativos. Esses resultados sugerem que a competição moderada cria pressões suficientes para incentivar ajustes fiscais, mas as limitações estruturais dos municípios periféricos ainda restringem sua capacidade de resposta.

Em contextos de alta competição eleitoral, os efeitos moderadores atingem seu ápice, refletindo a interação máxima entre pressões políticas e estratégias fiscais. No cluster *Centro*, durante o Ano Pré-Eleitoral (APE), os Investimentos continuam com efeito positivo (Coef.: 0,06;  $p < 0,10$ ), mas o efeito moderador é menor em comparação à média competição, possivelmente indicando esgotamento da capacidade de ajuste fiscal diante de pressões políticas intensas.

No Ano Eleitoral (AEL), no entanto, os resultados mostram um efeito negativo significativo na Liquidez (Coef.: -0,09;  $p < 0,01$ ), sugerindo que os gestores públicos comprometem o equilíbrio fiscal para viabilizar investimentos e outras despesas com maior visibilidade, reforçando o argumento da PBC de que há um uso estratégico da máquina pública em períodos eleitorais (Nordhaus, 1975; Rogoff, 1990). Esse comportamento parece mais intenso e recorrente em regiões de maior desenvolvimento socioeconômico, onde a pressão eleitoral e as expectativas da população por investimentos são maiores.

Em contrapartida, no cluster *Periferia*, a alta competição eleitoral apresenta um efeito distinto, refletindo no aumento da Liquidez (Coef.: 0,04;  $p < 0,01$ ) e na estabilidade dos investimentos. Esse padrão sugere que gestores de municípios menos desenvolvidos adotam uma estratégia fiscal mais conservadora, focando na manutenção de fluxos financeiros

imediatos, possivelmente para garantir a prestação de serviços essenciais e mitigar incertezas políticas. Assim, os achados indicam que, enquanto gestores de municípios mais desenvolvidos parecem recorrer a ajustes oportunistas, gestores em áreas menos desenvolvidas podem enfrentar restrições estruturais que limitam sua capacidade de manipular investimentos em períodos eleitorais.

#### 4.5.4 Discussões dos resultados

Os resultados apresentados nos modelos multivariados reforçam a influência do calendário eleitoral sobre a gestão fiscal dos municípios brasileiros, destacando a interação entre desenvolvimento socioeconômico e ciclos políticos. Os achados confirmam que os efeitos do calendário eleitoral não são homogêneos entre os clusters *Centro* e *Periferia*, refletindo diferenças estruturais na administração fiscal desses grupos de municípios.

Os resultados corroboram a Hipótese H1, que postula que o calendário eleitoral modera a relação entre desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal. Nos municípios do cluster *Centro*, o efeito do calendário eleitoral é mais evidente nos investimentos, enquanto nos municípios do cluster *Periferia*, os efeitos se manifestam mais intensamente na liquidez e no índice geral de gestão fiscal.

Em Ano Pré-Eleitoral (APE), nos municípios do cluster *Centro*, os investimentos aumentam significativamente no ano pré-eleitoral (Coef.: 0,1145;  $p < 0,01$ ), indicando um padrão de antecipação de gastos com infraestrutura e serviços públicos. Esse comportamento está alinhado com estudos que sugerem que gestores de municípios mais desenvolvidos utilizam planejamento estratégico para alocar recursos de forma eficiente durante o ciclo eleitoral (Magalhães et al., 2019). Esse padrão reforça os achados de Louzano et al. (2019), que destacam que municípios com maior autonomia financeira tendem a antecipar investimentos estratégicos sem comprometer a estabilidade fiscal.

Por outro lado, nos municípios do cluster *Periferia*, os investimentos sofrem uma redução notável (Coef.: -0,0182;  $p < 0,01$ ), sugerindo uma realocação de recursos para despesas correntes, como pagamento de pessoal e manutenção de serviços básicos. Ademais, o IGF apresenta uma queda adicional significativa (Coef.: -0,0049;  $p < 0,05$ ), reforçando a fragilidade fiscal nesses municípios. Esse comportamento está em consonância com Oliveira et al. (2021), que apontam que municípios com menor desenvolvimento socioeconômico tendem a priorizar despesas correntes em detrimento de investimentos estruturais.

Em Ano Eleitoral (AEL), nos municípios do cluster *Centro*, os investimentos continuam a apresentar crescimento (Coef.: 0,0868;  $p < 0,01$ ), indicando que a continuidade do planejamento orçamentário pode garantir um padrão de estabilidade nos gastos de capital. Contudo, esse crescimento é menos expressivo do que no ano pré-eleitoral, sugerindo que a principal fase de expansão orçamentária ocorre antes das eleições. Esses achados são consistentes com a literatura sobre ciclos políticos oportunistas (Nordhaus, 1975; Rogoff & Sibert, 1988), que indicam que governos mais estruturados ajustam seus gastos para minimizar os efeitos fiscais de curto prazo.

Nos municípios do cluster *Periferia*, a liquidez melhora levemente (Coef.: 0,0305;  $p < 0,01$ ), o que pode indicar uma estratégia de preservação dos fluxos financeiros para garantir a continuidade da prestação de serviços essenciais. Entretanto, essa melhora na liquidez não compensa a deterioração nos investimentos e na gestão fiscal geral. Esses achados estão alinhados com Machado et al. (2022), que demonstram que, em contextos de menor desenvolvimento, o ano eleitoral pode resultar em uma gestão fiscal menos eficiente, pois os gestores buscam garantir a continuidade dos serviços básicos frente às restrições orçamentárias.

Já em Ano Pós-Eleitoral (APO), nos municípios do cluster *Centro*, o efeito do calendário eleitoral nos investimentos torna-se estatisticamente insignificante, sugerindo um retorno à estabilidade orçamentária e ao planejamento de longo prazo. A ausência de mudanças expressivas na liquidez e no índice geral de gestão fiscal reforça a capacidade desses municípios de manter uma administração financeira equilibrada após os períodos eleitorais. Isso corrobora os achados de Hansen et al. (2014), que destacam que municípios com maior desenvolvimento institucional possuem maior resiliência fiscal após os períodos eleitorais.

Nos municípios do cluster *Periferia*, os efeitos negativos se intensificam. O IGF sofre uma queda ainda maior (-0,0224;  $p < 0,01$ ), refletindo os desafios de recuperação fiscal após as eleições. Esse resultado está alinhado com estudos que apontam que, em contextos de menor desenvolvimento, o período pós-eleitoral é caracterizado por um ajuste fiscal severo, frequentemente acompanhado por cortes em investimentos estruturais e dificuldades na manutenção da estabilidade financeira (Oliveira et al., 2021). Esse padrão também é reforçado pelos achados de Cruz et al. (2013), que evidenciam que municípios mais dependentes de transferências intergovernamentais tendem a enfrentar dificuldades orçamentárias após ciclos eleitorais.

Os achados também corroboram a Hipótese H2, que sugere que a competição eleitoral intensifica os efeitos do calendário eleitoral na relação entre desenvolvimento socioeconômico

e gestão fiscal. Os efeitos variam conforme o nível de competição política, com padrões distintos para municípios do cluster *Centro* e do cluster *Periferia*.

Em contextos de alta competição eleitoral, os investimentos nos municípios do cluster *Centro* apresentam um efeito positivo significativo no ano pré-eleitoral (Coef.: 0,06;  $p < 0,10$ ). Esse achado corrobora Borges (2010), que sugere que ambientes políticos mais competitivos incentivam os gestores a utilizarem estratégias fiscais diferenciadas para atender às demandas do eleitorado. No entanto, no Ano Eleitoral, observa-se um efeito negativo significativo na liquidez (Coef.: -0,09;  $p < 0,01$ ), sugerindo que a pressão política pode levar a desafios na estabilidade orçamentária, conforme apontado por Bartoluzzio e Anjos (2020), que destacam que gestores em contextos de alta competição podem enfrentar maior pressão para executar gastos que impactem a liquidez no curto prazo.

Nos municípios do cluster *Periferia*, a alta competição eleitoral apresenta um efeito distinto, refletindo no aumento da liquidez (Coef.: 0,04;  $p < 0,01$ ) e na estabilidade dos investimentos. Esses achados sugerem que, enquanto gestores de municípios mais desenvolvidos parecem ter maior flexibilidade para ajustes fiscais em função do calendário eleitoral, em municípios menos desenvolvidos as restrições estruturais limitam a capacidade de manipulação orçamentária. Esse padrão reforça a argumentação de Motta e Moreira (2007), que indicam que, em ambientes com menor transparência e controle social, a alta competição pode acentuar práticas fiscais voltadas para manutenção do apoio político, impactando a sustentabilidade fiscal de longo prazo. Além disso, Borges (2010) ressalta que a competição política pode levar ao uso estratégico de gastos correntes para garantir maior apoio eleitoral, sobretudo em municípios com menor desenvolvimento econômico e menor capacidade de arrecadação própria.

Este estudo contribui, portanto, para o avanço da literatura ao integrar as dimensões de desenvolvimento socioeconômico e ciclos políticos em uma análise abrangente dos determinantes da gestão fiscal. Diferentemente de estudos anteriores, que destacaram a influência da localização geográfica na gestão fiscal dos municípios, este trabalho demonstra que essa relação vai além. Os ciclos políticos desempenham o papel moderador, amplificando ou mitigando os efeitos do desenvolvimento socioeconômico, independentemente da região em que o município está inserido. Os resultados evidenciam que, em municípios mais desenvolvidos, a gestão fiscal é menos suscetível às oscilações eleitorais, periféricas, a proximidade das eleições acentua práticas fiscais oportunistas, comprometendo a sustentabilidade financeira a longo prazo.

Ao destacar as diferenças entre os clusters *Centro e Periferia*, os resultados evidenciam a necessidade de políticas públicas diferenciadas. Municípios mais desenvolvidos se beneficiam de planejamento político e capacidade técnica para alavancar investimentos estratégicos, enquanto municípios periféricos necessitam de intervenções estruturais que reduzam sua vulnerabilidade fiscal e promovam maior sustentabilidade financeira, especialmente durante períodos eleitorais.

Este estudo evidencia a necessidade de fortalecer a capacidade administrativa e a transparência fiscal para uma gestão mais eficiente. A metodologia adotada permitiu demonstrar que os ciclos políticos moderam significativamente os efeitos do desenvolvimento socioeconômico sobre a gestão fiscal, revelando diferenças entre municípios de distintos níveis de desenvolvimento. Além disso, contribui para a definição mais precisa da proxy de desenvolvimento socioeconômico, garantindo uma abordagem mais robusta na análise da relação entre esses fatores. Assim, reforça-se a importância de políticas que mitiguem os efeitos negativos nos municípios mais vulneráveis e aprimorem a gestão fiscal em diferentes contextos eleitorais.

## **5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo investigou o efeito moderador do calendário eleitoral na relação entre o desenvolvimento socioeconômico e a gestão fiscal dos municípios brasileiros. Os achados revelam que, embora haja padrões distintos de comportamento fiscal entre municípios com diferentes níveis de desenvolvimento, os ciclos políticos exercem influência significativa sobre as decisões orçamentárias dos gestores públicos. Nos períodos pré-eleitorais, observa-se um aumento dos investimentos estratégicos, refletindo uma priorização de setores de maior visibilidade. Durante os anos eleitorais, há uma redução na liquidez, especialmente nos municípios de maior desenvolvimento socioeconômico, indicando maior comprometimento dos recursos financeiros. No período pós-eleitoral, verifica-se um ajuste fiscal com medidas de contenção de gastos para recompor os recursos utilizados anteriormente, corroborando as previsões da Teoria dos Ciclos Políticos.

Os resultados indicam que, em municípios de maior desenvolvimento, o controle social e a capacidade administrativa restringem a manipulação orçamentária. Em contrapartida, nos municípios menos desenvolvidos, a dependência de transferências intergovernamentais e a assimetria informacional favorecem a utilização da máquina pública para ganhos políticos de curto prazo. Esses achados reforçam as evidências empíricas de que o calendário eleitoral

modera a intensidade dos ciclos políticos fiscais, reduzindo seus efeitos em contextos de maior estrutura institucional e transparência governamental.

A presente análise também demonstrou que o efeito do calendário eleitoral na gestão fiscal não é uniforme, variando conforme o nível de desenvolvimento e a competição eleitoral. Em contextos de alta competição, gestores adotam estratégias mais agressivas de gestão fiscal, especialmente em municípios de baixo desenvolvimento socioeconômico. Nesses casos, há maior ampliação de gastos correntes e redução da liquidez, enquanto investimentos estratégicos são priorizados em ambientes de maior estabilidade política.

As evidências obtidas neste estudo contribuem para a literatura sobre Ciclos Políticos Orçamentários ao demonstrar que os incentivos eleitorais para manipulação fiscal são condicionados por fatores estruturais e institucionais. Além disso, este estudo aprofunda a compreensão ao incorporar a moderação dos ciclos políticos na relação entre desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal, evidenciando como diferentes níveis de desenvolvimento alteram os efeitos dos períodos eleitorais sobre a alocação de recursos. Dessa forma, a combinação entre desenvolvimento socioeconômico e competição eleitoral define a intensidade e a direção das decisões fiscais dos gestores públicos, expandindo a compreensão sobre os limites e variações dos ciclos eleitorais na administração pública municipal.

Além das contribuições teóricas, este estudo apresenta implicações práticas para formuladores de políticas públicas e órgãos de controle. Ao demonstrar que a gestão fiscal é mais vulnerável à influência política em municípios menos desenvolvidos, destaca-se a necessidade de fortalecer mecanismos de transparência e controle social nessas localidades. Adicionalmente, os resultados evidenciam a importância de regras fiscais mais rígidas para conter o uso excessivo da máquina pública em períodos eleitorais, garantindo uma política fiscal municipal mais sustentável e responsável.

O estudo, no entanto, possui algumas limitações. A indisponibilidade de algumas bases de dados, decorrente do atraso na divulgação do Censo pelo IBGE, afetou a atualização de algumas séries históricas relevantes para a análise. Além disso, a pesquisa considerou apenas o alinhamento partidário direto entre prefeitos e os governos estadual e federal, sem captar alianças políticas mais amplas, o que pode ter restringido a avaliação dos efeitos do contexto político sobre a gestão fiscal. Estudos futuros podem aprofundar essa análise ao incorporar informações mais detalhadas sobre coalizões partidárias e outras formas de governabilidade.

Entre as sugestões para pesquisas futuras, destaca-se a necessidade de examinar com mais profundidade a interação entre competição eleitoral e desenvolvimento socioeconômico. Métodos econométricos avançados, como a regressão quantílica, podem ser empregados para

verificar se o efeito dos ciclos políticos varia entre diferentes níveis de desempenho fiscal. Além disso, a ampliação do período de análise e a inclusão de novas variáveis institucionais e políticas poderiam fornecer um panorama mais abrangente sobre a evolução dos ciclos políticos no Brasil, permitindo uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas eleitorais sobre a gestão fiscal municipal.

## REFERÊNCIAS

- Adit, T. S., & Eterovic, D. S. (2011). Political competition, electoral participation and public finance in 20th century Latin America. *European Journal of Political Economy*, 27, 181–200. DOI: 10.1016/j.ejpoleco.2010.06.006
- Alesina, A. (1987). Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. *The Quarterly journal of economics*, 102(3), 651-678.
- Alesina, A. (1988). Credibility and policy convergence in a two-party system with rational voters. *The American Economic Review*, 78(4), 796-805.
- Alesina, A., Cohen, G. D., & Roubini, N. (1992). Macroeconomic policy and elections in OECD democracies. *Economics & Politics*, 4(1), 1-30.
- Alesina, A., Perotti, R., Tavares, J., Obstfeld, M., & Eichengreen, B. (1998). The political economy of fiscal adjustments. *Brookings Papers on Economic Activity*, 1998(1), 197-266.
- Alves, R. L. (2019). Os efeitos da crise econômica de 2008 nos números de ocorrência de suicídio em Minas Gerais.
- An, Z., Kangur, A., & Papageorgiou, C. (2019). On the substitution of private and public capital in production. *European Economic Review*, 118, 296–311. <https://doi.org/10.1016/j.euroecorev.2019.05.016>
- Andrade, C. M. C. (2009). *Crédito e crescimento econômico: uma análise da relevância dos tipos de crédito no Brasil* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- Aquino, A. C. B. D., & Azevedo, R. R. D. (2017). Restos a pagar e a perda da credibilidade orçamentária. *Revista de Administração Pública*, 51, 580-595.
- Aranha, A. L. M. (2019). Indicadores da qualidade da gestão pública local: mapeando falhas a partir de relatórios de auditoria.
- Arretche, M. (2010). Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos?. *Dados*, 53, 587-620.

- Arretche, M. (2013). Quando instituições federativas fortalecem o governo central? *Novos Estudos - CEBRAP*, 95, 39–57. <https://doi.org/10.1590/s0101-33002013000100003>
- Arvate, P. R., Mendes, M., & Rocha, A. (2010). Are voters fiscal conservatives? Evidence from Brazilian municipal elections. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 40, 67-101.
- Baldissera, J. F., da Silva Costa, R. F., Dall'Asta, D., & Fiirst, C. (2019). Influência das características políticas e eleitorais sobre a abertura de créditos adicionais. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 22(1), 101-117.
- Bartoluzzio, A. I. S. D. S., & Anjos, L. C. M. D. (2020). Ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 24, 167-180.
- Blais, A., Blake, D., & Dion, S. (1993). Do parties make a difference? Parties and the size of government in liberal democracies. *American Journal of Political Science*, 40-62.
- Bolognesi, B., Ribeiro, E., & Codato, A. (2022). Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *Dados*, 66, e20210164.
- Brandão, C. A. (2019). Mudanças produtivas e econômicas e reconfiguração territorial no Brasil no início do século XXI | Productive and economic changes and territorial reconfiguration in Brazil at the beginning of the 21st century. *Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais*, 21(2), 258.
- Brender, A., & Drazen, A. (2005). Political budget cycles in new versus established democracies. *Journal of monetary Economics*, 52(7), 1271-1295.
- Brender, A., & Drazen, A. (2007). Electoral fiscal policy in new, old, and fragile democracies. *Comparative Economic Studies*, 49, 446-466.
- Brollo, F., Nannicini, T., Perotti, R., & Tabellini, G. (2013). A maldição dos recursos políticos. *Revisão Econômica Americana*, 103(5), 1759-1796.
- Brunozi Jr, A. C., Ferreira, M. M., Abrantes, L. A., & Klein, T. C. (2011). Efeitos das transferências intergovernamentais e arrecadação tributária sobre os indicadores sociais da saúde e educação em Minas Gerais. *RIC: Revista de Informação Contábil*, 5(2), 99-121.
- Bussab, W. O., Miazaki, E. S., & Andrade, D. F. (1990). Introdução à Análise de Agrupamentos. São Paulo: IME – USP.
- Cano, W. (2015). Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. *Brazilian Journal of Political Economy*, 35, 444-460.

- Cardoso, R. L., Azevedo, R. R. D., Pigatto, J. A. M., Fajardo, B. D. A. G., & Cunha, A. S. M. D. (2023). Lessons from Brazil's unsuccessful fiscal decentralization policy to fight COVID-19. *Public Administration and Development*, 43(2), 106-119.
- Carneiro, L. M. (2020). *Estudos sobre ciclos político-orçamentários: análise dos seus efeitos nas transferências voluntárias e desvio da execução orçamentária*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.
- Correia, F. M., & Neduziak, L. C. R. (2017). Impacto dos gastos em investimento na dívida dos estados brasileiros: uma análise Threshold. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 11(2), 193-209.
- Cossío, F. A. B. (1998). *Disparidades econômicas inter-regionais, capacidade de obtenção de recursos tributários, esforço fiscal e gasto público no federalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- Cravo, T. A., Resende, G. M., & Cruz, B. D. O. (2019). Mensurando as disparidades regionais no Brasil: Salários, custo de vida e amenidades locais. *Revista Brasileira de Economia*, 73, 1-28.
- Crespo, A. P. A., & Gurovitz, E. (2002). A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE Eletrônica*, 1(2), 1–12. <https://doi.org/10.1590/s1676-56482002000200003>
- Cruz, C. F. D. (2015). *Responsabilidade na Gestão Fiscal: um estudo em grandes municípios com base nos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal no período de 2010-2013* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Cruz, C. F. D., Macedo, M. Á. D. S., & Sauerbronn, F. F. (2013). Responsabilidade fiscal de grandes municípios brasileiros: uma análise de suas características. *Revista de Administração Pública*, 47, 1375-1399.
- Debnath, R. M., & Shankar, R. (2014). Does good governance enhance happiness: a cross nation study. *Social indicators research*, 116, 235-253.
- Diniz, C. C. (1993). Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, 3(1), 35-64.
- Dota, E. M., & Queiroz, S. N. D. (2019). Migração interna em tempos de crise no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 21, 415-430.
- Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of Political Economy*, 65(2), 135–150. <https://doi.org/10.1086/257897>
- Drazen, A., & Eslava, M. (2010). Electoral manipulation via voter-friendly spending: Theory and evidence. *Journal of Development Economics*, 92(1), 39-52.

- Dubois, E. (2016). Political business cycles 40 years after Nordhaus. *Public Choice*, 166, 235-259.
- Eichenberg, R. C., Stoll, R. J., & Lebo, M. (2006). War president: The approval ratings of George W. Bush. *Journal of Conflict Resolution*, 50(6), 783-808.
- Eslava, M. (2005). Political budget cycles or voters as fiscal conservatives? Evidence from Colombia. *ideas.repec.org*. <https://ideas.repec.org/p/col/000089/003343.html>
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®*. Elsevier Brasil.
- Ferris, J. S., Park, S. B., & Winer, S. L. (2008). Studying the role of political competition in the evolution of government size over long horizons. *Public Choice*, 137: 369– 401. DOI: 10.1007/s11127-008-9334-6
- Fialho, T. M. M. (1999). Ciclos Políticos uma resenha. *Revista de Economia Política*, 19(2).
- Fioravante, D. G., Pinheiro, M. M. S., & Vieira, R. D. S. (2006). Lei de responsabilidade fiscal e finanças públicas municipais: impactos sobre despesas com pessoal e endividamento. FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Índice Firjan de Gestão Municipal (IFGF). Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifgf/>.
- Gama, F. J. C., Bastos, S. Q. A., & Hermeto, A. M. (2016). Moeda e crescimento: Uma análise para os municípios brasileiros (2000 a 2010). *Nova Economia*, 26, 515-551.
- Gomes, R. C., Alfinito, S., & Albuquerque, P. H. M. (2013). Analyzing local government financial performance: evidence from Brazilian municipalities 2005-2008. *Revista De Administração Contemporânea*, 17(6), 704–719. <https://doi.org/10.1590/s1415-65552013000600005>
- Gonçalves, T. J. C., Oliveira, E. M. S. M., Paulino, G. S., Lima, S. C., & Mól, A. L. R. (2023). A Influência dos Ciclos Político-Orçamentários e das Ideologias Partidárias Na Despesa Com Pessoal dos Estados Brasileiros. *Contabilidade Vista & Revista*, 33(3), 205–226. <https://doi.org/10.22561/cvr.v33i3.7581>
- Guerra, D., Paixão, A. N. da, & Leite Filho, P. A. M. (2018). Os Ciclos Político-Econômicos e os Gastos dos Estados no Brasil: 1995-2013. *Dados*, 61(3), 695–734.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria Básica*. Amgh Editora.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Bookman editora.
- Hansen, S. W., Houlberg, K., & Pedersen, L. H. (2014). Do municipal mergers improve fiscal outcomes?. *Scandinavian Political Studies*, 37(2), 196-214.

- Hendrick, R. (2004). Assessing and measuring the fiscal health of local governments: Focus on Chicago suburban municipalities. *Urban Affairs Review*, 40(1), 78-114.
- Hibbs, D. A. (1977). Political parties and macroeconomic policy. *American political science review*, 71(4), 1467-1487.
- Jain, A. K. (2009). Data clustering: 50 years beyond K-means. *Pattern Recognition Letters*, 31(8), 651–666. <https://doi.org/10.1016/j.patrec.2009.09.011>
- Karruz, A. P., & Moraes, A. M. (2020). Gestão local e seu impacto no desempenho fiscal: análise dos municípios mineiros. *Revista Do Serviço Público*, 71(1). <https://doi.org/10.21874/rsp.v71i1.3777>
- Klein, F. A., & Sakurai, S. N. (2015). Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. *European Journal of Political Economy*, 37, 21-36.
- Klering, L. R., Stranz, E., & Gobetti, S. W. (2007). Avaliação da gestão dos Municípios do Brasil pelo IRFS—Índice de Responsabilidade Fiscal, de Gestão e Social—2002 a 2006. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, 12(2), 196-217.
- Kwak, S. (2017). Cyclical asymmetry in state fiscal policy: Is it biased toward big or small government?. *The American Review of Public Administration*, 47(8), 962-976.
- Leff, N. H. (1991). Subdesenvolvimento e desenvolvimento no Brasil: Vol. I - Estrutura e mudança econômica, 1822-1947 Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
- Leite Filho, G. A., & Fialho, T. M. M. (2015). Relação entre indicadores de gestão pública e de desenvolvimento dos municípios brasileiros. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 20(67).
- Lewis-Beck, M., Nadeau, R., & Bélanger, É. (2012). *French presidential elections*. Springer.
- Lima, A. C. D. C., & Simões, R. F. (2010). Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. *RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico*, 12(21).
- Lino, A. F., & De Aquino, A. C. B. (2017). The diversity of the Brazilian regional Audit Courts on government auditing. *Revista Contabilidade & Finanças*, 29(76), 26–40. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201803640>
- Louzano, J. P. O., Abrantes, L. A., Ferreira, M. a. M., & Zuccolotto, R. (2019). Causalidade de Granger do índice de desenvolvimento socioeconômico na gestão fiscal dos municípios brasileiros. *Revista De Administração Pública*, 53(3), 610–627.

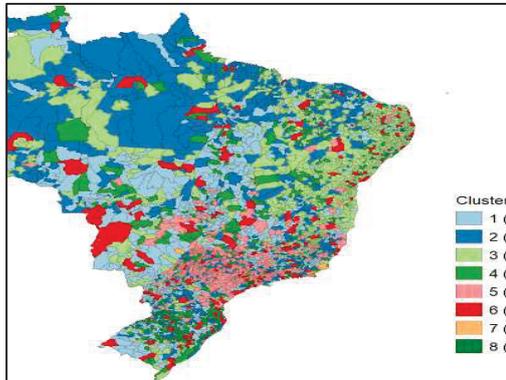
- Machado, D. P., Oliveira Wyse, M. N., Gomes Barbosa, M. A., & Capuano da Cruz, A. P. (2022). Evidências de ciclos políticos oportunistas e partidários nos gastos sociais e seus efeitos no desenvolvimento socioeconômico local (Evidence of Opportunistic and Partisan Political Cycles on Social Spending and Its Effects on Local Socio-Economic Development). *Revista Brasileira de Políticas Públicas*. ISSN, 2236-1677.
- Magalhães, E. A. (2017). *Gestão fiscal nos municípios brasileiros: uma análise das diferenças regionais*. 2017. 125f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- Magalhães, E. A., de Mattos, L. B., & Wakim, V. R. (2019). Gestão fiscal nos municípios brasileiros: uma análise das diferenças regionais. *Revista Econômica do Nordeste*, 50(4), 9-29.
- Marconato, M., Moro, O. F. D., Parre, J. L., & Fravo, J. (2021). Uma Análise Espacial Sobre a Saúde nos Municípios Brasileiros em 2010. *Revista De Economia E Agronegócio/Revista De Economia E Agronegócio*, 18(1), 1–26.
- Massardi, W. O., & Abrantes, L. A. (2015). Esforço fiscal, dependência do FPM e desenvolvimento socioeconômico: um estudo aplicado aos municípios de Minas Gerais. *REGE-Revista de Gestão*, 22(3), 295-313.
- Melo, C. A. V. D., Souza, S. S. D., & Bonfim, W. L. D. S. (2015). Federalismo e bons governos: uma análise política da gestão fiscal dos municípios. *Opinião Pública*, 21, 673-692.
- Mendes, M., Miranda, R. B., & Cosio, F. B. (2008). *Transferências intergovernamentais no Brasil: diagnóstico e proposta de reforma*. Senado Federal, Consultoria Legislativa.
- Mendes, W. A., Ferreira, M. a. M., De Faria, E. R., & Abrantes, L. A. (2020). Desenvolvimento humano e desigualdades regionais nos municípios brasileiros. *Latin American Research Review*, 55(4), 742–758. <https://doi.org/10.25222/larr.555>
- Menezes, R. T. D., & Toneto Junior, R. (2006). Regras fiscais no Brasil: a influência da LRF sobre as categorias de despesa dos municípios. *Planejamento e políticas públicas*, 29, 7-37.
- Morato, R. G., Kawakubo, F. S., & Luchiari, A. (2008). Avaliação da qualidade de vida urbana no município de Embu por meio de técnicas de geoprocessamento. *GEOUSP Espaço E Tempo (Online)*, 23, 149. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2008.74086>
- Murta-Filho, J. B. A. M., De Magalhães, E. A., & Wakim, V. R. (2022). Efeito das diferenças regionais sobre a situação fiscal dos municípios mineiros no período de 2006 a 2016. *Revista Mineira De Contabilidade*, 23(3), 37–49.

- Musgrave, R. A. & Musgrave, P. B. (1980). *Public finance in theory and practice*. McGraw-Hill Kogakusa.
- Nakaguma, M. Y., & Bender, S. (2010). Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, 64, 3-24.
- Nordhaus, W. D. (1975). The political business cycle. *The Review of Economic Studies*, 42(2), 169-190.
- Oates, W. E. (2005). Toward a second-generation theory of fiscal federalism. *International tax and public finance*, 12, 349-373.
- Oliveira, L. de A., Arantes, V. A., & Leroy, R. S. D. (2023). Ciclos políticos e investimentos em infraestrutura: análise entre capitais brasileiras. *Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte - ISSN 2176-9036*, 15(1), 180–197.
- Oliveira, T. M. G., Dall’Asta, D., Da Silva Zonatto, V. C., & Martins, V. A. (2021). Gestão Fiscal Municipal: uma análise sob a ótica do federalismo fiscal e dos ciclos políticos nos governos locais. *Administração Pública E Gestão Social*. <https://doi.org/10.21118/apgs.v13i4.11770>
- Reid, B. G. (1998). Endogenous elections, electoral budget cycles and Canadian provincial governments. *Public Choice*, 97, 35-48.
- Reis, A. D. O. (2015). Descentralização e qualidade da gestão fiscal nos municípios mineiros: análise com dados em painel sob a perspectiva do ciclo eleitoral. *Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG*.
- Rogoff, K. (1990). Equilibrium Political Budget Cycles. *The American Economic Review*, 80(1), 21-36.
- Rogoff, K., & Sibert, A. (1988). Elections and macroeconomic policy cycles. *The Review of Economic Studies*, 55(1), 1-16.
- Sakurai, S. N. (2009). Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. *Estudos Econômicos*, 39, 39-58.
- Sakurai, S. N. (2013). Efeitos assimétricos das Transferências Governamentais sobre os gastos públicos locais: evidências em painel para os municípios brasileiros. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 43(2), 309–332.
- Sakurai, S. N., & Gremaud, A. P. (2007). Political Business Cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989 – 2001). *Economia Aplicada*, (11), 27–54.

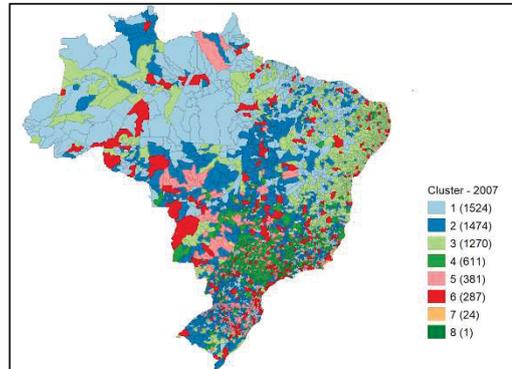
- Sakurai, S. N., & Menezes-Filho, N. (2011). Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level. *Public Choice*, *148*, 233-247.
- Sakurai, S. N., & Menezes-Filho, N. A. (2008). Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. *Public Choice*, *137*(1-2), 301-314.
- Salata, Andre. 2018. “Distribuição de renda no Brasil entre 2002 e 2013: Redução das desigualdades entre classes?” *Latin American Research Review* *53* (1): 76-95. DOI:
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2013). Metodologia da pesquisa (5ª ed.). Penso.
- Santolin, R., Jayme Jr, F. G., & Reis, J. C. D. (2009). Lei de Responsabilidade Fiscal e implicações na despesa de pessoal e de investimento nos municípios mineiros: um estudo com dados em painel dinâmico. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, *39*, 895-923.
- Scheffer, F., de Faveri, D. B., & da Silva Junior, E. S. (2020). A influência das ideologias partidárias nos gastos públicos em assistência social nas capitais brasileiras. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, *25*(80).
- Shikida, C. D., Monasterio, L. M., Araujo Jr, A. F. D., Carraro, A., & Damé, O. M. (2009). It is the economy, companheiro!”: an empirical analysis of Lula’s re-election based on municipal data. *Economics Bulletin*, *29*(2), 976-991.
- Silva, C. R. M., & Crisóstomo, V. L. (2019). Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. *Revista De Administração Pública*, *53*(4), 791-801. <https://doi.org/10.1590/0034-761220180234>
- Silva, C. R. M., & Crisóstomo, V. L. (2019). Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. *Revista De Administração Pública*, *53*(4), 791-801. <https://doi.org/10.1590/0034-761220180234>
- Silva, M. C., De Souza, F. J. V., Martins, J. D. M., & De Barros Câmara, R. P. (2020). Fatores explicativos da gestão fiscal em municípios brasileiros. *Revista Contemporânea De Contabilidade*, *17*(42), 26-37. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n42p26>
- Sousa, P. F. B., Lima, A. O., Nascimento, C. P. S. D., Da Glória Arrais Peter, M., Machado, M. V. V., & De Oliveira Gomes, A. (2013). Desenvolvimento Municipal e Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal: Uma Análise dos Municípios Brasileiros Utilizando Dados em Painel. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, *1*(1), 58-70. <https://doi.org/10.18405/recfin20130104>
- Tufte, E. R. (1978). *Political control of the economy*. Princeton University Press.

- Vasconcelos, R. D. D., Ferreira Júnior, S., & Nogueira Junior, R. P. (2013). A dinâmica da execução orçamentária federal do Brasil sob a ótica dos ciclos políticos eleitorais, 1985-2010. *Economia aplicada*, 17, 325-354.
- Vicente, E. F. R., & do Nascimento, L. S. (2012). A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(14), 106-126.
- Vieira, M. A., Abrantes, L. A., De Almeida, F. M., & Anjos, D. a. D. (2019). Implicações do Fundo de Participação dos Estados (FPE) na Redução das Desigualdades Regionais. *Contabilidade, Gestão E Governança/UNB Contábil*, 22(1), 136–152. [https://doi.org/10.21714/1984-3925\\_2019v22n1a8](https://doi.org/10.21714/1984-3925_2019v22n1a8)
- Wooldridge, J. M. (2015). *Introductory econometrics: A modern approach*. Cengage learning.

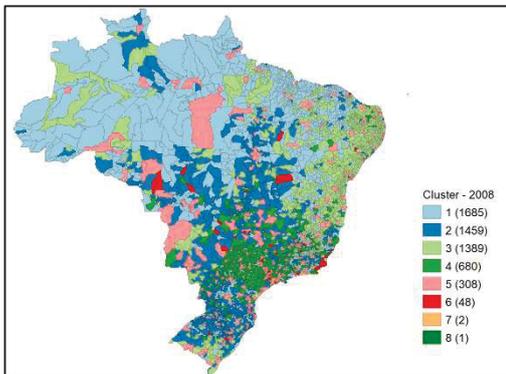
**APÊNDICE A – MAPAS DE CLUSTERS K-MEANS: ANÁLISE DE PROXIMIDADE  
(2006-2021)**



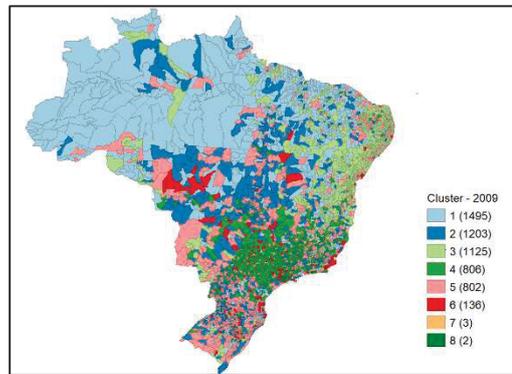
2006



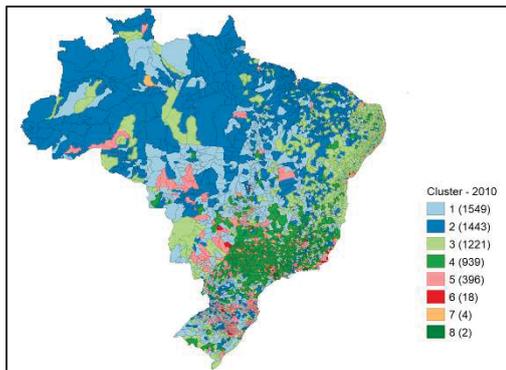
2007



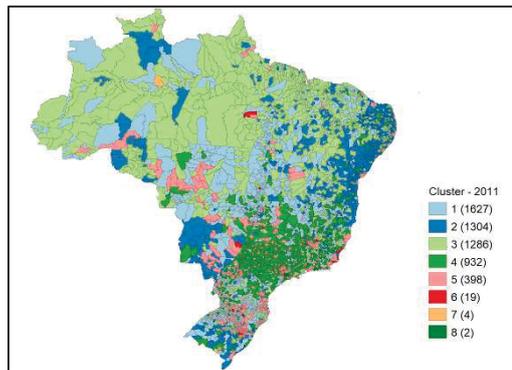
2008



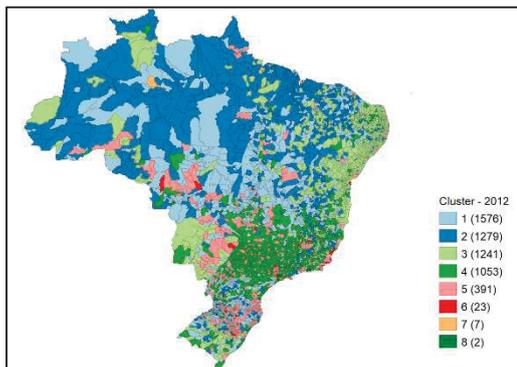
2009



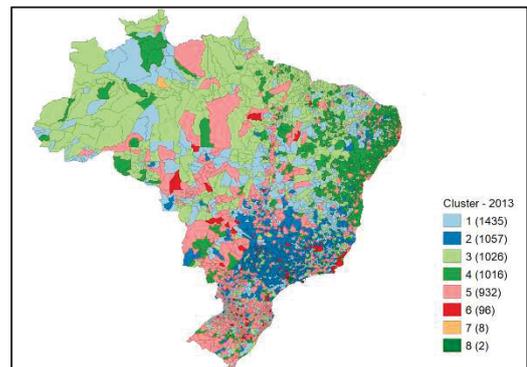
2010



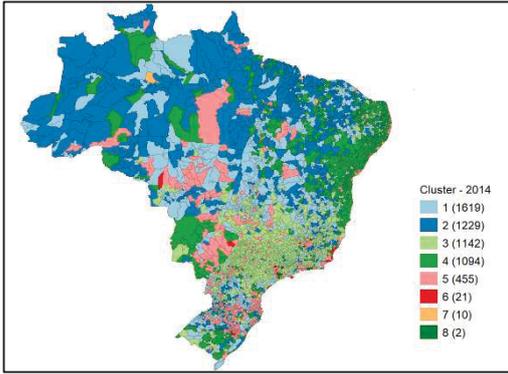
2011



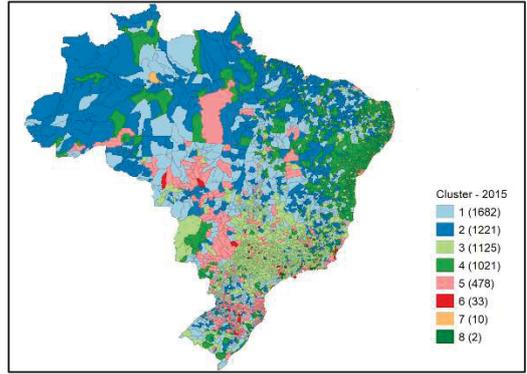
2012



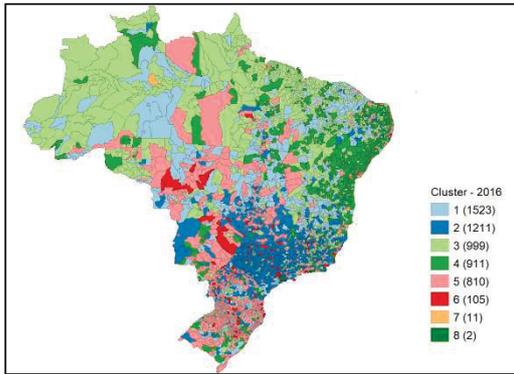
2013



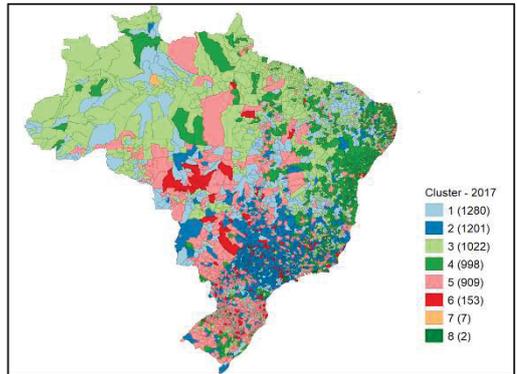
2014



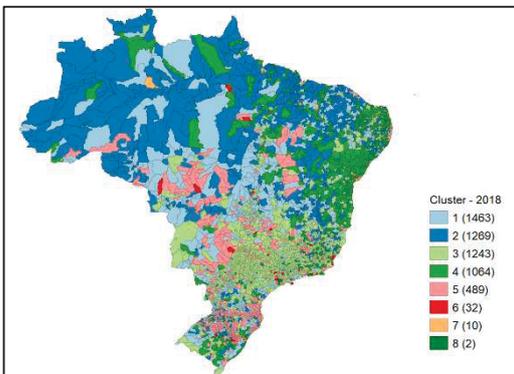
2015



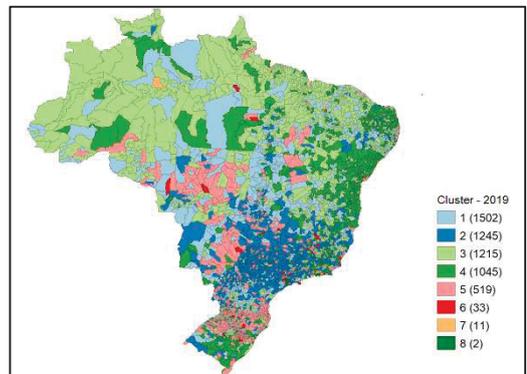
2016



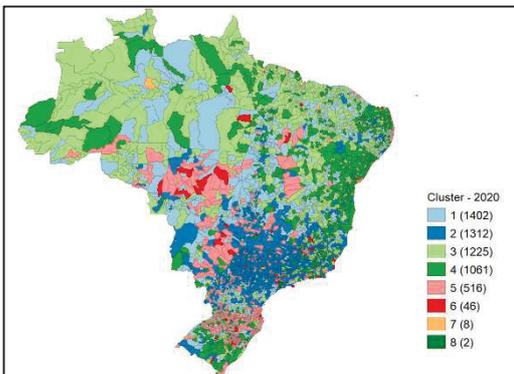
2017



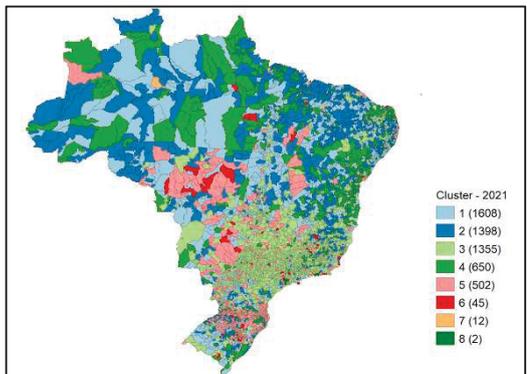
2018



2019

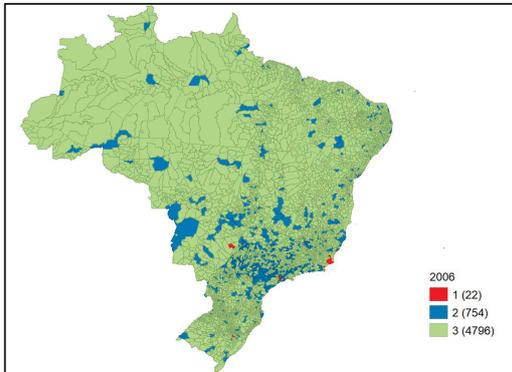


2020

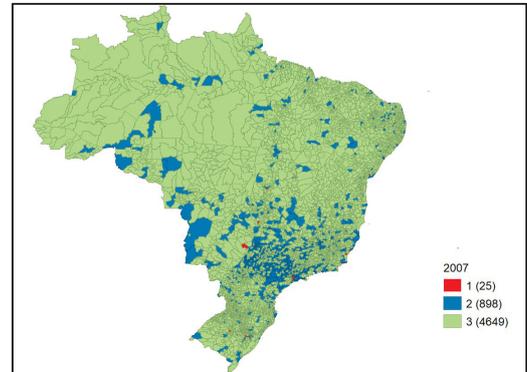


2021

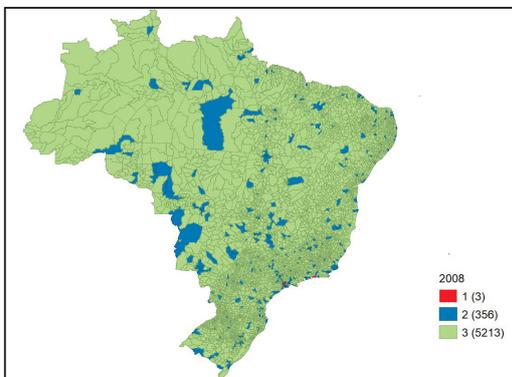
**APÊNDICE B – MAPAS DE AGRUPAMENTO POR DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO (2006-2021)**



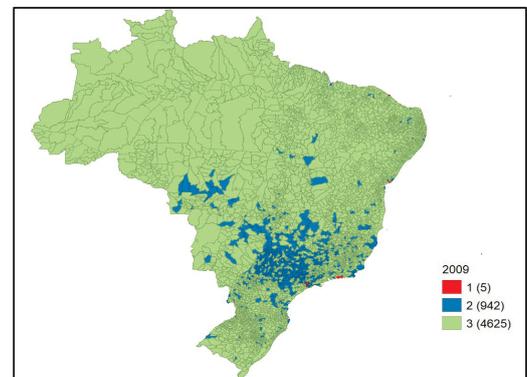
2006



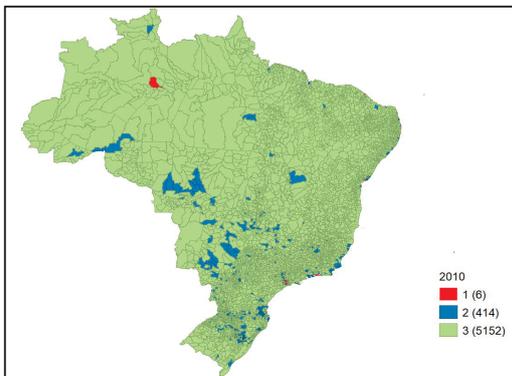
2007



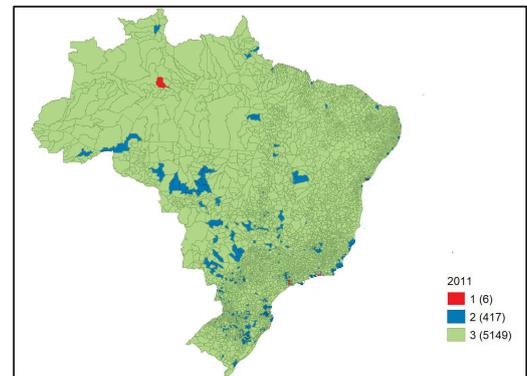
2008



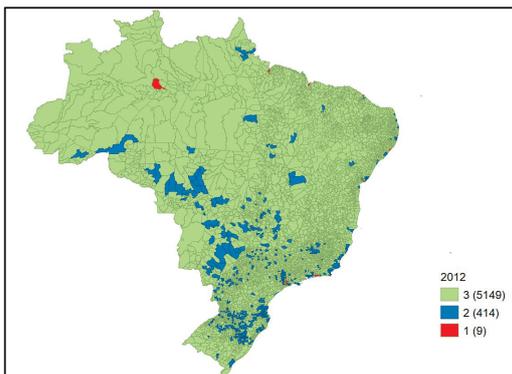
2009



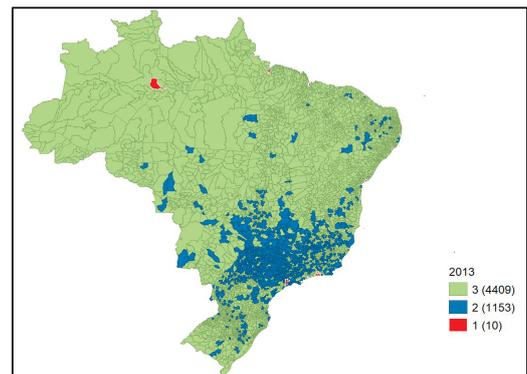
2010



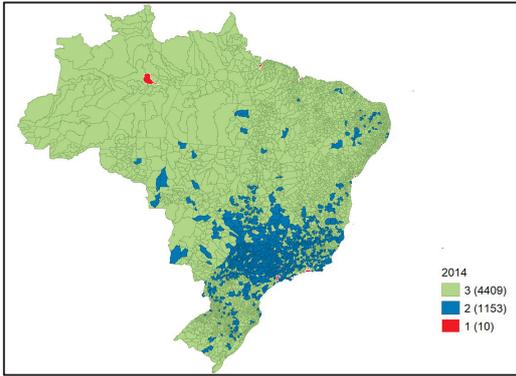
2011



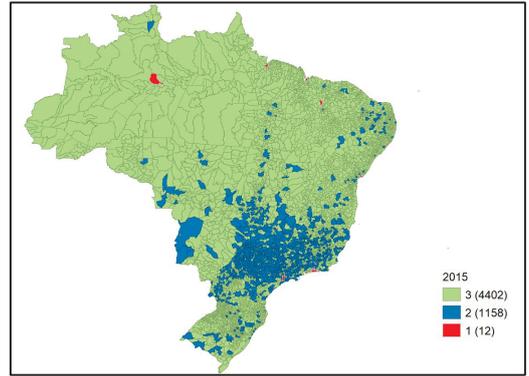
2012



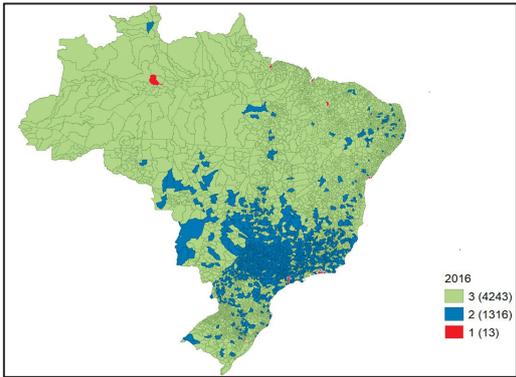
2013



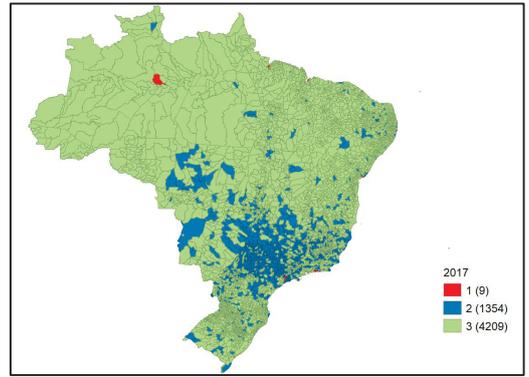
2014



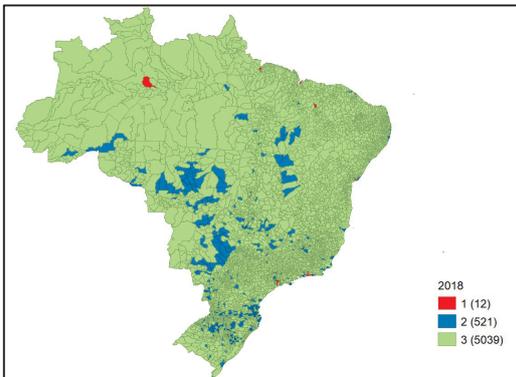
2015



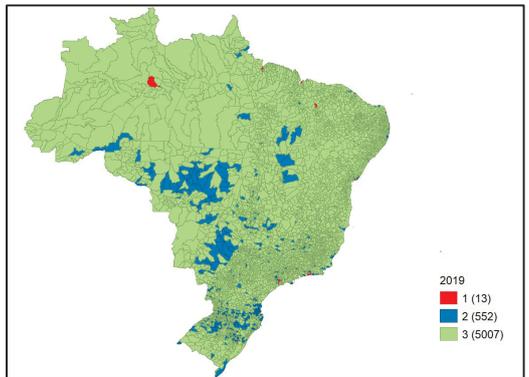
2016



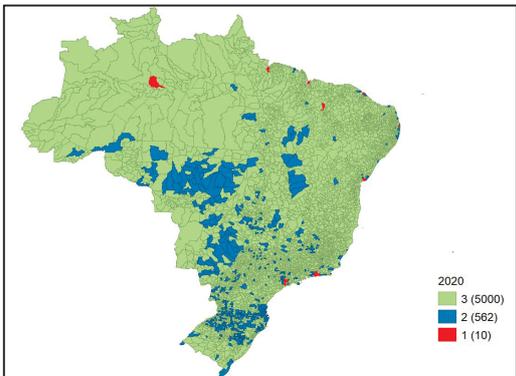
2017



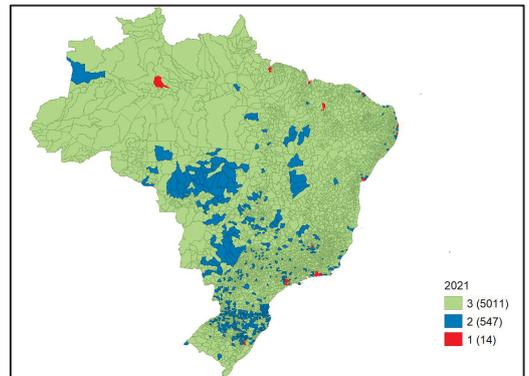
2018



2019



2020



2021

**APÊNDICE C - PAPEL MODERADOR DO CALENDÁRIO ELEITORAL NA RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E GESTÃO FISCAL, CONSIDERANDO OS CONTEXTOS DE COMPETIÇÃO ELEITORAL: BAIXA, MÉDIA E ALTA**

**Tabela 16** - Modelos multivariados do papel moderador do calendário eleitoral na relação entre desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal, considerando os contextos de competição eleitoral: baixa, média e alta (completa)

Competição (%votos)	Baixa									Média									Alta								
	>0,25			0,10 < X ≤ 0,25			≤ 0,10			≤ 0,10			≤ 0,10			≤ 0,10											
Modelos	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)			
Variáveis	IGF	GP	LIQ	INV	IGF	GP	LIQ	INV	IGF	GP	LIQ	INV	IGF	GP	LIQ	INV	IGF	GP	LIQ	INV	IGF	GP	LIQ	INV			
Centro*AEL	0.01 (0.02)	-0.03 (0.04)	-0.05 (0.05)	0.08 (0.05)	0.03 (0.04)	0.04 (0.06)	0.08 (0.07)	0.06 (0.09)	-0.02 (0.01)	0.03 (0.05)	0.04 (0.07)	0.06 (0.09)	-0.02 (0.01)	0.03 (0.05)	-0.09***	0.06* (0.04)	0.01 (0.02)	0.04 (0.05)	0.08 (0.09)	0.06 (0.09)	0.03 (0.05)	0.04 (0.05)	-0.09***	0.03 (0.04)	0.06* (0.04)		
Centro*APE	0.03 (0.02)	-0.03 (0.03)	0.05 (0.04)	0.09 (0.07)	0.02 (0.03)	-0.02 (0.05)	0.00 (0.09)	<b>0.13***</b> (0.04)	-0.03 (0.02)	0.02 (0.03)	-0.02 (0.05)	<b>0.13***</b> (0.04)	-0.03 (0.02)	0.02 (0.03)	-0.08*	0.06 (0.04)	0.03 (0.02)	0.02 (0.03)	0.00 (0.09)	0.02 (0.04)	-0.03 (0.02)	0.02 (0.03)	-0.08*	0.06 (0.04)	0.06 (0.04)		
Centro*APO	-0.02 (0.04)	0.01 (0.05)	<b>-0.07*</b> (0.04)	-0.01 (0.11)	0.05 (0.03)	<b>-0.13***</b> (0.05)	0.00 (0.10)	<b>0.06**</b> (0.03)	<b>-0.06**</b> (0.02)	0.05 (0.05)	<b>-0.13***</b> (0.05)	<b>0.06**</b> (0.03)	<b>-0.06**</b> (0.02)	<b>0.11**</b> (0.05)	-0.06	0.01 (0.05)	0.04 (0.05)	0.01 (0.05)	0.00 (0.10)	<b>0.06**</b> (0.03)	0.02 (0.02)	<b>0.11**</b> (0.05)	-0.06	0.01 (0.05)	0.01 (0.05)		
Periferia*AEL	0.00 (0.00)	-0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.00)	0.01 (0.01)	<b>0.03***</b> (0.01)	0.01 (0.01)	0.00 (0.00)	0.00 (0.01)	0.01 (0.01)	<b>0.03***</b> (0.01)	0.01 (0.01)	0.00 (0.00)	<b>0.04***</b> (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.00)	-0.01 (0.01)	<b>0.04***</b> (0.01)	0.00 (0.01)	-0.00 (0.01)		
Periferia*APE	-0.00 (0.00)	<b>-0.01*</b> (0.01)	-0.00 (0.01)	<b>-0.02*</b> (0.01)	-0.00 (0.00)	-0.01 (0.01)	<b>0.02**</b> (0.01)	<b>-0.02**</b> (0.01)	-0.00 (0.00)	-0.00 (0.00)	-0.01 (0.01)	<b>0.02**</b> (0.01)	<b>-0.02**</b> (0.01)	-0.00 (0.00)	<b>0.02**</b> (0.01)	<b>-0.01**</b> (0.01)	0.00 (0.00)	-0.01 (0.01)	-0.00 (0.00)	-0.00 (0.00)	-0.00 (0.00)	-0.01 (0.01)	<b>0.02**</b> (0.01)	<b>-0.01**</b> (0.01)	<b>-0.01**</b> (0.01)		
Periferia*APO	<b>-0.01***</b> (0.00)	<b>0.02**</b> (0.01)	-0.00 (0.01)	-0.00 (0.01)	<b>-0.01***</b> (0.00)	<b>0.02***</b> (0.01)	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	<b>-0.02***</b> (0.00)	0.00 (0.00)	<b>0.02***</b> (0.01)	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	<b>-0.02***</b> (0.00)	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	<b>0.02**</b> (0.01)	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	-0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	
Competição (Qpartidos)	<b>(0.00)</b> (0.00)	-0.00 (0.00)	-0.00 (0.01)	<b>-0.02***</b> (0.00)	<b>-0.00**</b> (0.00)	<b>-0.01**</b> (0.01)	<b>-0.01***</b> (0.01)	<b>-0.01***</b> (0.00)	<b>(0.00)</b> (0.01)	<b>(0.00)</b> (0.01)	<b>-0.01**</b> (0.01)	<b>-0.01***</b> (0.00)	<b>-0.01***</b> (0.00)	<b>-0.01***</b> (0.00)	<b>-0.01**</b> (0.01)	<b>-0.02***</b> (0.00)	<b>(0.00)</b> (0.01)	<b>(0.00)</b> (0.01)	<b>-0.01**</b> (0.01)	<b>-0.01***</b> (0.00)	<b>(0.00)</b> (0.01)	<b>(0.00)</b> (0.01)	<b>-0.01**</b> (0.01)	<b>(0.00)</b> (0.01)	<b>-0.02***</b> (0.00)	<b>(0.00)</b> (0.01)	
PartEsq	0.00 (0.01)	0.02 (0.01)	<b>0.02*</b> (0.01)	0.01 (0.01)	0.00 (0.00)	<b>0.02**</b> (0.01)	<b>0.03**</b> (0.01)	-0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	<b>0.02**</b> (0.01)	-0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	<b>0.03**</b> (0.01)	0.01 (0.01)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	<b>0.02***</b> (0.01)	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	
PartDir	<b>0.07***</b> (0.02)	<b>-0.12***</b> (0.04)	0.04 (0.05)	-0.04 (0.04)	0.00 (0.02)	<b>-0.06*</b> (0.03)	-0.06 (0.04)	<b>-0.07*</b> (0.04)	0.03 (0.02)	0.00 (0.02)	<b>-0.06*</b> (0.03)	-0.06 (0.04)	<b>-0.07*</b> (0.04)	0.03 (0.02)	-0.01 (0.03)	-0.02 (0.03)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	-0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	-0.02 (0.03)	0.01 (0.03)	
AlinGov	-0.00 (0.01)	<b>0.02*</b> (0.01)	0.01 (0.01)	0.00 (0.01)	-0.00 (0.00)	0.00 (0.01)	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	-0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.00)	0.01 (0.01)	-0.01 (0.01)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	-0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	-0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	
AlinPres	0.00 (0.00)	0.00 (0.01)	-0.00 (0.01)	0.00 (0.01)	-0.00 (0.00)	0.00 (0.01)	-0.00 (0.01)	-0.01 (0.01)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.01)	-0.00 (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.00)	-0.00 (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	
PIB	0.00 (0.00)	-0.01 (0.01)	-0.01 (0.01)	<b>0.01*</b> (0.01)	0.00 (0.00)	0.00 (0.01)	0.00 (0.01)	0.01 (0.01)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.00)	0.00 (0.01)	0.01 (0.01)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)
POP	-0.00 (0.00)	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	<b>-0.02**</b> (0.01)	<b>-0.01**</b> (0.00)	0.01 (0.01)	-0.01 (0.01)	0.00 (0.01)	-0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.01 (0.01)	-0.01 (0.01)	0.00 (0.01)	-0.00 (0.00)	-0.01 (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	-0.00 (0.00)	0.01 (0.01)

DepTransfU	-0.57*** (0.03)	0.32*** (0.05)	-0.62*** (0.06)	-1.16*** (0.06)	-0.61*** (0.02)	0.43*** (0.04)	-0.66*** (0.05)	-1.17*** (0.05)	-0.54*** (0.02)	0.41*** (0.04)	-0.49*** (0.04)	-1.12*** (0.04)
DepTransfE	-0.31*** (0.04)	0.06 (0.07)	-0.21*** (0.08)	-0.83*** (0.08)	-0.31*** (0.04)	0.20*** (0.06)	0.03 (0.07)	-0.78*** (0.07)	-0.42*** (0.03)	0.21*** (0.06)	-0.14** (0.07)	-0.84*** (0.06)
CapArrecP	0.30*** (0.07)	-0.28*** (0.11)	-0.37*** (0.14)	-0.86*** (0.13)	0.41*** (0.05)	-0.46*** (0.09)	-0.41*** (0.10)	-0.53*** (0.10)	0.45*** (0.05)	-0.47*** (0.09)	-0.25** (0.10)	-0.56*** (0.09)
Constante	0.20 (0.23)	0.27 (0.41)	0.47 (0.48)	1.82*** (0.41)	0.84*** (0.17)	-0.36 (0.31)	1.34*** (0.37)	2.05*** (0.33)	0.62*** (0.15)	-0.63** (0.25)	0.84*** (0.32)	1.60*** (0.26)
Controle de Tempo	SIM											
R2 (Within)	0,2555	0,1927	0,1369	0,1801	0,2309	0,2087	0,1228	0,1725	0,2243	0,2246	0,1181	0,1749
R2 (Between)	0,1174	0,0195	0,0611	0,0593	0,2111	0,0392	0,1215	0,0815	0,0994	0,0484	0,1206	0,0315
R2 (Overall)	0,1463	0,0436	0,0825	0,1070	0,2187	0,0691	0,1221	0,1245	0,1161	0,0995	0,1189	0,0881
Teste Wald	112,56***	73,13***	55,71***	98,33***	144,08***	115,38***	78,24***	125,36***	185,48***	162,76***	100,51***	176,79***
Observações	19.685	19.685	19.685	19.685	27.750	27.750	27.750	27.750	34.990	34.990	34.990	34.990
Municípios	3.423	3.423	3.423	3.423	4.438	4.438	4.438	4.438	4.844	4.844	4.844	4.844
Chow	6,24***	5,12***	5,95***	3,94***	6,16***	4,91***	5,69***	3,68***	6,55***	5,02***	6,11***	3,92***
L.M. Breusch-Pagan	12.240,65	9.201,34	10.859,92	6.105,63	15.066,33	11521,75	14.400,41	6.496,41	19.952,10	15.274,23	19.115,07	8.957,36
Hausman	304,78	321,08	123,54	155,14	462,52	483,30	81,21	214,73	801,18	561,68	165,06	246,59
VIF	1,52	1,52	1,80	1,52	1,42	1,42	1,73	1,42	1,39	1,39	1,70	1,39
Breusch-Pagan	18,35	500,48	22,41	25,50	0,01	614,11	3,52*	121,68	0,83	841,32	9,45	192,45
Wooldridge	593,97	225,85	286,80	135,10	893,43	364,31	368,95	197,65	1.093,70	501,84	565,29	208,34